

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**LUANA SODRÉ DA SILVA SANTOS**

**“É COMÉ QUE A GENTE SOBREVIVE? A GENTE SEGURA A MÃO UMA DAS  
OUTRAS”: O ASSÉDIO SEXUAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
NUMA PERSPECTIVA AFROCÊNTRICA**

VITÓRIA  
2023

LUANA SODRÉ DA SILVA SANTOS

**“É COMÉ QUE A GENTE SOBREVIVE? A GENTE SEGURA A MÃO UMA DAS  
OUTRAS”: O ASSÉDIO SEXUAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
NUMA PERSPECTIVA AFROCÊNTRICA**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dra. Juliana Cristina Teixeira.

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S237" Santos, Luana Sodré da Silva, 1991-  
"E comé que a gente sobrevive? A gente segura a mão uma das outras: : O assédio sexual na pós-graduação em Administração numa perspectiva afrocêntrica / Luana Sodré da Silva Santos. - 2023.  
156 f.

Orientadora: Juliana Cristina Teixeira.  
Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Negras. 2. Afrocentrismo. 3. Assédio sexual. I. Teixeira, Juliana Cristina. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

---

LUANA SODRÉ

E COMÉ QUE A GENTE SOBREVIVE? A GENTE SEGURA A MÃO UMA DAS OUTRAS”: O ASSÉDIO SEXUAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NUMA PERSPECTIVA AFROCÊNTRICA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGADM/UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração.

Aprovada em 27 de novembro de 2023.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juliana Cristina Teixeira  
Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Letícia Dias Fantinel  
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kátia Cyrlene de Araújo Vasconcelos  
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Rodrigues Diniz  
Insper/SP



Documento assinado digitalmente

JOSIANE SILVA DE OLIVEIRA

Data: 25/01/2024 11:53:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Josiane Silva de Oliveira  
Universidade Estadual de Maringá



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
JULIANA CRISTINA TEIXEIRA - MATRÍCULA 1058962  
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração  
Em 07/12/2023 às 08:44

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/851274?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
LETICIA DIAS FANTINEL - MATRÍCULA 1618662  
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração  
Em 07/12/2023 às 10:11

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/851387?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
KATIA CYRLENE DE ARAUJO VASCONCELOS - SIAPE 3151856  
Departamento de Administração - DAd/CCJE  
Em 07/12/2023 às 11:12

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/851482?tipoArquivo=O>



Documento assinado digitalmente

**ANA PAULA RODRIGUES DINIZ**

Data: 25/01/2024 08:02:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer todos ao meu redor, que estiverem comigo ao longo desses quase 5 anos. Não se faz nada sozinho. Aos meus familiares, a minha orientadora, aos meus colegas do PPGAadm, aos professores, as participantes da banca de qualificação, aos funcionários da UFES, as minhas participantes da pesquisa, minha terapeuta, enfim, a todos que de alguma forma fizeram isso acontecer.

Um especial agradecimento ao meu marido, que deu todo o suporte para que essa tese se tornasse realidade. Me levantou de todas as quedas que tive ao longo desses anos. E me mostrou ser a mais capaz do mundo para estar aqui.

A minha mãe, irmã, avós, tias, primas e amigas, a todas as mulheres que conheço, isso aqui é para vocês, só para vocês.

Ao meu cachorro jimi quem no meio do caos me deu o amor mais puro. Meu suspiro, meu chamego, meu sapeca.

À minha orientadora, que sempre me acolheu, me ajudou e foi a amiga mais presente que poderia ter. Por todo o afeto que me sustentou até aqui, obrigada!

À mim, que não desisti, embora tenha sido a coisa mais difícil que eu tenha feito na minha vida. Eu consegui, quem diria?

Por fim, agradeço à CAPES pelo fomento necessário.

## RESUMO

SANTOS, L. S. da S. “E comé que a gente sobrevive? A gente segura a mão uma das outras”: o assédio sexual na pós-graduação em Administração numa perspectiva afrocêntrica. 2023. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2023.

As mulheres negras que ocupam os ambientes acadêmicos, no que se refere ao ensino e pesquisa, enfrentam percalços que influenciam o ingresso e a permanência delas como produtoras de conhecimento e profissionais da educação. Dentre esses percalços, destaca-se o assédio sexual, uma violência de gênero patriarcal que fere a integridade da vítima, ao capturar a autonomia das mulheres enquanto sujeitas. Por serem tratadas como seres sem subjetividades, seus corpos são reduzidos a objetos sexuais, sendo subjugados e violentados pelos homens. Em específico, as mulheres negras são atravessadas por questões raciais que aponta a necessidade de ampliar o conceito de assédio sexual. Por isso, para além do que é conhecido no campo jurídico, é feita uma discussão sociológica, a partir dos conceitos de cosmopercepção e cosmovisão das teorias afrocêntricas, para priorizar outros sentidos que não a visão e considerar o sujeito mulher negra como um coletivo. Além disso, autores africanos e afrodiáspóricos são utilizados para resgatar a autonomia e a humanidade das mulheres negras na pós-graduação, e pensar em outros modos de ser e viver que não eurocêntricos. Na academia predominantemente branca e masculina, a literatura indicia que elas são confrontadas por construírem um conhecimento contra hegemônico. Episódios de racismo e sexismo são encontrados para interditá-las, inferiorizá-las e desacreditá-las. Como caminho metodológico, a falavivência, baseada na noção de Escrivência de Conceição Evaristo, foi utilizada para, por meio da oralidade, conhecer como elas vêm experienciando as suas trajetórias acadêmicas no campo da Administração. Conversas com líderes da área acadêmica de Administração também foram realizadas para conhecer o que as instituições vêm fazendo sobre o assédio sexual em seus espaços. As falavivências mostraram as adversidades que é permanecer num espaço onde não se é bem-vinda. Destaca-se que, dentre as violências encontradas, os epistemicídios e silenciamentos, o assédio sexual atribuído ao sexo, e as vinculações com os estereótipos de mulata, mãe preta e doméstica, foram relatadas por elas e, de forma articulada ou isolada, tinham o objetivo de posicioná-las na zona do não ser, e provocando feridas tanto visíveis quanto invisíveis. Em contrapartida, foram observadas estratégias de sobrevivências, pautadas na coletividade, que as fazem continuar e reivindicar o espaço que também é delas. O quilombo se mostra como um caminho para resgatar a possibilidade de autoconhecimento e de autodefinição. Nesta tese, a falavivência possibilitou o carinho e o acolhimento com as participantes, incluindo com a pesquisadora. Sentimentos estes comentados por elas, e sentidos por meio das conversas. O cuidado, acolhimento e o “colo” subvertem a lógica violenta do que é esperado delas, e possibilitam a construção de uma outra mulher negra dona de seu corpo, de seus anseios e desejos. Por fim, o conceito de assédio sexual ao ser ampliado, consegue dar conta das violências que elas sofreram. E a tese, ao articular com a afrocentricidade, deu outras possibilidades de ser uma mulher amefricana.

**Palavras-chave:** Mulheres negras; academia; afrocentricidade; assédio sexual.

## ABSTRACT

SANTOS, L. S. da S. “And how do we survive? We hold each other hands”: sexual harassment in postgraduate courses in Administration from an Afrocentric perspective. 2023. Doctoral Thesis – Postgraduate Program in Administration, Federal University of Espírito Santo (UFES), 2023.

Black women in academic settings, particularly in teaching and research roles, face obstacles that impact their entry and persistence as knowledge producers and education professionals. Among these challenges, sexual harassment stands out as a patriarchal gender violence that violates the victims integrity by undermining the autonomy of women as individuals. Treated as beings without subjectivities, their bodies are reduced to sexual objects, subjected to subjugation and violence by men. Specifically, Black women grapple with racial issues, emphasizing the need to broaden the concept of sexual harassment (SH). Beyond the legal context, a sociological discussion is undertaken, drawing on the concepts of cosmo-perception and worldview from Afrocentric theories to prioritize alternative perspectives and consider Black women as a collective subject. Additionally, African and Afro-diasporic authors are employed to reclaim the autonomy and humanity of Black women in postgraduate studies, exploring non-Eurocentric ways of being and living. In predominantly white and male academia, literature indicates that these women are challenged for constructing knowledge that goes against the hegemonic narrative. Instances of racism and sexism are found to hinder, marginalize, and discredit them. The methodological approach of “falavivência”; based on Conceição Evaristo’s concept of “Escrevivência” is used to orally explore how they experience their academic journeys in the field of Administration. Conversations with academic leaders in the field of Administration are also conducted to understand institutional responses to sexual harassment in their spaces. Falavivências reveal the adversities of existing in unwelcoming spaces. Notably, among the reported violences are epistemicides, silencings, sexual harassment based on gender, and associations with stereotypes like mulatto, black mother, and domestic worker. These incidents, whether interconnected or isolated, aim to position them in the realm of non-being, causing both visible and invisible wounds. Conversely, survival strategies rooted in collectivity are observed, enabling them to persist and claim their rightful space. The concept of “quilombo” emerges as a path to reclaim self-knowledge and self-definition. In this thesis, falavivência fosters affectionate connections with participants, including the researcher. The care, affection, and metaphorical “lap” subvert the violent expectations imposed on them, facilitating the construction of another Black woman in control of her body, desires, and aspirations. Ultimately, by expanding the concept of sexual harassment, the thesis effectively addresses the violences they endure. The integration with Afrocentricity opens up new possibilities for being an woman “amefricana”.

**Keywords:** black woman; academy; afrocentricity; sexual harassment.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA.....	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>22</b>
2.1	O QUE É O ASSÉDIO SEXUAL? .....	22
2.2	RECONCEITUANDO O ASSÉDIO SEXUAL .....	28
2.3	MULHERES NEGRAS ACADÊMICAS .....	35
2.4	AFROCENTRICIDADE .....	48
2.5	O ASSÉDIO SEXUAL COMO UMA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PATRIARCAL .....	57
<b>3</b>	<b>MÉTODO.....</b>	<b>66</b>
3.1	DESCRIÇÃO DA COLETA DE INFORMAÇÕES.....	66
3.2	DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	77
<b>4</b>	<b>ANÁLISE.....</b>	<b>84</b>
4.1	GESTORES E LÍDERES .....	84
4.2	APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES.....	89
4.3	AS FALAVIVÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS.....	95
4.3.1	<i>Os silenciamentos e epistemicídios.....</i>	<i>95</i>
4.3.2	<i>Assédio Sexual para as mulheres negras.....</i>	<i>106</i>
4.3.3	<i>(Sobre)Viver na academia.....</i>	<i>115</i>
4.4	IMAGEM DE CONTROLE.....	120
4.5	AQUILOMBAR-SE.....	125
4.6	DISCUSSÃO .....	129
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>133</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>136</b>
	<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>145</b>
	<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>147</b>
	<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>149</b>
	<b>APÊNDICE D.....</b>	<b>151</b>
	<b>APÊNDICE E.....</b>	<b>152</b>
	<b>APÊNDICE F.....</b>	<b>153</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O assédio sexual (AS) é comumente entendido como o conjunto de comportamentos indesejados relacionados ao sexo, e que são percebidos pela parte agredida como ofensivo e excessivo, excedendo seus recursos e reação e ameaçando o seu bem-estar (FITZGERALD et al., 1997). Mackinnon (1987) observa que o AS é uma forma demonstração de poder dos homens sobre as mulheres, que subjagam os seus corpos, o tomam como um objeto e capturam suas autonomias enquanto sujeitos. O assédio sexual não se trata de uma questão de cunho puramente sexual ou de orientação sexual, mas de uma relação de poder estruturada por gênero e raça (MACKINNON, 1987).

Na legislação brasileira, o assédio sexual é entendido como importunação sexual (ALMEIDA, 2019). O termo “importunação sexual” significa qualquer prática de cunho sexual realizada sem o consentimento da vítima, ou seja, é caracterizada pela realização de ato libidinoso na presença de alguém, com objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

Além de “prática de cunho sexual e atos libidinosos” dificultar o entendimento sobre o que é considerado como AS, é importante destacar a conceituação legislativa historicamente não abrange as mulheres negras. A criminologia negra não somente protege os brancos, como também bane as pessoas negras de qualquer direito (GÓES, 2021). Não há dignidade negra nesta fonte jurídica, logo é preciso buscar outros caminhos que englobe as vivências dessas mulheres. E o caminho escolhido é a afrocentricidade, teoria centrada em África, como uma possibilidade de se distanciar da colonização mental e física que homogeniza a negritude, e os trata como seres marginalizados e periféricos. Pensar a mulher negra a partir de uma teoria africana é essencial para avaliá-los de sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos (ASANTE, 2009).

Este estudo expande as reflexões de AS, ao incluir as pluriversalidades de experiências de Ser e Estar no mundo, que contemple as escrevivências e a humanização dos corpos das mulheres negras (NJERI; ANKH; MENE, 2020). É importante olhar para o racismo e o sexismo, que articulados e de formas sutis ou não (GONZALEZ, 2020), produzem violências para com essas mulheres

negras acadêmicas, que não são bem-vindas na universidade e se estão, são marcadas pelo olhar subalternizador. Conhecidas por serem corpos sem mentes (HOOKS, 1995), destituídos de subjetividades, são vítimas de silenciamentos (KILOMBA, 2019) e epistemicídios (CARNEIRO, 2023) cujo objetivo é interditar suas vozes, suas experiências, suas histórias. Não se pode esquecer de sua hipersexualização, que limita as vivências e experiências subjetivas enquanto acadêmicas (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017), e acaba por as classificar, mesmo que de maneira oculta, dentro de padrões estéticos e reduzidas a objetos sexuais.

Tendo isso em vista, o corpo da mulher negra é alvo de inúmeras violências, isso porque ele é tido como não humano, coisificado, burro, animalizado. Seja para servir, limpar ou cuidar, seja para ser um “burro de carga do sexo”, é vítima, de forma impiedosa, de mecanismos que objetivam destruir a sua identidade. Não à toa, no ambiente acadêmico, é comum lidarem com sentimentos de inferioridade, de perda da autoestima, da negação da própria inteligência, insegurança e angústia (CARNEIRO, 2023, HOOKS, 1995).

Por isso, entende-se como violência todas as experiências de racismo, geradoras de “violência física e simbólica, que produzem marcas psíquicas, ocasionam dificuldades e distorcem sentimentos e percepções de si mesmo” (SILVA, 2005, p.130). A violência a qual os povos afrodiáspóricos<sup>1</sup> são submetidos não é apenas a da força bruta, pois o racismo como tipo de violência é exercido – primeiramente - como uma forma de destituir a condição humana de negros e negras. A cosmopercepção africana contribui para essa noção de violência, ao considerar outros sentidos, para além da visão, como constituintes das comunidades. Assim, dores visíveis e invisíveis são também violência.

O racismo e sexismo são práticas de uma violência (in)visível no cotidiano das mulheres negras acadêmicas. Autores como Wood et al. (2018), Bourabain (2020) constataram em suas pesquisas como essas mulheres lidam com um clima hostil nas universidades, com o assédio racial, com a falta de

---

<sup>1</sup> Considera que todas as mulheres negras envolvidas nesta tese – doutoranda, orientadora, participantes da pesquisa, intelectuais – como africanas ou afrodiáspóricas, em virtude de sua localização psicológica e cultural (ASANTE, 2009).

convite para oportunidades acadêmicas e, como, por exemplo, são subestimadas como pesquisadoras. Gartner (2021) corrobora com as micro agressões de gênero e raça contra as mulheres negras, tais como a invisibilidade e a não credibilidade, e o fato de serem elencadas como zeladoras e cuidadoras de todos.

Essas experiências de natureza indesejada e violenta fazem parte, muitas vezes, da estruturação do lugar acadêmico como sendo lugares de não pertencimento para essas mulheres, ou como lugares de pertencimentos condicionados. Trata-se, portanto, de um assunto grave, que afeta suas subjetividades, seus modos de ser, sentir e agir no âmbito acadêmico, além de trazer impedimentos de ocupação de cargos e lugares hierárquicos.

Assim, a “prática de cunho sexual e atos libidinosos”, somadas a outras práticas racistas e micro agressões, tem por finalidade colocar as mulheres negras na zona do não-ser (FANON, 2020) que, “física e simbolicamente”, as distanciam da plena humanidade (ALVES; JESUS; SCHOLZ, 2015). A proposta nesta tese, ao conversar com o paradigma afrocêntrico, é considerar o AS para além do que se vê, do que se pode tocar, do que se pode provar. Na cultura ocidental, como a principal tendência é que o corpo seja visto como um ente essencialmente biológico, as possibilidades de lesão à pessoa ficariam restritas aos ferimentos físicos (MACHADO, 2017). Outras dores, que nem sempre implica sintomas físicos, aquelas que não se veem (cosmovisão africana), e colocam igualmente em risco a integridade (a possibilidade de existir), são facilmente deixadas de lado, relegadas a um segundo plano. Ademais, Akotirene (2020) pontua que, quando se tratam de mulheres negras, as leis não dão conta dos atravessamentos das questões raciais que colocam as mulheres negras em outras perspectivas, não sendo tão eficazes quando se tratam de suas experiências.

Por isso, as violências ditas (in)visíveis, que marcam a alma das mulheres (MACHADO, 2017), precisam ser levadas em consideração quando se fala de AS. Sobretudo porque, quando se trata de mulheres negras acadêmicas, as violências são feitas para interditar seus corpos e suas mentes. A mulher negra é sempre lembrada que não pode ser uma intelectual, pois “ela está neste planeta principalmente para servir aos outros.” A qualquer momento,

ela sempre será lembrada como a “mulata”, a “doméstica” ou a “mãe preta”. (GONZALEZ, 1984).

Se trata, então, de violências com níveis de visibilidade visíveis e invisíveis, conscientes e inconscientes, em manifestação mais ou menos aparentes, utilizadas para evitar a circulação das mulheres negras. A cosmopercepção africana torna possível elucidar o que caiu no esquecimento, na obscuridade.

Centralizando-se nas mulheres negras como as protagonistas desta pesquisa, questiona-se: como vêm experienciando o percurso de formação sendo uma mulher negra na academia? Quais os assédios sexuais que elas vêm sofrendo? O que pode ser considerado como assédio quando se fala, especificamente, de mulheres negras? O ambiente acadêmico é um espaço seguro para a produção de conhecimento por mulheres negras no Brasil? Quais vem sendo as saídas e estratégias encontradas para que tais mulheres se mantenham no ambiente da academia? Como as instituições de ensino abordam o AS? Como esse contexto violento vem afetando as suas subjetividades?

Sendo assim, o problema de pesquisa desta tese é: como o AS na pós-graduação *Stricto Sensu\**, de ensino e pesquisa, em Administração vem afetando a subjetividade das mulheres negras?

Propõe-se distanciar da cosmovisão branca outrificante, que toma suas vivências, seu corpo, como parâmetro. Um pressuposto não outrificante decorrente da filosofia africana Ubuntu, com uma práxis emancipatória e laços comunitários inquebráveis, para resgatar a dignidade negra. Porque para os brancos, as mulheres negras sempre serão estereotipadas, “o outro do outro” (KILOMBA, 2019), acorrentadas nas “zonas do não ser” (FANON, 2020). É por meio de uma literatura vinda de África que se encontra uma autodefinição positiva e assertiva (MAZAMA, 2009).

A perspectiva afrocêntrica promove os seguintes deslocamentos teóricos, a fim de elaborar um outro entendimento do AS:

- a) Relacionar com o conceito de agência (ASANTE, 2009) que, por meio da conscientização, possibilita que os sujeitos afrodiaspóricos sem sujeitos

de sua própria história, deixem a posição de dependência e sejam agentes de transformação para si mesmo.

- I. O AS a partir de uma perspectiva de gênero patriarcal, que decolonialize esse eixo de opressão, como Oyewúmi (2021) faz ao localizar a invenção ocidental da categoria mulher numa perspectiva de relação de poder que não é vista de maneira isolada a partir de gênero, mas relacionado aos eixos de gênero e raça. Essa relação é vista também como uma maneira de dar o protagonismo as mulheres, partindo do ponto de vista patriarcal, que prioriza uma relação coletiva sem hierarquia de gênero, equilíbrio e harmonia em relação aos homens.
  - II. Entender que na estrutura de gênero patriarcal, os homens negros se colocam de maneira distinta de homens brancos (RIBEIRO; FAUSTINO, 2017), sofrendo os efeitos da violência praticada pela estrutura, embora também assediadores sexuais. Se reconhece a importância da comunhão entre homens e mulheres negros para a comunidade negra, e o enfrentamento a colonialidades do ser (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2020). E isso precisa ser considerado para o planejamento de medidas de combate ao assédio sexual na Academia.
- b) Relacionar com o conceito de localização (ASANTE, 2009), elucidar as especificidades da mulher negra brasileira, e partir da categoria de amefricaneidade (GONZALEZ, 1988) se distanciar da colonização mental e física que homogeneiza a negritude.
- I. Para isso, é utilizado como caminho metodológico a falavivência, que se baseia na noção de escrevivência de Conceição Evaristo.
  - II. A falavivência que recupera e envolve no ato de narrar as histórias, as vivências e as experiências das sujeitas que têm uma nacionalidade hifenizada e diferenciada. Essas mulheres negras se tornam detentores do poder para exercer uma autonomia de pensamento. Reflexões formuladas por e para elas.

- III. Permite pensar também as mulheres como donas de seus próprios corpos, e empoderadas por saberes ancestrais. Ter a mulher negra num lugar distinto do ponto de vista dos efeitos de sua racialização hipersexualizada (GONZALEZ, 1984; 2020; RATTS, 2006; BUENO, 2020). E, unindo a agência, conhecer suas possibilidades de sobrevivência e enfrentamento no meio acadêmico.

Objetivos principais: compreender como o AS na pós-graduação *Stricto Sensu*<sup>2</sup>, ensino e pesquisa, em Administração vem afetando a subjetividade das mulheres negras.

Objetivo 1: conhecer como vêm experienciando o percurso de formação e trabalho acadêmico sendo uma mulher negra na pós-graduação;

Objetivo 2: Investigar quais são e como se deram os processos caracterizados como Assédio Sexual para as mulheres negras;

Objetivo 3 Analisar como as (sobre)vivências das mulheres negras afetaram a formação de seus modos de ser, pensar e agir na academia (suas subjetividades);

Objetivo 4: Analisar as narrativas de coordenações de programas de pós-graduação em Administração no Brasil sobre práticas relacionadas ao AS no âmbito de seus programas.

## 1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Após a realização da revisão sistemática da leitura, foi possível constatar que, no campo da Administração brasileira (APÊNDICE A), foram encontrados artigos que abordavam sobre o assédio sexual e moral no meio acadêmico, mas nenhum que abordasse as especificidades da mulher negra.

Um importante estudo conduzido na graduação foi o de Gartner (2021). As mulheres negras participantes descreveram microagressões (crônicas e sutis) experimentadas de forma única que variavam de acordo com as intersecções de gênero e raça, como exemplificada na invisibilidade delas nos

---

<sup>2</sup> Para que a leitura não fique cansativa com a repetição da mesma palavra, nesta tese pós-graduação *Scrittu Sensu* e academia serão considerados sinônimos.

espaços e discussões dominados por homens. A autora observou que o estudo precisaria dar um foco apenas nas mulheres negras (seu estudo foi sobre o que chamou de mulheres de cor) para capturar as nuances e especificidades de subgrupos dentro desta categoria.

Particularmente, na pós-graduação, os artigos de Bloom et al. (2021), Rosenthal et al. (2016), Pétursdóttir (2015) e Muhonen (2016) se dedicaram a pesquisar o tema. Dois utilizaram a teoria interseccional: o primeiro, de Wood et al. (2018), explorou os efeitos de gênero, raça/etnia, orientação sexual, idade na matrícula, status do aluno e tempo gasto na instituição sobre o risco de sofrer assédio sexual (WOOD et al., 2018). Os achados da pesquisa não foram suficientes para tecer conclusões sobre a relação entre o assédio e os efeitos estruturais para as mulheres negras. Elas sugerem explorar outras vulnerabilidades que não foram exploradas no estudo, tais como estereótipos, assédio racial, clima geral hostil no campus, e elevado desconforto emocional. O segundo, de Bourabain (2020), também partiu de uma perspectiva interseccional - gênero e raça - para estudar as experiências com sexismos e racismos cotidianos de pesquisadores com doutorado. A autora evidenciou que a participação de mulheres e “pessoas de cor” diminui nos escalões mais altos da Academia. As explicações, de origens estruturais, referem-se às barreiras de acesso com as quais as mulheres são confrontadas (BOURABAIN, 2020).

Assim, os estudos anteriores sobre assédio sexual apontaram duas necessidades principais:

- a) Aprofundar a discussão sobre o assédio sexual e evoluir a concepção do conceito no Brasil (falta de uma definição clara e lacuna de entendimento entre os homens e as mulheres) (BACCARINI et al., 2019, DA SILVA FONSECA et al., 2018);
- b) É necessário entender como as características dos indivíduos (raça, gênero, orientação sexual, classe social, etc) podem interagir para influenciar as experiências de assédio sexual (por exemplo, se uma estudante é uma mulher negra “favelada”, não é possível separar sua classe, identidades raciais e de gênero para determinar um único motivo pelo qual ela foi alvo de assédio). Reconhecem, assim, a importância de

incluir as variáveis raça e gênero no estudo (CUENCAS PIQUERAS, 2015, AGUILAR, 2020, ALMEIDA, 2019, KLEIN, MARTIN, 2019, BACCARINI et al., 2019). Bloom et al. (2021), em recente pesquisa com pós-graduandos estadunidenses, admitiram que, em seu estudo, só tinham brancos, héteros e cisgêneros, o que pode ter gerado conclusões limitadas.

- c) Discussões que envolvam construções de gênero, e se vinculem, especialmente, com análises e percepções feministas (epistemológicas, teóricas, e da práxis) (MCDONALD, 2012, GUARDERAS et al., 2018, KLEIN, MARTIN, 2019, O'CALLAGHAN et al., 2021, ATKINSON; STANDING, 2019), a fim de “apreender a complexidade e a miríade de possibilidades de práticas sexuais que objetificam a mulher.” (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017, p.1222). A perspectiva também possibilita analisar as experiências de assédio de forma mais ampla, que ocorrem por questões estruturais (de gênero, raça e classe), e não como um problema individual, impulsionado por práticas individuais (embora, na via de responsabilização criminal, a individualização seja a perspectiva de ação).

Pesquisas com foco na população negra (e sobre raça) são escassas no campo da Administração (COELHO; HEIN, 2021, BARBOSA, 2009, CONCEIÇÃO, 2009, ROSA, 2014). Em específico às mulheres negras, é ainda mais incipiente (TEIXEIRA et al., 2020). A teoria das organizações está sendo incapaz de abordar todas as mulheres e, quando o faz, utiliza o feminismo branco que não contempla as mulheres negras (HOLVINO, 2010). Um exemplo disso é a ênfase nas mulheres gerentes na pesquisa organizacional e a concentração nos direitos individuais para mulheres, privilegiando gênero sobre raça, classe, etnia, e outras dimensões de diferenças ligadas a desigualdades. As mulheres negras nem sempre trabalharam dentro do ambiente organizacional, então é preciso considerar o trabalho doméstico, subempregos etc., também como trabalho, e incluí-las nos Estudos Organizacionais.

Akotirene (2019) lembra que não há lugar onde as mulheres negras possam entrar que não considere as intersecções de raça, gênero e classe. Logo, para que elas sejam incorporadas aos Estudos Organizacionais, é

preciso que se articulem essas várias diferenças, de maneira a entender suas singularidades, afirmando sua própria agenda, e se representando além das imagens tradicionais que as constroem como o “outro do outro” (RIBEIRO, 2019).

Esta pesquisa de tese visa se juntar a um movimento de tentativa de preenchimento destas lacunas na Administração não apenas por estudar com essas mulheres negras, mas por recorrer a teoria da Afrocentricidade, e de autores considerados afrodiaspóricos, para estabelecer um modo de pensamento e ação no qual a centralidade dos interesses, valores e perspectivas africanos predominem. A afrocentricidade emerge não como uma versão negra do eurocentrismo, mas como voz necessária a dizer que os africanos possuem história. Além disso, na ideia de se pensar com as mulheres negras, entende-se a teoria vinda de África que se trata de uma importante forma de resistir a essas construções sobre “o outro do outro”, no sentido de que não se pode continuar falando por elas.

Essas formas de construção de pesquisa podem deslocar as dominantes narrativas organizacionais que privilegiam a experiência de homens e mulheres brancos, e, que estejam dentro do paradigma liberal da masculinidade, heterossexismo, brancura e ocidentalidade. Estas são narrativas que estabelecem e reproduzem tipos particulares de identidades com relações particulares e acesso ao poder.

O contexto acadêmico de Administração é predominantemente dominado por homens brancos (ATKINSON; STANDING, 2019, SAVIGNY, 2017). Nas escolas de Administração, os corpos docentes e discentes seguem, em sua maioria, masculinizados, brancos e privilegiados (TEIXEIRA et al., 2021). Menos da metade dos professores em programas de pós-graduação na área são mulheres (33%). No corpo discente, 48% são alunas nos cursos acadêmicos (CAPES, 2021). Dados sobre as disparidades raciais não são coletados pela CAPES, revelando o quão distante estamos pensando na inclusão de pessoas negras no corpo docente da pós no Brasil. A quebra de padrão, portanto, parte da escolha teórica e epistemológica, e da própria pesquisadora, escurecendo os Estudos Organizacionais. Inclusive, apenas 39% dos autores da área que escrevem sobre decolonialidade são mulheres.

Além da contribuição teórica, a tese possui uma particular relevância para o campo empírico escolhido, haja vista a Academia de Administração ter sido criada por homens, brancos, héteros e cis, perpetuando um pensamento feito por homens, sobre homens e para homens. É um contexto que forma pesquisadores e professores sob uma ótica machista e patriarcal, que normaliza a objetificação e a violência contra as mulheres. É salutar pensarmos em um corpo como não lugar de violência. Que pode sentar na cadeira da sala de aula e prestar atenção no conteúdo da disciplina sem se preocupar em se defender de insinuações indesejadas. Que pode transitar pelos eventos acadêmicos, participar de confraternizações, sem se culpar por estar vestindo algo considerado “provocador”, ou ter bebido álcool. Que possa apresentar suas ideias, artigos e pesquisas e ser ouvida, e não vista, coibida.

Enquanto elas não tiverem condições dignas de estudo e trabalho dentro da Academia, é impossível pensarmos na formação de futuras administradoras que possam viver sem medo dentro e fora das salas de aula, e de novos administradores que não reproduzam dentro das organizações, na sociedade e, porventura, na própria Academia, um comportamento violento, que machuca, fere e silencia as mulheres. Os casos de assédio sexual ocorridos no contexto acadêmico brasileiro de Administração precisam ser falados, a fim de que eles sejam organizacional e institucionalmente enfrentados (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017, TEIXEIRA et al., 2018). Academia esta que ecoa a violência contra a mulher reproduzida na sociedade.

No contexto universitário, dados da pesquisa realizada pelo Data Popular, a pedido do Instituto Avon (2015) constatou que 67% disseram já ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) praticada por um homem na universidade. Dessas, 28% já sofreram violência sexual (estupro, tentativa de abuso enquanto sob efeito de álcool, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar veterano), 42% já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. Em contrapartida, os homens não percebem diversas práticas como violentas: para 27% não é violência abusar de uma garota se ela estiver alcoolizada, 35% não reconhecem que existe violência no ato de coagir uma mulher a participar de

atividades degradantes e 31% não veem problema em repassar fotos ou vídeos das colegas sem autorização. Há uma lacuna de entendimento do que é assédio sexual entre homens e mulher, evidenciando a urgência de uma discussão mais aprofundada nos centros universitários e de um estudo que permita um avanço nas diversas concepções sobre o assédio (e não somente o prescrito a lei, tampouco limitado às organizações).

Nesse sentido, considera-se que esta tese irá contribuir para o entendimento do que é o AS, e evoluir na discussão ao contemplar os atravessamentos raciais e de gênero. É importante trazer os olhos da sociedade para aquelas que são conhecidas por estar na marginalidade, e por sofrer tantas violências caladas. E em especial na “Torre de Marfim”, local que seus corpos são vítimas de interdições enquanto ser pensante, e por incomodar com suas reflexões contra hegemônicas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O que é o Assédio Sexual?

Segundo o Código Penal, no art.216-A (BRASIL, 2001), assédio sexual é definido como o ato de "constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função". É uma lei que em que considera crime o que acontece especialmente no ambiente de trabalho, quando quem o pratica tem uma posição de superioridade hierárquica em relação à vítima. O objetivo é conseguir um favorecimento sexual por conta dessa posição e pode variar de abordagens grosseiras a propostas inadequadas que constroem e amedrontam. Outras situações que envolvam colegas de trabalho sem relação de superioridade/inferioridade, e fora do local de trabalho não são consideradas. Ademais, importunação de cunho sexual se restringe a troca de favores, não incluindo outros interesses. Higa (2016) considera uma tentativa ruim de criminalizar o comportamento, o que só aumenta a sensação de impunidade do agressor.

Mais recente, a Lei 13.718 (BRASIL, 2018) descreve a importunação sexual como o ato de "praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro". A importunação sexual consiste em praticar um ato, com a finalidade de satisfazer o desejo sexual, mas não necessariamente com penetração. O que a diferencia do estupro é que não há violência física ou ameaça e, comparada ao assédio, não há uma relação hierárquica ou de subordinação.

No ambiente acadêmico, estudos como o de Baccarini et al. (2019), Bloom et al. (2021), Clancy et al. (2014), Wood et al. (2018), Bourabain (2020), Gartner (2021) e Teixeira e Rampazo (2017) se dedicaram em pesquisar sobre o AS, observando que além das vítimas terem experienciado o contato físico indesejado, também presenciaram comentários inapropriados, relações sexuais indesejadas, constrangimento e ameaças, englobando relações entre professores/orientadores e alunos, entre professores/coordenadores ou líderes, entre alunos e alunos, etc., em ambientes internos (salas de aulas, grupos de

estudo, eventos científicos, reuniões de colegiado) ou em ambientes externos (festas, confraternizações, pesquisas de campo e *coffee breaks*).

Há de se considerar também que é um ambiente que perpetua as normativas de gênero, a cultura machista e opressora que culpabiliza a mulher, não penaliza o assediador, e incentiva e reforça o silêncio. Em algumas situações, não há a finalidade de satisfazer o desejo sexual, mas de tratá-las como não-seres, sem subjetividade, cujo corpo pode ser dominado e controlado (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017). O assédio sexual não se trata de uma questão de cunho puramente sexual ou de orientação sexual, mas de uma relação de poder.

Considerando que o ambiente acadêmico é hegemonicamente masculinizado, dominado por homens e, como parte da estrutura social, defende a misoginia como uma forma de vida dos homens, o AS no contexto acadêmico pode ser considerado como uma forma de provar a masculinidade e, o mais importante, como fruto do sistema de gênero patriarcal (HERNÁNDEZ-ROSETE; GÓMEZ-PALACIOS, 2021, STEINÞÓRSDÓTTIR et al, 2018, ATKISON; STADING, 2019, RICCI; BERGERON, 2019).

A literatura nacional e internacional indica que o AS é entendido como mais uma das violências físicas, morais e verbais que as mulheres estão submetidas em seu cotidiano (SÁNCHEZ-DÍAZ, 2019, VILCA, CASTRO, 2016). Tratadas como inferiores aos homens na sociedade ocidental, estão sujeitas aos diversos tipos de violência, tais como o assédio sexual, estupro, tráfico e escravidão sexual, exploração no trabalho, infanticídio feminino, aborto seletivo de meninas (WATTS; ZIMMERMAN, 2002). A subjugação das mulheres na sociedade ocidental é tida como comum e está enraizada em muitas tradições culturais e religiosas, que não a aceitam como uma questão de direitos humanos, mas sim como algo natural (STREY, 2001).

Importantes estudos de feministas liberais, como de Mackinnon (1987), mostraram que o AS é, na verdade, uma demonstração de poder dos homens sobre as mulheres, que subjugam os seus corpos, o tomam como um objeto e capturam suas autonomias enquanto sujeitos (OLIVEIRA, 2007). A violência contra as mulheres vai além de uma violência física de natureza biológica (em que o homem precisa de sexo), pois traz aspectos relacionados à história da

sociedade em que os indivíduos estão inseridos, à estrutura machista e patriarcal, à relação entre os indivíduos, ao silenciamento das estruturas organizacionais, ao modo como as relações de gênero são constituídas etc.

Aqui, é interessante perceber que os autores pontuam que o AS não se trata de um problema de um indivíduo, que não sabe diferenciar, por exemplo, quando uma conversa está sendo inapropriada e ofensiva ou não. Mas sim, de um problema estrutural, oriundo de um sistema - desigual - de gênero que permite aos homens práticas que marginalizam, silenciam e punam mulheres.

A definição clássica de assédio sexual aceita nos meios acadêmicos é a cunhada por Fitzgerald et al. (1997), para quem o fenômeno se configura como o conjunto de comportamentos indesejados relacionados ao sexo, e que são percebidos pela parte agredida como ofensivo e excessivo, excedendo seus recursos e reação e ameaçando o seu bem-estar. Em estudo posterior, Fitzgerald et al. (1988a) definiram cinco tipos de assédio: 1) o assédio de gênero, ou seja, comentários e comportamento sexistas generalizados, como as piadas sobre o lugar da mulher ser no fogão, no tanque ou lavando louça ou sobre ela ser muito “frágil” ou “gostosa”; 2) o comportamento sedutor, sendo os impróprios e ofensivos; 3) o suborno sexual, que se refere a uma solicitação de atividade sexual ou outro comportamento relacionado ao sexo por promessa de recompensas; 4) a coerção sexual, que envolve a coerção da atividade sexual por ameaça de punição; e, por fim, 5) a agressão sexual, a forma mais severa de AS, que engloba a imposição sexual ofensiva e agressiva.

Os diferentes tipos de assédio demonstram que há muito o que se considerar não apenas o que está na lei (a finalidade de satisfazer o desejo sexual), mas as diferenças de tratamento e oportunidades segundo a distinção de gênero.

Além das relações de gênero, autores reconhecem como as relações de raça interferem na análise do AS. Mackinnon (1993) reconhece que as mulheres negras sofrem as violências de gênero, independentemente de sua relação formal na hierarquia organizacional. Dentro das universidades, Kalof et al. (2001) expõem que as mulheres negras correm maior risco de assédio e que, devido aos seus status inferior na sociedade, ao mito da promiscuidade e pelo histórico da exploração sexual, são mais vulneráveis a comportamentos

de assédio. Da mesma forma, Mecca e Rubin (1999) descobriram que as mulheres negras universitárias experimentaram um comportamento particularmente de alto nível de imposição sexual, com alta incidência de toques indesejados. As pesquisadas também incluíram comentários sobre sua raça, como características físicas e estereótipos baseados na promiscuidade das mulheres negras. A pesquisa de Kalof et al. (2001) mostra que, para fugir da imagem da promiscuidade sexual e evitar chamar atenção para si mesmas, elas têm dificuldade de rotular comportamentos inadequados de professores como assédio.

Estudiosos como Wood et al. (2018), Bourabain (2020) e Gartner (2021) se dedicaram a estudar o assédio na Academia a partir de uma perspectiva interseccional. Os autores tentaram articular o perfil dos indivíduos (a partir dos recortes de raça e gênero) a fim de entender como elas interagem e influenciam suas experiências de assédio. Wood et al. (2018) observaram que o racismo social e institucional pode levar as “pessoas de cor” a experimentar desdém, estereótipo, assédio racial, um clima hostil no campus e elevado desconforto emocional. No entanto, em alguns momentos, esses estudos flertaram com a perspectiva de que trabalhar interseccionalidade é acabar fazendo um somatório de identidades, de uma perspectiva individualizante dos sujeitos, e não com um enfoque necessariamente sobre as estruturas.

No entanto, alguns resultados são importantes e sugerem impactos estruturais. A pesquisa de Bourabain (2020) com doutorandos se deparou com vivências de racismos cotidianos na Academia, tais como a falta de convites para oportunidades acadêmicas como ensino, participação em pesquisas ou conferências, em que as mulheres são excluídas das tarefas. Quando são subestimadas como pessoas e/ou cientista. Ou o paternalismo e controle imposto as mulheres negras. Como as mulheres negras são estereotipadas como submissas, eles controlam as roupas, os comportamentos delas. O tempo dedicado à pesquisa, onde e quando trabalhar, ou se pode ou não sair mais cedo para confraternizar com os amigos, são exemplos de um racismo paternalista. Bourabain (2020) também pontua como o discurso da diversidade atua como “cortina de fumaça”, e “varre para debaixo do tapete” os casos de

homens de assediadores, por exemplo.” O discurso predomina e, conseqüentemente, induz práticas sexistas e racistas de gênero legitimadas.

Gartner (2021) complementa com as microagressões de gênero que também devem ser consideradas como uma violência contra as mulheres negras nas universidades. As experiências racistas, a objetificação sexual (servir aos homens sexualmente), a invisibilidade e a não credibilidade são citadas pela autora. Outras microagressões, como serem estereotipadas como zeladoras e cuidadoras (trabalho do cuidado), as invalidações ambientais (suas experiências são enfraquecidas ou invalidadas por estruturas de poder), e a separação para ocupação conhecidas por serem femininas (profissões “mais suaves”).

O relatório “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, divulgado em 2023 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Datafolha, mostra que 30 milhões de mulheres foram vítimas de algum tipo de assédio sexual (cerca de 46,7% das brasileiras) no último ano (FORUMSEGURANCA, 2023). O mesmo relatório destacou que a compreensão do que é um assédio pode variar na percepção de uma mulher para outra, o que evidencia como não é clara a lei – dá abertura para outras interpretações - para as próprias mulheres. Inclusive, este número, embora alto possa ser ainda maior. Uma pesquisa realizada pela organização Think Olga como parte da campanha Chega de Fiu Fiu demonstrou que 99,6% das mulheres brasileiras já sofreram alguma forma de assédio.

O mesmo relatório citado acima, indica maiores níveis de vitimização entre mulheres negras (49,1%) do que entre brancas (42,2%). As mulheres pretas foram as mais vulneráveis ao assédio sexual no último ano (2022), mais da metade deste grupo populacional sofreu alguma forma de assédio sexual (52,3%), trazendo para o centro do debate o racismo, o machismo e a objetificação do corpo das mulheres negras como variáveis centrais para compreensão destes resultados. (FORUMDESEGURANÇA, 2023, p.40)

Esses dados reforçam que as mulheres negras merecem uma atenção especial quando se trata de AS. Estudos da área mostraram que é importante traçar caminhos que incluam as violências particulares às mulheres negras, e capturar suas nuances e especificidades. E a necessidade de incluir outros

construtos dos indivíduos, tais como raça, gênero, orientação sexual, classe social, etc. Bloom et al. (2021), em recente pesquisa com pós-graduandos estadunidenses, admitiram que, em seu estudo, só tinham brancos, héteros e cisgêneros, o que pode ter gerado conclusões limitadas.

Alguns autores mostram que o AS é de difícil conceituação. Embora enquadrado como uma violência sexual, se constitui de uma problemática multifacetada e policroma, repleta de nuances, que assume conceituações distintas entre os países. Ainda assim, todas as definições compartilham o fato de que o assédio sexual é resultado das relações de poder, que se manifestam nas hierarquias sociais entre pessoas desiguais. A leitura de estudos anteriores permitiu constatar que falta uma definição clara, e há uma lacuna de entendimento entre os homens e as mulheres (BACCARINI et al., 2019; DA SILVA FONSECA et al., 2018)

Esta falta de definição clara dificulta a identificação das próprias mulheres, nessas pesquisas, do que é o AS. Isso resulta na subnotificação dos casos encontrados, e uma minimização acerca do que realmente está acontecendo. Um dos pontos principais quanto a subnotificação e falta de clareza quando ao que é o AS é a responsabilização. O tema ainda é visto sob uma perspectiva unilateral, em que as soluções giram em torno da vítima, da mulher. Cabe a ela denunciar, apontar o criminoso, fazer sua palavra ser acreditada. Isso só contribuiu para que assédio seja um assunto negado e silenciado neste espaço. Punir sem conscientizar (e educar) também não é efetivo. O'Callaghan et al. (2021), Atkinson e Standing (2019) e Pétursdóttir (2015) observaram que professores que foram expulsos da universidade por AS, mas foram recontratados em outro lugar.

Pétursdóttir (2015) pontua que a responsabilização ainda gira em torno da vítima e da proteção das próprias universidades. Se limita a proteger a reputação da universidade, e esconder os escândalos da vista do público. Pétursdóttir (2015) lembra que é difícil para as mulheres enfrentarem e erradicar a violência sexual sozinhas, numa sociedade patriarcal, protegida por homens com redes de diferentes filiações e esferas políticas. E que essa mesma sociedade se protege para que elas não falem sobre o assunto, sejam silenciadas. Tanto é que, provar que houve assédio é muito difícil, pois a

maioria dos casos é feito por meio de palavras e gestos (MACKINNON, 1987). A palavra da mulher ainda não é legalmente suficiente para servir como prova. Soma-se a isso o fato de que elas não recebem apoio de seus colegas para falar sobre o assunto.

Desta forma, conforme o que foi apresentado neste capítulo, é necessário fazer outras reflexões quando se trata de AS e as vivências das mulheres negras. Como será explicado a seguir, a posição tomada nesta tese é a de considerar o AS como uma violência que, combinada ao racismo e sexismo, situam as mulheres negras na inferioridade, como sujeita subalternizadas. Ao dialogar com o paradigma afrocêntrico, possibilidades outras de ser, sentir e viver serão referidas a elas, e não definidas pelos estereótipos que as prendem e as colocam em posições de violência.

## 2.2 Reconceituando o Assédio Sexual

O assédio sexual é retratado como uma modalidade de violência restrita ao ambiente de trabalho. E a importunação sexual, como uma violência não física, tal como a psicológica, que abre espaço para múltiplas interpretações, sendo até mesmo considerada pela sociedade como muito “subjetiva”. A falta de clareza sobre o que é “ato libidinoso” (uma passada a mão é? Uma piadinha é? Uma troca de olhar é?), por exemplo, dificulta que as condutas oriundas das violências sejam criminalizadas. Machado (2017) aponta que outros sentidos para além da visão, como a audição, com as ofensas verbais, o uso de palavras, expressões, declarações que faça o outro se sentir culpado, chateado ou inútil, de modo a causar dano à vítima, precisam também ser considerados na violência contra a mulher. De qualquer modo, essa pluralidade conceitual – assédio sexual e importunação sexual - só tende a reforçar a dificuldade havida em delimitar um significado estrito de assédio sexual no Código Penal.

Assim, além da definição legal de assédio sexual, é importante pontuar também que o conceito pode ser entendido numa perspectiva sociológica, uma vez que é mais abrangente que o conceito jurídico. Essa perspectiva abre espaço para o que não precisa ser provado na realidade, ou seja, para o que

não é concreto. Logo, possibilita pensar na dimensão subjetiva do que é considerado ou não uma violência de gênero, e ir para além do que se vê.

A perspectiva sociológica é importante, pois abraça a maneira como o sujeito interpreta as situações. Embora esta reconheça a dificuldade de a vítima definir que algo é/foi invasivo, ou se externalizar e comunicar aos outros, devido a naturalização, medo ou vergonha, entende-se que é salutar abrir espaço para outros elementos na dinâmica do AS, que não podem ser ignorados.

Indo além, esta tese propõe que o conceito de AS seja permeado pelo debate afrocêntrico, visto que se mostra como um caminho profícuo para abranger a percepção, os sentidos, a experiência acumulada de vida, cravados no corpo da mulher, que a ajudam a tipificar se, por exemplo, um olhar foi invasivo ou não.

Ao compreender que o AS envolve ações não concretas, difíceis de serem consideradas realistas e provadas conforme a lei, esta tese ao conversar com a afrocentricidade, se volta também para a cosmopercepção, ou seja, para a produção de outros sentidos para além do que se vê, do que se pode tocar. O conceito de AS, então, passa a considerar a vivência acumulada, os saberes adquiridos ao longo da vida, que fazem com que as mulheres negras tenham outras percepções sobre o que é AS ou não.

Quanto as mulheres negras em particular, cabe ressaltar a importância do conhecimento adquirido no seio da comunidade, passado umas as outras, ao longo do tempo, e que igualmente se constituem como saberes legítimos, fazendo parte de suas subjetividades, constituindo-as enquanto sujeitas.

Na cultura ocidental, como a principal tendência é que o corpo seja visto como um ente essencialmente biológico, as possibilidades de lesão à pessoa ficariam restritas aos ferimentos físicos (MACHADO, 2017). Outras dores, que nem sempre implica sintomas físicos, aquelas que não se veem (cosmopercepção africana), e colocam igualmente em risco a integridade psíquica (sofrimento psíquico), são dificilmente consideradas como algo que gere dor e lesão ao indivíduo. Por isso, as violências ditas (in)visíveis, que

marcam a alma das mulheres (MACHADO, 2017), se tornam difíceis no ocidente de se comprovar e, conseqüentemente, se constituir como crime<sup>3</sup>.

No entanto, é importante enfatizar os avanços que as feministas ocidentais tiveram para incluir o invisível como algo que também cause dor as mulheres. Machado (2017), inclusive, cita os avanços discutidos sobre violência psicológica, sobretudo em situações de violência doméstica, abrangida pela Lei Maria da Penha, na Lei 11.340/06. Mas, Akotirene (2020) lembra de a dificuldade dessas leis chegarem efetivamente para as mulheres negras. Para ela, a lei é elitista e racista, e não consegue promover igualdade, saúde, assistência às mulheres negras “por desconhecerem identidades interseccionais passíveis da transversalidade orçamentária e de gestão.” (AKOTIRENE, 2020, p. 69)

Um exemplo claro é a situação de violência doméstica que, quando vivenciada pelas mulheres negras, apresentam especificidades e outras dificuldades que as mulheres brancas não vivenciam. Akotirene (2020), analisando essa violência de gênero atravessada pela raça, aponta que, ao não funcionar aos sábados, domingos e feriados, as delegacias de atendimento não atendem durante o período de maior ocorrência de violências contra as mulheres negras moradoras de bairros periféricos. Além disso, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado pois, ao morarem em regiões consideradas perigosas, identificadas como pontos de tráfico de drogas, são associadas pelo Estado igualmente como perigosas, ou como não merecedoras de atenção e ajuda da polícia por estarem em um lugar impróprio.

Assim, os atravessamentos das questões raciais colocam as mulheres negras em outras perspectivas, sendo necessário teorizar com outras fontes teóricas e epistemológicas fora do Norte Global, como as africanas, que dê conta de suas especificidades. Presas em imagens de controle que as têm como fáceis, raivosas, perigosas, sexualmente disponíveis, são interpretadas de outra maneira quando prestam queixas por terem sofrido uma violência

---

<sup>3</sup> Não se intenta formular um conceito irrefutável de assédio sexual ou de violência sexual, tampouco debater pela sua definitiva criminalização. Partindo de uma perspectiva afrocêntrica, defende-se outras dimensões de intervenção, para além da criminalizante- como a responsabilização, acolhimento, educação

doméstica (AKOTIRENE, 2020). Por isso, propõe-se a utilizar outro conceito de AS que não previsto na definição da lei, de modo a conhecer as opressões de gênero, classe e raça que atravessam suas vivências.

É preciso destacar que, no caso das mulheres negras, o (in)visível, os comentários, gestos e ações que não podem ser vistos de cunho sexual, podem ser acompanhados pelo racismo. Gonzalez (1984) lembra que o racismo à brasileira é igualmente (in)visível, não realizado de maneira explícita, silencioso, que se esconde por trás de uma suposta “democracia racial” e das teorias da miscigenação. Kilomba (2019) corrobora ao evidenciar os racismos cotidianos – que se adaptam conforme o tempo e espaço -, por vezes realizado de forma sutil e suave, produz reflexos na subjetividade de homens e mulheres negros. E que os atos de racismo, que causam aprisionamento, trauma e dor ao sujeito negro, tem a intenção de colocá-lo em seu devido lugar, e reforça a sua posição enquanto o “outro do outro”, posição esta de submissão, silenciamento, opressão, vergonha e aproximação com a animalidade.

Além disso, cabe a ênfase de que, nem sempre aquilo o que está na lei é estendido para as pessoas negras (GÓES, 2021). É necessário problematizar que as leis sobre o AS não são “subjetivas” e a dificuldade havida em delimitar um significado estrito de assédio sexual no Código Penal é proposital. Tal como comenta Carneiro (2023), o sistema jurídico, numa sociedade organizada racialmente, assegura os privilégios e as vantagens de todos os cidadãos brancos, mantendo a subordinação dos não-brancos. O sistema político, com teóricos políticos majoritariamente brancos, formou o mundo moderno estruturado para/a partir da supremacia branca (em sociedades fundadas pelo colonialismo e pelo imperialismo branco ocidental). Por isso, para Carneiro (2023), é importante reconhecer que o racismo é algo que estrutura a regra formal e informal, o sistema socioeconômico e o privilégio racial, as normas de distribuição de riqueza e das oportunidades, dos benefícios, dos direitos e dos deveres.

O AS tal como é descrito na legislação brasileira, portanto, dificilmente considerará os casos envolvendo as mulheres negras como um crime. As leis têm pouco (ou quase nada) a oferecer em termos de reconhecimento e proteção de direitos para pessoas negras. Góes (2021) argumenta que o

Direito Penal brasileiro é herdeiro do sistema punitivista escravocrata brasileiro. Ele mantém sua natureza antinegitude, e compactua com um Estado que institucionalizou a necropolítica, o direito legítimo do uso da força (para uns) e sistema de proteção e contenção das arbitrariedades estatais (para outros). O Código Penal brasileiro, portanto, protege os brancos e, sob o discurso de manter a ordem, e responsabiliza penalmente os negros, banindo-os de qualquer direito, tal como sujeitos inferiores que são. Se levar em consideração que a criminalização do assédio sexual contra as mulheres é difícil (HIGA, 2016), o recorte das mulheres negras pode ser ainda mais complicado. Nessa fonte jurídica não há dignidade negra (GÓES, 2021). Afinal, os corpos das mulheres negras – pardas ou pretas – além de ocuparem a categoria sub-humana, são reduzidos a meros objetos sexuais e hipersexualizados (GONZALEZ, 1984).

Ao falar sobre AS é importante também ter em mente que as experiências vividas das mulheres negras são compostas tanto pelo racismo quanto pelo machismo. E, se o sistema jurídico é racista (CARNEIRO, 2023), Machado (2017) lembra que o direito não é assexual, e revela a masculinidade da lei, que governa a interpretação e a aplicação do Direito, por homens e mulheres. Portanto, é importante pontuar que o controle social e das instituições da sociedade é exercido (e criado) por homens brancos que, juntos, protegem os seus “iguais” e pune o inimigo, os grupos “minoritários” e “periféricos”. A masculinidade branca cria e passa uma visão de mundo em que eles são o centro de tudo, e os demais são compreendidos a partir de seu modelo, ou seja, uma visão de mundo etnocêntrica (BENTO, 2022). E são eles quem definem o que é certo ou errado, o que é crime e não é.

Ainda, o AS é conhecido na literatura feminista por ser fruto da violência de gênero (MACKINNON, 1987, FITZGERALD et al., 1997), que atravessa o sistema jurídico-penal sem necessariamente ali encontrar solução e vem nefastamente naturalizando o abuso contra meninas e mulheres. Saffioti (2015) comenta ser complexo chegar a um único conceito de violência (contra a mulher). Isso porque, se considerar como uma ruptura de integridade da vítima, tais como a física, sexual, emocional ou moral, pode-se esbarrar em como cada mulher interpretará esta ruptura singularmente. Há uma linha muito tênue

entre os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres, que é a sujeição aos homens (a chamada normalidade). Isto posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade (o mesmo fato por ser considerado agressivo por uma mulher, e normal por outra). Por isso, Saffioti (2015) se apoia no conceito de direitos humanos, entendendo por violência todo agenciamento capaz de violá-los. Afinal, “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (Art.3 da declaração universal dos direitos humanos).

Se Goés (2021) lembra que na fonte jurídica não há dignidade negra, tampouco socialmente o homem e a mulher negros são dignos de serem humanos. Fanon (2008, p.26) fala da existência de uma zona do não-ser, “uma região extraordinariamente estéril e árida”, habitada pelo negro. O olhar imperial do branco o fixou nesta zona. Em virtude deste olhar fixador, “mesmo me expondo ao ressentimento de meus irmãos de cor”, Fanon afirma, “o negro não é um homem” (FANON, 2020, p. 26), portanto, não é um ser.

Estar na zona do ser significa ser, sob o olhar do branco, um inferiorizado, reduzido ao silêncio, a não existência, a nada. Paradoxalmente, o corpo negro é invisibilizado, mas é visível para ter estereótipos criados sobre ele - o corpo preso à natureza, aos instintos selvagens, à sexualidade. A sua invisibilidade e não humanização propositalmente o coloca como mais um objeto no reino das coisas. As contribuições de Fanon (2020) permite pensar como, entre aqueles que habitam esta zona, o desprivilegio racial é vivido de acordo com as dimensões de classe, gênero, sexualidade, cor da pele, nacionalidade etc.

Kilomba (2019) relembra como gênero e raça são inseparáveis e que, se não interseccioná-los, corre-se o risco de deixar a mulher negra num espaço vazio. Ocupam o lugar do “o outro do outro”, em que não somente são negadas o direito de existir como igual, como vêm sendo dominadas patriarcalmente, de diferentes formas, por homens de cores diferentes.

De modo semelhante, Gonzalez (2020) observa que o racismo é genderizado, ou seja, produz experiências particulares às mulheres dos grupos racialmente submetidos. Vítimas de violências de gênero tão graves quanto de

suas irmãs brancas, as mulheres negras, nas sociedades americanas, têm sua humanidade negada, são vistas como “corpo animalizados”, são “burros de carga do sexo (de que as mulatas brasileiras são um modelo) expressão das relações patriarcais racistas.” (GONZALEZ, 1988, p.139) Nesse sentido, diz, o racismo articulado com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

Assim, falar sobre mulher negra é preciso considerar essas especificidades que não abrangem as suas experiências como situações de violência, tampouco como dignas de se constituírem como crimes. O racismo genderizado se une ao já conhecido racismo nas leis brasileiras para deixá-las na marginalidade. As violências advindas desse racismo por vezes são feitas por meio da fala, da não escolha, da exclusão ou outras formas que, nem tão visíveis, as ferem. Soma-se as suas experiências o destino de gênero (SAFFIOTI, 2015) e raça (GONZALEZ, 2020) que as colocam no estereótipo hipersexualizado e, portanto, mais passíveis de serem violentados pelos homens. O AS que essas mulheres subhumanas enfrentam deve ser analisado em suas especificidades.

Nesta tese, é incluído o que não pode ser visto, mas pode ser sentido. E isso é importante, porque o racismo é silencioso, muitos não o veem, mas é uma experiência traumática (SOUZA, 2021). Gera sofrimento, crises de ansiedade e angústia, culpa, sentimentos de vergonha e a experiência de estar desamparado, sem defesa e diante de pessoas em que não se confia. Muitas das vezes, essas experiências são minimizadas. Ninguém o vê, mas ele existe. Mais ainda, é forma impiedosa para destruir a identidade do sujeito negro. A violência racista do branco exerce-se de tal forma que, entre o ego e o ideal cria-se um buraco que o sujeito negro tenta ultrapassar às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico (SOUZA, 2021).

Assim, tendo em vista os atravessamentos raciais no debate sobre o AS, que colocam as mulheres negras em outras perspectivas, esta tese utiliza de um conceito mais amplo, ao considerar as violências que as destituem da humanidade, e as ferem, seja com marcas visíveis e invisíveis. Além disso, é importante destacar como elas são tidas no meio acadêmico, sobretudo por

estarem expostas a outros tipos de violências que, igualmente, tem o objetivo de colocá-las nas zonas do não ser (FANON, 2020).

### 2.3 Mulheres negras acadêmicas

Este capítulo tem por objetivo discutir a posição marginal que as mulheres negras ocupam nos ambientes acadêmicos, de maneira a elucidar como é a construção de conhecimento nesse espaço, e o que enfrentam em suas formações e durante seus processos de pesquisas. Sendo um ambiente majoritariamente formado por e para os homens brancos de elite (COLLINS, 2020), ser uma outra requer que elas representem os interesses da elite branca masculina, ou expressem preocupações com o feminismo negro.

As que optam pela segunda opção incluem as suas experiências coletivas e visões de mundo nas suas pesquisas (COLLINS, 2020), incomodando a comunidade acadêmica, a elite branca. São conhecidas como “*outsiders-within*” e, na condição de forasteiras, não compartilham as suposições básicas do grupo dominante. Collins (2016) mostra que, ao entrarem nesses espaços, sob a condição de forasteiras, elas conseguem observar padrões que dificilmente seriam percebidos por aqueles que estão inseridos plenamente no sistema de privilégios raciais que consubstanciam a academia. A posição de “*outsider-within*”, de alguém que pertence e não pertence aos espaços privilegiados de forma simultânea, quando vivenciada do ponto de vista autodefinido, passa de um lugar marginalizado cujos problemas são esquecidos, para um lugar de criatividade, que coloca suas experiências no centro das análises. Bueno (2020), a partir das reflexões de Collins (2016), observa como o status de “*outsider-within*” pode beneficiar as pesquisadoras negras para desafiar os paradigmas do conhecimento ao tensionar os padrões vigentes.

Quanto a estes paradigmas do conhecimento, Kilomba (2019), Carneiro (2017) e Gonzalez (1988, 2020) trazem importantes reflexões sobre o pensamento moderno ocidental, e o lugar das mulheres negras afrodiáspóricas dentro dele. O espaço acadêmico, lugar em que o conhecimento é construído e difundido, não é um lugar neutro. Kilomba (2019, p.50) alerta que ele é “um

espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras". Historicamente, esse é um espaço onde tem estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente construíram as mulheres negras como a/o "Outras/os" inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao sujeito branco. É claro, logo, a exclusão histórica de mulheres negras do centro acadêmico, graças a um sistema racista, fruto de uma violência colonial, que não dá acesso à comunidade negra de se representar. O que ocorre nesse espaço é um sistema que não escuta vozes negras, desqualifica e desumaniza suas experiências, e consideram seu conhecimento inválido. Kilomba (2019, p.52) esclarece o quão difícil é para uma pessoa negra fazer ciência e estar num lugar que tentam, a todo momento expulsá-la, colocá-la de volta nas margens.

Qualquer conhecimento que esteja fora do padrão da objetividade da ciência é criticado por acadêmicos/as brancos/as. Como sujeitos marginalizados, que escrevem da periferia e não do centro, os/as negros/as produzem conhecimento diferente do branco. Kilomba (2019) explica que, ao adotar o conhecimento deles como o neutro, padrão e dominante, estão deixando de lado as emoções e as subjetividades que fazem parte do discurso teórico do sujeito negro. Ela enfatiza que é primordial que os/as negros/as que estão na margem utilizem esse espaço da margem como resistência, como uma forma de fazer com que os brancos/as escutem as vivências, as histórias de dor, de luta, repleta sim, de emoções.

Gonzalez (1988) fez crítica semelhante à Kilomba (2019) sobre a dominação colonial sobre os colonizados, em específico à hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população. Tal dominação colonial está no nível do inconsciente do brasileiro, que incorporou o modelo valorizado de ciência da "superioridade eurocristã (branca e patriarcal)" (GONZALEZ, 1988, p.71), e que ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental. Desse modo, Gonzalez (1988) dá uma perspectiva interessante sobre quem pode falar nesse meio e qual conhecimento é considerado ciência ou não. Quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, estrutura o conhecimento dominante e inviabiliza outras experiências do conhecimento. A pensadora também encoraja as mulheres

negras a compartilharem seus processos de resistência, a refutar a neutralidade epistemológica, e a descolonizar o conhecimento. Uma importante contribuição de Gonzalez (1988), que merece destaque, é sua rebeldia de usar a linguagem sem obediência às regras da gramática normativa, dando visibilidade assim ao legado linguístico de povos que foram escravizados. O “pretuguês”, nomeado assim por ser o português falado pelos povos negros africanos escravizados no Brasil, mostra-se como uma forma de provocar e desestabilizar a epistemologia dominante.

Já Carneiro (2023) faz crítica semelhante às hierarquias raciais que produzem diferentes saberes na colonialidade. Para a filósofa, para além da desqualificação dos conhecimentos vindos do Sul global, há uma desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade. O “epistemicídio” é um processo que nega o acesso à educação de povos racialmente inferiorizados e desqualifica as formas de conhecimento produzidas por esses povos. Isso explica o porquê é difícil o sujeito negro se entender enquanto capaz de produzir intelectualmente dentro da sociedade e, conseqüentemente, de produzir um conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso, Carneiro (2023, p.97) também declara que o “epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc.” É uma maneira de acabar com as próprias condições de serem negros na sociedade.

Carneiro (2023) observa que o epistemicídio, articulado com o racismo, pode ter um efeito paralisante no progresso acadêmico dos negros pela atividade intelectual. Isso porque, eles naturalizam – e internalizam – o desprezo que têm por suas histórias e pesquisas, o que acaba por gerar uma insegurança em relação às suas capacidades acadêmicas. Em especial, as mulheres negras (HOOKS, 1995) que seguem o trabalho intelectual passam a ter dúvidas quanto aos seus trabalhos produzidos, uma vez que a maioria das pessoas encararam suas intelectualidades como suspeita. As intelectuais negras que trabalham em universidades passam por dificuldades, “são assaltadas por dúvidas porque sentem que não há modelos e mentoras do papel da mulher negra ou que os intelectuais negros individuais que encontram

não obtêm recompensas nem reconhecimento por seu trabalho.” (HOOKS, 1995, p. 468) A saída está em se adaptar ao *status quo* (se distanciando do público negro e conseguindo o reconhecimento acadêmico) ou aplacar o sentimento de inadequação, de não pertencimento

Racismo e sexismo combinados imprimem na consciência cultural coletiva a ideia de que a mulher negra não pode ser uma intelectual, ela “está neste planeta principalmente para servir aos outros.” À ela é associada a imagem da mulher selvagem e incontrolável. “encarnação de uma perigosa natureza feminina que deve ser governada. Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade as negras têm sido consideradas só corpo, sem mente.” (HOOKS, 1995, p.469) Demonstra a utilização dos corpos femininos negros como corpos que devem ser controlados, como altamente dotados de sexo, representando “a encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado”. A presença feminina negra também é marcada só pelo corpo no estereótipo da mãe preta, que só serve para amamentar e sustentar a vida de outros. O resultado desse corpo ser associação ao serviço é visto em toda a sociedade até a atualidade. Mulheres negras em diferentes profissões – advogadas, professoras, profissionais de empresa – se queixam que colegas de trabalho lhes pedem que assumam papéis de zeladoras, pois foram sociabilizadas para cuidar dos outros (e limpar suas sujeiras).

Hooks (1995) reflete como a trajetória das mulheres negras na academia apresenta outros percalços. Como argumenta Carneiro (2023, p.323), “Sobrevive quem aguenta”. Mecanismos cotidianos, repletos de racismo e discriminações (como as desconfianças quanto a capacidade profissional), conduzem ao fracasso profissional. Na universidade, por vezes escutam que “isso não é para você”, ou que a sua presença pode comprometer a qualidade reservada aos que a merecem – aos brancos. Aliás, a presença do negro também pode ser vista como um impeditivo aos brancos. Estaria ele, ocupando as vagas deles. E, ao ocupá-las, estaria deixando o nível e a qualidade cair (CARNEIRO, 2023).

Há ainda, os sentimentos contraditórios que as mulheres negras têm sobre o valor acadêmico e/ou trabalho intelectual, como a pouca e/ou falta de ligação significativa do estudo com a vida real ou o domínio da experiência

concreta. Ou, muito importante, o sentimento de inferiorização intelectual, o que compromete a sua autoestima e capacidade de escrita (CARNEIRO, 2023). Há também outras formas de importunação, como as interrogações sobre a capacidade de concluir o trabalho, que solapam a capacidade das negras de transmitir a certeza de talento e domínio intelectual.

Muitas, segundo hooks (1995), desenvolvem baixa autoestima para escrever e não conseguem a aceitação acadêmica. Outras, passam a ter a escrita e o pensamento solitários, o que resulta num caráter individualista do pensamento e do trabalho intelectual das mulheres negras. Esse trabalho as arrasta mais para perto do sofrimento, que pode ir desde o bloqueio psicológico, até mesmo levar a depressão e ao desespero (HOOKS, 1995). Estar sozinha em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias, somado a baixa autoestima constante e ativamente imposta às negras numa cultura racista/sexista e anti-intelectual, significa precisar ficar sempre vigilante. A qualquer momento podem vir a sofrer uma violência.

Um dos caminhos possíveis para sair desse violento ciclo que insiste em as excluir, está na conscientização, no uso da educação como instrumento de afirmação pessoal e social. É importante a construção da autonomia de pensamento e ação. Carneiro (2023) também enfatiza que é preciso criar condições de possibilidade para o reconhecimento, para que os negros construam esse deslocamento de olhar. Uma educação emancipatória, que desconstitua os saberes, as imagens de controle que reproduzam a estigmatização do corpo negro e a sua “destinação” a subordinação. Ou seja, é preciso uma educação que se contraponha aos saberes da dominação, com saberes constituídos por eles mesmos. Collins (2020) já comentava sobre o poder de se autodefinir, para sair da posição subordinada e, mais ainda, poder validar as suas vivências como intelecto, como ciência.

Só assim, é que o negro brasileiro deixará de ser uma marionete nas mãos do branco, e de ser tratado como algo estranho à comunidade, algo a ser controlado. Guerreiro Ramos (BERNARDINO-COSTA, 2020) contribui para essa discussão ao comentar que o negro, para deixar de ser o exótico aos olhos do branco, não deve ser tratado como um problema ou objeto de estudo, e sim como sujeito. É preciso entender o negro em sua situação vital e

dinâmica. Por isso, contrapõe o negro-tema ao negro-vida. O primeiro é um objeto de estudo, imobilizado e suscetível de ser apreendido a partir de um binarismo que o estereotipa. O segundo não se deixa imobilizar, não tem uma versão definitiva. O negro-tema deixa de ser objetificado pelo outro quando passa a produzir conhecimento desde um ponto de vista negro, em que se dá a afirmação da negritude. (BERNARDINO-COSTA, 2020).

Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) corrobora pontuando que a mulher negra precisa rejeitar ser objeto de estudo, mumificados por força de uma omissão e de uma dependência de pensamento que fez perpetuar o status quo ao qual estão submetidos historicamente. Para isso, é preciso uma interpretação fidedigna acerca dos reflexos do racismo por eles mesmos, a partir de seus comportamentos, na maneira de ser, e de como ele se reflete neles. Uma outra “consciência racial” abre as portas para a mulher negra intelectual que saia das amarras das definições do homem branco.

Carneiro (2023) comenta sobre a importância do coletivo, pois é importante recurso de resistência. De modo semelhante, Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) comentava sobre o quilombo que, embora oficialmente terminado com a abolição, permaneceu como uma resistência e enfrentamento da sociedade. Na atualidade, não se vê mais como fuga da escravidão. Mas de se negar ao regime de opressão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas. Portanto, aquilombar-se pode ser uma saída para o reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional.

Assim, as autoras citadas anteriormente contribuem para compreender o papel das mulheres negras como “*outsiders-within*” na construção do conhecimento, principalmente quanto à resistência e aos desafios aos paradigmas de conhecimentos tradicionais. Retomando, então, a discussão sobre as “*outsiders-within*”, embora emergidas do norte global, as reflexões de Collins (2016) sobre as mulheres negras são extensivas ao contexto brasileiro. Bueno (2020) faz uma leitura do pensamento feminista negro de Collins, mais especificamente em torno do conceito de “imagens de controle”, pensando de forma mais aprofundada a realidade e a experiência das mulheres negras brasileiras. Bueno (2020) argumenta que, apesar do processo da escravização,

e a organização em torno de lutas e direitos terem ocorrido de maneira distinta nos dois hemisférios, mulheres negras foram marginalizadas e silenciadas ao longo de toda a sua história, em todo o globo. Ou seja, é possível, a partir do pensamento de Collins (2016), traçar um paralelo sobre a interpretação das experiências das mulheres negras no Brasil e utilizar seus conceitos para pensar em estratégias que desafiem o *status quo* - e desafiem essa ferramenta de opressão a partir da recuperação de suas próprias vozes.

Bueno (2020) cita algumas imagens de controle impressas na sociedade brasileira. Cabe destacar uma marcante: a figura da mulata, que tem como objetivo objetificar a mulher negra como promíscua, sexualmente agressiva, insaciável e lasciva. A ideia por trás dessa imagem é justificar as violentas opressões sobre os corpos dessas mulheres. Ao serem tratadas como as “mulas” da sociedade, meras unidades de trabalho domesticadas, suas qualidades de vida não eram fonte de preocupação, desde que exercessem suas tarefas. Somado a esse tratamento desumanizante, que explora economicamente as mulheres negras, essa imagem de controle justifica a exploração sexual que foram vitimizadas. Essas mulheres foram violentadas pelos seus escravizadores, e a crença de que eram lascivas e disponíveis mascarava o estupro que sofriam. Se elas não falavam ou admitiam ter relações sexuais com os brancos, era porque corriam o risco de serem espancadas, violentadas, serem separadas dos filhos ou companheiros.

Assim, moldaram a imagem perfeita de uma mulher que fazia as atividades domésticas, artísticas, servis e eram as “expertas no sexo” (GONZALEZ, 2020, p.53). Cabe enfatizar que o preconceito de que a mulher negra só serve para esses serviços perpetua até os dias de hoje. A ideia de que as mulheres têm papéis definidos, ou seja, a “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (GONZALEZ, 2020, p.54), reproduz o ideário de que as mulheres negras, sejam elas pretas ou mulatas, não são humanas, são apenas corpos animalizados. Isso explica a superexploração sexual das mulheres negras. O racismo constrói a mulheridade negra como um duplo corpo sexual - a doméstica obediente e a prostituta gostosa sexualizada. Assim, esse corpo, independente do que esteja fazendo, torna-se a

personificação do sexualizada, com um apetite sexual violento (KILOMBA, 2019).

A sexualidade da mulher negra também ganha força na figura da mulata sambista (GONZALEZ, 1984), enaltecida e endeusada no carnaval brasileiro, mas esquecida e descartada quando, no cotidiano, se transfigura na empregada doméstica. No entanto, a empregada continua sendo um símbolo sexual, por seu corpo carregar a memória daquela que samba, é a rainha de bateria, é a gostosa tipo exportação. A empregada que presta serviços domésticos, como esclarece Gonzalez (1984, p.230), passa a ser obrigada a prestar todos os “serviços sexuais”.

Gonzalez (2020, 1988) também explica que o mito da democracia racial criou a ideia de que somos todos iguais perante a lei, quando, na verdade, maquia um racismo sofisticado, que mantém as populações negras e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas. A intelectual ironiza, perguntando: “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus.” (GONZALEZ, 1984, p.226). Produzido e proferido pelo discurso ideológico dominante, tal mito reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais, e que o negro deve desaparecer, criando um efeito de desintegração extremamente violenta. A ideologia do branqueamento, como Gonzalez (2020) elucida, tem como principal propósito embranquecer a população, levando pessoas negras a negarem a sua própria raça e cultura.

A ideologia do branqueamento é violenta, porque faz com que a população negra negue seus próprios traços naturais. A ideologia do branqueamento é racista, porque vincula tudo a que é negro a algo ruim. É uma “lógica da dominação que visa à dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais.” (GONZALEZ, 1984, p.237). Por isso criticam o cabelo crespo, chamam de “duro”. E, quando tecem elogios, dizem que os(as) negros(as) tem feições finas, mais bonitas. O racismo se materializa nas pequenas ações, olhares, gestos e no discurso cotidiano (KILOMBA, 2019). E é sutil, realizado nas entrelinhas, de forma

suave. Num primeiro momento, a mulher negra tem um cabelo fascinante, atraente, exótico. Depois, é visto como feio, sujo, duro. Ao se branquear, o cabelo antes rebelde é “controlado” com o uso de piastra e se torna liso, lindo. Da mesma forma acontece com a figura da mãe preta. Primeiro, é vista como gorda, de pele retinta, que não tem companheiro ou sexualidade. Depois, quando cuida da criança, “a mãe preta vira até boa gente.” (GONZALEZ, 1984, p.253). Passam a constituir uma relação de afeto e cuidado. Embora seja a mãe em termos práticos, porque a mãe branca “não exerce a função materna”, a mãe preta passa a se ver como uma pessoa que não merece ser amada, e construir sua própria família.

Souza (2021) também acrescenta que a ideologia do branqueamento, somada a democracia racial, tornam para o negro o branco como modelo de identificação e, assim, o afasta de seus valores originais, mas o faz com a promessa de “tornar-se gente”. Num meio em que para ser aceito e ascender social e profissionalmente, é preciso se aproximar do ideal de ego do branco, o negro renuncia à sua identidade. Mais ainda, o custo emocional da sujeição, negação e anulação de sua identidade original também afeta a sua identidade histórico-existencial. E a tentativa de assemelhar-se ao branco não é feita sem sofrimento. Souza (2021) comenta sobre o sofrimento psíquico da população negra provocado pelo racismo, sendo a baixa autoestima ou o complexo de inferioridade, por exemplo, uma de suas causas. O sofrimento de negros e negras causados por preconceitos e discriminações raciais é causado por experiências traumáticas: um evento real, acompanhado de uma experiência subjetiva que promove crises de ansiedade e angústia, culpa, sentimentos de vergonha e a experiência de estar desamparado, sem defesa e diante de pessoas em que não se confia. Muitas das vezes, essas experiências são minimizadas. Ninguém o vê, mas ele existe.

Kilomba (2019) explica que as mulheres negras ocupam um terceiro espaço, vazio, em que as mulheres brancas estão de um lado, os homens negros do outro, e elas no meio. Ela é, tal como elucida Kilomba (2019), olhada pelo colonizador como “o outro do outro”. Enquanto a mulher branca é pensada em comparação ao homem, e posicionada hierarquicamente como submissas e dominadas à eles, a mulher negra não é comparada nem ao homem nem às

brancas, sendo exercendo a função de “outro do outro”. A condição do(a) negro(a) como “o(a) outro(a)” que, segundo Kilomba (2019, p.38) é “a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer.” O sujeito negro é o/a “o outro/a”, o diferente, em relação ao qual o “eu” da pessoa branca é medido. Por isso que, comparadas às brancas, as mulheres negras eram vistas como sujas, promíscuas, más, bárbaras, selvagens, putas, criminosas, assassinas. Elas eram vistas como um objeto, e não como um sujeito. Sempre como “outras”, nunca como “eu”.

É muito importante perceber que as mulheres negras são “o outro do outro” porque na pirâmide social, em que o homem branco heterossexual está no topo, elas estão abaixo das mulheres brancas e dos homens negros, ocupando um lugar de maior vulnerabilidade social. Ribeiro (2021) explica que precisamos entender o lugar que a mulher negra ocupa na sociedade para que legitime sua forma de ser no mundo, e não adotemos um discurso excludente. De acordo com a autora, “Se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível.” (RIBEIRO, 2021, p.41) Em um dos exemplos, a filósofa comenta sobre a afirmação de que “as mulheres ganham 30% a menos do que os homens no Brasil”, para discutir a desigualdade salarial no país. A afirmação não leva em consideração as mulheres negras: elas ganham menos do que as mulheres brancas e os homens negros. Elas ganham menos que todos. Essa pesquisa pensa a partir de um lugar marcado do grupo social que se distancia da realidade das mulheres negras, o que é problemático para pensar nas demandas desse grupo e em políticas públicas. Adotar uma visão universalizante implica deixar as mulheres negras implícitas e não as beneficiar no planejamento de políticas públicas (RIBEIRO, 2021).

Para falar sobre as mulheres negras, é preciso entender que as categorias de “raça” e “gênero” são inseparáveis. Isso quer dizer que, raça não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da raça. “A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de raça e na experiência do racismo.” (KILOMBA, 2019, P.94) O mito da mulher negra promíscua e do homem negro infantilizado são exemplos de como as

construções de gênero e de raça interagem. Gonzalez (1984) e Carneiro (2003) já deixavam claro que o racismo, articulado com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Gonzalez (2020) elucida a dupla discriminação que as mulheres não brancas amefricanas e ameríndias passam, devido a suas condições raciais e sexuais. Trata-se de uma discriminação em triplo, na verdade: as mulheres negras, dada sua posição de classe, são mais oprimidas e exploradas pelo capitalismo patriarcal-racial afro-latino-americano (GONZALEZ, 2020).

Indo nessa direção, Carneiro (2003) esclareceu um importante perspectiva de entendimento sobre as mulheres negras. A estudiosa mostra que as mulheres negras não podem estar na mesma categoria de mulheres que as mulheres brancas. Com a pergunta: “Quando falamos que a mulher é um subproduto do homem, posto que foi feita da costela de Adão, de que mulher estamos falando?” (CARNEIRO, 2003, p.50), reivindica uma identidade de mulher negra que se constitui como sujeito histórico e político. Afinal, se são tratadas como “antimusas da sociedade brasileira, porque o estético de mulher é a mulher branca”, vide os anúncios de emprego que pedem uma “boa aparência”, seria contraditório não se atentar para as heterogeneidades que circundam essa categoria.

Ter boa aparência significa estar o mais próximo da branquitude, do padrão. Tem em vista os marcadores como tipo de cabelo (os famosos cabelos crespos e cacheados) e a cor da pele, a mulher será considerada mais ou menos bela, ou mais ou menos oportunidades econômicas e sociais. Devulsky (2021) chama atenção para como o colorismo irá afetar afetividade da mulher. Enquanto os homens brancos utilizavam o corpo das mulheres negras de pele escura como simples receptáculos para violentos atos sexuais sem o desenvolvimento de quaisquer laços emocionais (parceira não assumida publicamente), com as de pele clara se permitiram ter seus laços biológicos, o que os levaram ao desenvolvimento de sentimentos diferentes e diversos. No entanto, cabe destacar que as mulheres negras em geral não são bem valorizadas nas relações afetivas na sociedade. Para além da solidão, é comum associações excessivas e impertinentes (como as piadas e memes na

internet) quanto à vida sexual da mulher negra dão a impressão de que sua intimidade faz parte dos aparelhos públicos da pracinha da cidade.

A afetividade da mulher negra é tema debatido pelas feministas negras, como Beatriz Nascimento (RATTS, 2006), Audre Lorde (1984), Lélia Gonzalez (2020), bell hooks (2020), entre outras. Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) reconhece ser estranho falar sobre condição amorosa e sexual para a mulher negra. Isso porque ela está em profunda desvantagem em suas relações com o outro sexo, tendo suas relações marcadas mais por um desejo de exploração por parte do homem do que pelo desejo amoroso de repartir afeto. Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que ela seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crença relacionada às características do seu físico, muitas vezes exuberante.

Embora reprimidas, as mulheres também têm direito de expressar desejo sexual, iniciar a interação sexual e ser sexualmente realizada (HOOKS, 2020). É interessante colocar o bem-estar sexual da mulher em pé de igualdade com o do homem, e normalizar a liberdade sexual feminina. Hooks (2020) aponta que é preciso desconstruir a ideia de que a sexualidade feminina existe para servir e satisfazer suas necessidades. Ao invés disso, a prática sexual deve ser procurada por ela por vontade própria, para saciar o seu desejo. O uso do erótico deve ser fundamentado para encontrar o prazer sexual, pois nele está um *ethos* de afirmação da vida. Conexões eróticas distanciam a mulher do isolamento e da alienação, inserindo-as na comunidade.

De modo semelhante, Lorde (1984) já comentava que erótico é uma possibilidade das mulheres se conectarem com seu plano feminino, com os seus sentimentos não pronunciados e ainda por reconhecer (LORDE, 1984). É uma fonte de poder, uma força vital das mulheres, que podem encontrar dentro de si mesmas energia criativa, sabedoria, inspiração etc. Embora a sociedade tenha reduzido o erótico a algo superficial, confundindo com pornografia, Lorde (1984) afirma que rerepresentar a mulher ao erótico, e não o suprimir, é uma possibilidade de tomar consciência de seu próprio ser, de se permitir sentir intensamente todos os aspectos da vida, de aumentar corajosamente a capacidade de gozar (seja gozo físico, emocional, psíquico ou intelectual) e,

principalmente, de satisfazer e se expandir – seja dançando, escrevendo um poema ou tomar um sol. Usar o erótico no desenvolvimento e nutrição do poder é deixar de ser usada como objeto de satisfação, reduzida ao simples abuso. É poder ser fêmea e auto afirmativa frente a uma sociedade racista, patriarcal e anti-erótica.

O fato da relação sexual e o prazer não serem vistas como normais – e sim, um tabu - para as mulheres é porque, nos arranjos patriarcais, elas são submissas no casamento (PINTO, 2021). O sexo é atrelado a ideia do amor romântico, realizado após o casamento, este com um contrato jurídico, com normas socioeconômicas (dividir compromissos financeiros e constituir patrimônio) e valores morais aceitáveis (união de duas pessoas). O casamento, em si, atua como ferramenta de controle sobre o feminino. As ações realizadas dentro dele passou a girar em torno dos homens, para agradar e atraí-los.

Hooks (2020) não deixa esquecer que a prática sexual, para ser libertadora, deve ter o respeito fundamentalmente mútuo, assim como a busca pelo prazer e satisfação sexuais somente são alcançados em circunstâncias de escolha e acordo consensual. O sexo, pensando longe da lógica de dominação patriarcal, é uma forma de conhecer a si, e se conectar com o outro. Noguera (2020) aponta que a atração sexual é algo natural, aumenta a conexão entre as pessoas, e é o primeiro passo para uma pessoa ser admirada e desejada. Se relacionar com o outro é importante, é um instinto de sobrevivência. Uma relação amorosa contribui para manter a espécie viva, fazer com que seus envolvidos tenham um compromisso maior com a vida e, conseqüentemente, que as comunidades estejam mais protegidas.

Nesse sentido, as mulheres negras podem e devem ter o acesso a relações sexuais consentidas. Ao falar sobre o estereótipo da mulher negra hipersexualizada, não se intenta as reduzir ao olhar do homem, que vê o seu corpo como oportunidade de sexo fácil, mas dela ser protagonista e ter poder sobre o seu prazer. O sexo é algo normal, que é acessado por elas também. O sexo como uma forma de violência só é possível num contexto em que o homem é a norma (OYWEUMI, 2021) e utiliza de sua posição superior nas relações de gênero e classe, para usar os corpos alheios. Essa questão será

debatida no próximo capítulo, ao apresentar primeiramente a afrocentricidade e, no seu decorrer, as reflexões sobre o AS.

## 2.4 Afrocentricidade

A proposta da tese, ao seguir a teoria da afrocentricidade, é analisar e produzir conhecimento partindo da localização e agência. O primeiro, diz respeito a localização psicológica e cultural dos povos africanos (incluindo os afrodiaspóricos). E o segundo, “a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais necessários para o avanço da liberdade humana.” (ASANTE, 2009, p.94) Para o autor, é necessário que o sujeito africano, através da conscientização, deixe a posição de dependência (ou desagência) para posicionar-se como agente de transformação para si mesmo e para os povos africanos.

Ao reposicionar a África da posição marginal para o centro, a afrocentricidade procura tornar a pessoa africana como agente de ação (agência), isto é, pensar nela como o principal sujeito de mudança, transformação, ideias e cultura. Deixando de lado a ideia de que, segundo o pensamento europeu, os africanos são apenas vítimas ou objetos da escravização, a afrocentricidade situa os africanos como sujeitos de sua própria história e não nas margens da Europa ocidental (ASANTE, 2016).

Assim, ser um agente de ação também significa interpretar e explicar os fenômenos do ponto de vista não inferiorizado e, por isso, se torna essencial buscar as respostas considerando a localização. Asante (2009) entende que é essencial que qualquer avaliação envolvendo um africano (ou afrodiaspórico), em qualquer país, seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Estudá-lo com base na localização europeia é continuar com a posição eurocêntrica ocidental que o coloca na marginalidade e na periferia das experiências. A localização centrada na África é capaz de avaliá-lo a partir de sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos. De modo semelhante, Mazama (2009) argumenta que os africanos precisam encontrar uma autodefinição positiva e assertiva, sendo que esta deve ser extraída da cultura africana.

Para localizar os sujeitos na África, é necessário reorientá-los em uma posição centrada, o que requer conscientização. A conscientização é de extrema importância, porque os africanos e afrodiáspóricos passaram, por anos, pela internalização, muitas vezes inconsciente, de um discurso de supremacismo branco que os fizeram assimilar a ideia de que os africanos são deficientes e devem converter-se aos modos europeus para atingirem o status pleno de seres humanos (MAZAMA, 2009). Devido a colonização, a tomada de ideias europeias como universais, normais e naturais tornou quase impossível de resistir a supremacia branca. Por isso, Manama (2009), corroborando com Asante (2009, 2016), defende um novo paradigma, a afrocentricidade, que desafie o eurocentrismo ocidental e seja a base um modo consciente e sistemático, para o africano pensar sua própria matriz cultural e histórica.

É interessante pontuar que a pesquisa afrocentrada não deve partir do ponto de vista patriarcal (ASANTE, 2009). Em tal contexto, as mulheres são relegadas ao segundo plano, algo que não era comum na sociedade africana. Elas eram parte integrante de todas as culturas africanas, ocupando altas posições e tendo igual importância aos homens na construção do conhecimento.

A afrocentricidade, prioriza o coletivo, reconhece e respeita a natureza transitória do eu (ASANTE, 2016). Se dedica fundamentalmente ao eu coletivo e, portanto, está proativamente engajada na criação e recriação da pessoa em grande escala. Nela, se considera que um africano em qualquer lugar do mundo é parte de uma ascensão geral e coletiva à consciência, na medida em que tenha como objetivo o processo de libertação. O paradigma afrocêntrico pressupõe uma comunidade integrada de praticante, em que tudo o que se produz não é para si (principalmente o conhecimento), mas em função da liberdade dos africanos (MAZAMA, 2009). Nessa perspectiva, só há emancipação se este for um projeto coletivo.

Para não correr o risco de fazer uma análise que não aplique a localização e a agência, Njeri, Ankh e Mene (2020) pontuam que é importante se distanciar da colonização mental e física que homogeneiza a negritude, e provoca uma análise embranquecida e ocidentalizada. Elas comentam, então, que é preciso criar outra narrativa de pluriversalidades de experiências de Ser

e Estar no mundo, que contemple as escrevivências e a humanização dos corpos negros.

Tendo em vista a importância de conhecer as especificidades das regiões, a prioridade se estende na colaboração com a comunidade negra brasileira. Por isso, a partir do conceito de localização de Asante (2009), é considerada a territorialidade da América Ladina<sup>4</sup> (GONZALEZ, 1988), pois ela abarca as diferentes realidades que compõem o Brasil e possibilita não apenas replicar uma teoria pensada no eixo norte do continente, pelos colegas afro-americanos, que deixaria de lado as especificidades socioculturais.

A colaboração com a comunidade negra brasileira é importante, portanto, ao ensejar pensar numa agenda que não reproduza um *modus operandi* civilizatório que limite a humanidade da própria comunidade negra. É uma chance de criar mecanismos de resolução dos problemas que atingem essa comunidade, com análises que não façam um esvaziamento racial (NJERI; ANKH; MENE, 2020).

Mas então, como conhecer, de fato, a comunidade negra brasileira? Como se conectar com os seus? Um caminho é resgatar as origens desse povo. Pelo aquilombamento (RATTS, 2006) percebe-se nas relações do povo preto, a presença histórica, social e cultural do processo civilizatório negro-africano na fundação da identidade brasileira. Juntamente com as diversas manifestações indígenas, as de matrizes africanas se mantêm vivas e resistentes na sociedade, apesar da colonização europeia, principalmente por meio da oralidade (BÃ, 2010). E é ela quem viabiliza a extensão dos saberes populares para uma gama de pessoas negras.

A influência africana na cultura brasileira foi abordada por Gonzalez (2018, p.194), que demonstrou as marcas da africanidade no viver-vivendo na comunidade negra. A partir de exemplos culturais das casas dessas pessoas, é possível observar ainda na atualidade traços da memória africana e do matriarcado, tal como o hábito da mãe servir o prato da família, por elas

---

<sup>4</sup> Lélia Gonzalez define como amefricanas/ amefricanos todos os descendentes dos africanos que não só foram trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes do seu "descobrimento" pelo Colombo. Entende-se amefricanidade para além dos limites territorial, ideológico e linguístico. Incorporando assim uma intensa dinâmica cultural afrocentrada na América como um todo (GONZALEZ, 1988, p. 76).

saberem repartir o alimento de forma justa e precisa. Em outros espaços, como nos terreiros, é comum que o pai e a mãe da casa limpem o ambiente para uma dada sacralização. Este último exemplo é importante uma vez que elucida a relação coletiva, onde hierarquia pressupõe responsabilidades diferentes, e não sobrepujar terceiras/os. A mãe e o pai, num ambiente matriarcal, atuam juntos na limpeza do local, onde ambos irão realizar o ritual.

Dove (1998) complementa afirmando que no matriarcado africano, organizado de forma Materno-Centrada, buscava-se o equilíbrio e a relação recíproca entre os princípios feminino e masculino, sendo este buscado nos planos físico, material e espiritual. Tanto a mulher quanto o homem trabalhavam juntos em todas as áreas de organização social, buscando o desenvolvimento pleno e harmonioso dos dois sexos. Não havia, portanto hierarquia de gênero (como no patriarcado), e sim mulheres numa posição de horizontalidade ou preponderância em relação aos homens. A importância das mulheres era devido à sacralidade da mãe, à transmissão da linhagem via materna (matrilinearidade) - filhos do casal pertencem à família do lado da mãe - e ao seu papel primordial de controle na economia agrícola e na distribuição familiar (DIOP, 1982).

As origens do matriarcado, bem como do patriarcado, foram pesquisadas por Diop (1982) em seu estudo comparativo com a cultura “negra africana” e a “nórdica ariana”, tendo em vista seus pressupostos de uma unidade cultural da África Negra. Enquanto a primeira tem origem em um sistema matriarcal, a segunda em um sistema patriarcal. Isto resulta em organizações sociais distintas para estas duas sociedades e estes sistemas influenciam diretamente na forma com que estas sociedades se apresentam hoje.

A família patriarcal reproduz relações pessoais e sociais hierárquicas, como resultado da dominação do masculino sobre o feminino. As noções hierárquicas de superioridade e inferioridade racionalizam razões pelas quais a mulher deve ser subserviente ao homem. Este desequilíbrio ou injustiça é a base para o conflito e agressão. Reflete-se na ordem social, com exemplos como desrespeito às mulheres, crianças e idosos. Conceitos como raça e

diferença humanas seguem a mesma lógica e são justificados em uma ordenação hierárquica da humanidade (DOVE, 1998).

É importante essa reflexão sobre a família e, conseqüentemente, sobre a mãe, pois é devido ao respeito à ela que era organizado o matriarcado africano. Dove (1998) explica que a mulher era respeitada sobretudo devido ao seu papel como mãe, e as construções sociais e culturais eram conduzidas maternalmente. Oyewumí (2021) esclarece que mãe mais do que esposa significaria status, posição desejada e socialmente apreciada. Por isso a sociedade era matriarcal, e não pela autoridade exclusiva da mãe. O respeito a elas vinha porque se respeitava a vida. Como portadoras, eram sagradas, e a espiritualidade era algo primordial na sociedade africana.

A espiritualidade é um ponto importante para as comunidades africanas pré-coloniais (DOVE, 2015), e que ainda refletem nas de sua diáspora. A dimensão espiritual também se relaciona com a vida em comunidade, com a ideia de se relacionar com os outros e se responsabilizar pelo todo. Somé (2003) comenta que os africanos reconhecem que não estão sozinhos no mundo, e que há algo que os une e os guia. Esse algo é o espírito, cujo papel é ajudar toda a comunidade a buscar o seu melhor, assegurar a conexão entre as pessoas e o seu redor, e com o além. Para eles, é o espírito que os une.

Toda essa interação entre os seres humanos e não humanos, entre o visível e o invisível também ajuda a conhecer um outro mundo, diferente do ocidental. Enquanto neste o individualismo impera, em comunidades africanas e afrodiáspóricas há a ideia de harmonia entre o mundo material e espiritual e, principalmente, de que precisa do outro para se fortalecer e evoluir (BÃ, 2010). Este outro, num espaço em que valoriza o espírito, se refere também aos ancestrais, àqueles que vieram antes e ainda estão presentes para direcionar os que estão vivos. Tal como Kashindi (2003) comenta, os africanos são gratos ao seus ancestrais por suas vidas - um dom - que emanam deles e, por isso, tem responsabilidade para com o seu legado.

Esta dinâmica da sociedade africana é explicada pela visão ética filosófica Ubuntu, que também pode ser concebida como cosmovisão. Kashindi (2003) explica que ubuntu é a fonte ontológica e epistemológica da filosofia africana. Por isso, a ideia de humanidade perpassa muitos dos conceitos aqui

expostos. Não há como pensar em sociedade, trabalho, natureza, corpos, gênero, leis, responsabilidade e práticas sem explicar o que é ubuntu. E, como base filosófica, mostra que a razão e, portanto, a humanidade, não é um atributo exclusivo de apenas algumas pessoas, neste caso, dos brancos europeus.

A cosmovisão (bantu) (Kashindi, 2003), parte do princípio de que toda a vida é relacional, estando ela conectada a outras por meio da espiritualidade. A cosmovisão também traz a reflexão que, fazer o bem gera mais força vital para si e para os outros. A responsabilização coletiva também garante que o saber será transmitido para as futuras gerações. Cada geração reconhece a dívida para com os seus antepassados e, por isso, deve responder à mesma através da responsabilidade pelo seu legado. E isso ajuda a manter o equilíbrio da comunidade, sendo que ele é essencial para se pensar numa comunidade preta Ser/Estar no mundo hoje.

A noção de equilíbrio é fundamental para a filosofia africana (BÃ, 2010). Todas as forças precisam estar alinhadas para a comunidade funcionar: o espírito, as crianças, os anciãos, a responsabilidade, a generosidade, a confiança, o ritual, os ancestrais, o mundo animal, a terra, as árvores (SOMÉ, 2003). Qualquer violação que cause perturbação no equilíbrio desse universo não é bem-vinda. O homem deve respeitar o equilíbrio e evitar causar distúrbio. Ele é o responsável por esse contexto mágico-religioso e social e, por isso, ensinam a ele qual deve ser seu comportamento frente à natureza, como respeitar-lhe o equilíbrio e manter a harmonia. Ele é responsável pelo seu próprio comportamento e em relação ao mundo que o cerca. Essa visão de mundo é diferente da conhecida no ocidente. A relação do homem ocidental com o mundo é uma relação de pura utilização, em que ele se sobrepõe à natureza (ou qualquer aspecto visível), assumindo-se como superior e, por isso, pode explorá-la a seu favor. Já a África tradicional preza pelo respeito à natureza. Sua relação com ela é de participação, e não uma relação de pura utilização (BA, 2010).

Assim como o equilíbrio e a harmonia, a noção de espíritos também é importante, e ajuda a entender que os seres humanos não são apenas os seus corpos físicos. Há muito envolvido no corpo, para além da carne e do osso. E a

partir das concepções de cosmovisão e cosmopercepção, é possível observar que o corpo não pode ser resumido a apenas aquilo que se vê, mas também deve ser levado em consideração os olhares, os cheiros, os gostos, a senioridade, na ancestralidade, as divindades (representações dos cosmos, os orixás), ou seja, ir para além da aparência física. Tal como pesquisado por Oyewumí (2021) em Iorubá, a cosmopercepção enfatiza o saber pelos vários sentidos que não somente a visão, ou aquilo que está aparente. Assim, privilegia os sentidos que não o visual ou a combinação de sentidos.

Ao dar atenção também para aquilo que não se vê, a sociedade de Iorubá traz outras formas de interpretação do corpo no mundo social. Oyewumí (2022) comenta outra contribuição da cosmopercepção para os ocidentais: um outro raciocínio corporal que associa o corpo e a mente, e a razão lógica, espiritual e divina. Os ocidentais costumam desassociá-los, colocando em posições opostas, em que a mente se sobrepõe ao corpo, visto ele que possui as fraquezas da carne. Essa oposição, além de criar uma falsa dicotomia, chama a atenção para a fisicalidade do corpo, e a constituição de uma classificação social baseada na biologia.

Na cosmopercepção Iorubá, o corpo leva em consideração todo o complexo que ele está inserido, e as relações entre os elementos físicos, humanos e espirituais, constituindo um lugar de encontro de mundos visíveis e invisíveis. De modo semelhante, Sodré (2017), a partir da filosofia afro nagô, nomeia o corpo como um centro de interpretação que conecta as intensidades num plano inerente ao grupo. É importante ressaltar aqui, como o corpo é tido como algo complementar ao meio social e ao grupo em que ele está inserido. Para além da carne, o corpo pode ser concebido como um território onde é feita a mediação, seleção e organização de todas as forças que atuam nele (elementos físicos e míticos, coletivos e individuais), assim como os estímulos recebidos pela ordem social e cultural.

No entanto, ao reconhecer o corpo como o mediador das forças que nele atuam, ao mesmo tempo caracterizando-o como social, Sodré (2017) rejeita a noção de corpo como mero habitáculo passivo de forças da alma, da consciência ou da linguagem (social). Tampouco que ele é um receptáculo vazio que pode ser preenchido pelos ideários da ordem social (como a

“salvação” da alma pelo cristão). Ele tem, sim, uma dimensão própria, e é capaz de selecionar e assimilar os estímulos culturais e sociais em que está imerso. O termo “si-mesmo” corporal, é utilizado por Sodré (2017) para denominar essa subjetividade nagô que compreende o “si-mesmo” psíquico e o corpo (físico).

Ainda, também cabe lembrar como a cosmopercepção “iorubá” (OYEWUMÍ, 2021), ao abrir espaço para considerar outros sentidos para além da visão, e como a cosmovisão “bantu” (KASHINDI, 2003), ao afirmar que toda vida está conectada a outra por meio do espírito, são fundamentais (atuam como base) para a concepção de pessoa comentada aqui. A contribuição do pensamento nagô, de Sodré (2017), corrobora com a ideia de que o corpo se relaciona com o meio externo, e dá abertura para pensar a sua conexão com a espiritualidade, a natureza e a ancestralidade. A filosofia africana possibilita para os povos da diáspora um autoconhecimento e autoconsciência de si e dos seus, ao dar atenção aos sentimentos, emoções e memórias que os compõem.

Enquanto a sociedade ocidental organiza socialmente os corpos de homens e mulheres em categorias biológicas fixas e dicotômicas, com base em seus gêneros (que se assemelha ao sexo), Oyewumí (2021) observou que na sociedade iorubá não vinculava o corpo biológico a classificação social, pois possuía uma vida dinâmica, fluída e percebida pelas dinâmicas relacionais da comunidade e da ancestralidade.

Essa reflexão é importante pois abre caminho para desvincular o corpo do sistema de sexo/gênero patriarcal que parte de uma lógica pautada no corpo biológico (sexo) para explicar as categorias de gênero e as diferenças sociais. Nessa “bio-lógica”, a categoria social “mulher” é baseada em um tipo de corpo oposto ao seu: o homem. Para Oyěwùmí (2021), os ocidentais criaram a ideia que o corpo poderia ser percebido como feminino ou masculino, de formas opostas, com o objetivo de criar uma diferenciação e a partir dela, criar hierarquias sociais.

Esta tese considera gênero como uma construção sociocultural, o que significa buscar um outro olhar sobre gênero. Não precisa ser, obrigatoriamente, definido apenas em categorias binárias, opostas e

hierárquicas, de homem ou mulher (biológicas). Não se deve estruturar gênero somente por paradigmas duais, como um processo de relações sociais entre homens e mulheres, ou uma forma de construção social do ser mulher, desfavorável a essa, pelo poder do pai /homem/lei, ou seja, devido a um sistema patriarcal, também tido como onipotente. Tal como em sociedades africanas matriarcais, é possível pensar num conceito de gênero que preze pela complementariedade na relação feminino-masculino, e da não hierarquização entre eles (DOVE, 1998).

Além disso, por entender gênero como uma categoria que classifica o que é (ser) mulher, autoras do mulherismo africana consideram importante elas se autorreconhecerem e se autodefinirem, reivindicando suas próprias categorias e formas de existir. Adotar gênero como construção social significa reconhecer que as mulheres sempre serão lembradas (e reconhecidas) pelo seu lugar social, uma vez que a existência do gênero (e da raça) são os fundamentos onde se assenta a sociedade capitalista que se vive. Separar gênero de sexo anatômico e pautar suas existências fora da categoria “mulher” pode ajudar a construir novas realidades, para além daquelas que as aprisionaram.

Afinal, como defendido por tal literatura e aqui no texto, ser mulher não é algo que precisa ser pré-definido por categorias. Como explica Somé (2003, p.48):

[...] ser mulher não significa que a pessoa não tem nada a ver com a energia masculina. Da mesma forma, ser homem não quer dizer que a pessoa não tem nada a ver com o feminino. Vaginas e pênis não são as únicas que definem nossa natureza sexual. Nossa vida é influenciada pela presença, dentro de nós, das energias masculina e feminina. É importante que essas energias estejam em harmonia dentro de nós. (SOMÉ, 2003, p.48).

A questão da harmonia volta aqui como o pilar da filosofia africana e, é graças a ela, que se tem as categorias homem e mulher não como antagônicas, ou com características que sejam excludentes entre si. Em sua pesquisa em uma aldeia africana, Somé (2003) observou que o homem ali, num ritual, aprende que pode chorar, se conectar com suas emoções, cuidar dos outros, e a mulher sai para caçar, aprende a ser mais extrovertida. Não havia, portanto, “papéis” sociais definidos pelo gênero. Graças aos rituais, e a consequente conexão com o espírito, as pessoas não eram vistas como coisas,

em que se prioriza a sua utilização. A espiritualidade assegurava a conexão com as emoções, com os outros e, como dito anteriormente, a não reduzir o ser humano a sua carne e osso - e, com isso, facilitar o seu caráter utilitário.

Isso é importante porque esclarece como homens e mulheres se relacionam na sociedade, permitindo estender para a questão da sexualidade. A partir do momento em que se reconhece como complementares, criam um ambiente no qual se apreciam e se respeitam. O interesse romântico e sexual existe, é comum e considerado normal (SOMÉ, 2003).

Essa questão - o ato sexual - adquire outros contornos devido à importância que as sociedades matriarcais conferem às mulheres e, principalmente, ao seu corpo, que dá origem a vida e permite que ciclo, entre ancestrais, espíritos e natureza, sejam perpetuado. Nesse contexto, exercer um papel de importância, respeito e igualdade em conjunto com os homens significa ter seu corpo não dominado ou violentado pela figura masculina. A forma que a mulher é tratada na sociedade patriarcal - que naturalizou a violência doméstica contra a mulher - também deturpou a questão do sexo para/com ela (PINTO, 2021).

Por isso, a seguir será abordado o AS na lógica do patriarcado, uma vez que a violência de gênero, e contra a mulher, só acontece nesta perspectiva. Nas sociedades matriarcais africanas, as mulheres e os homens eram respeitados, logo não havia violências que os explorassem sexualmente. De forma articulada a teoria da afrocentridade, juntamente com autores críticos ocidentais, é elaborada uma apresentação sobre o AS para entendê-lo na sociedade brasileira.

## 2.5 O Assédio Sexual como uma violência de gênero patriarcal

O AS é entendido como uma violência de gênero (MACKINNON, 1987, FITZGERALD et al., 1997), sendo o vetor mais amplamente difundido o da violência do homem contra a mulher (SAFFIOTI, 2015). E isso ocorre, sobretudo, porque no patriarcado homem e mulher são categorias hierárquicas (OYEWUMI, 2021) e mantem o domínio e exploração (SAFFIOTI, 2015) sobre elas. O conceito de gênero pensando em ideia de contraposição, em que um é dominante e o outro é passivo, também favorece essa violência. Numa lógica

de harmonia e complementariedade, não haveria mulheres, ou homens, sendo dominados e explorados.

A questão já debatida aqui por Oyewumi (2021) que o sistema patriarcal continua a pensar assim o gênero porque beneficia a um grupo dominante, este elitizado, branco, masculino e heterossexual. Ao dar uma identidade negativa para a mulher, reduzindo-a a um nada, ele consegue ser associado a uma identidade positiva. O gênero patriarcal é pensado assim para dar cobertura a uma estrutura de poder, que legitima a sua superioridade. Logo, ele domina e explora outros corpos porque há um conjunto de elementos do ambiente que se relacionam e atuam em conjunto para obedecer ao grupo dominante. Ele domina-explora, simplesmente porque pode.

Domínio e exploração são utilizados aqui juntos porque, como comenta Saffioti (2015), ambos são duas faces de um mesmo processo. A dominação patriarcal e a exploração capitalista caminham lado a lado. Logo, tanto o patriarca quanto o capitalista se beneficiam da posição inferiorizada da mulher na sociedade. O domínio de seus corpos favorece a sua exploração econômica, e vice-versa, uma vez que ao ser segregada e marginalizada ocupacionalmente, o controle se mantém em mãos masculinas. Assim, ele consegue lucrar com a posição da mulher subalternizada. Seja ela na estrutura familiar, com ela cuidando de casa e dos filhos gratuitamente, ou sendo mal remunerada no sistema produtivo de bens e serviços, o homem consegue lucrar com isso. Sem contar em como o controle de sua sexualidade e, conseqüente reprodução, beneficia a eles no patriarcado.

É inconcebível pensar que isso existiria no matriarcado africano. A lógica de apenas o homem ganhar, acumular e se beneficiar, não condiz com o ganho mútuo de homens, mulheres, crianças, animais e natureza. Com o individualismo, em que apenas um manda e ganha, desequilibra o ganho coletivo, e possibilidade de, no futuro, todos continuarem a colher os frutos (SOMÉ, 2003). Não à toa, é comum o acúmulo de riquezas por uma pequena parte da população em sociedades ocidentais, e o crescente descaso com os fenômenos naturais. Sem se preocupar em cooperar e, sim, em utilizar, o homem acumula tudo para si. E não se preocupa com o mundo ao redor. Assim, domínio e exploração são conceitos ligados ao patriarcado, e não bem-

vistos na literatura afrocêntrica. A noção de hierarquia no matriarcado pressupõe responsabilidades diferentes, e não sobrepujar terceiras/os. (DOVE, 1998).

É importante destacar que o patriarcado, no Brasil, precisa ser analisado junto com o racismo. Saffioti (2013), a partir de reflexões de Gonzalez (1980), expõe que, devido a herança da escravização, a dominação-exploração da mulher negra se relaciona com seu grau maior de sexualização que as mulheres brancas. Quando se trata das questões de caráter sexual do sistema, como bem coloca Gonzalez (1980), Saffioti aborda sobre a relação das mulheres negras e dos senhores brancos no sistema patriarcal colonial brasileiro, relação esta caracterizada pela prestação de serviços sexuais. Inclusive, essas mulheres subverteram a ordem estabelecida, seja na dimensão econômica, seja na dimensão familiar. “Isto porque, o senhor acabava por assumir posições antieconômicas, determinadas por sua postura sexual; como houvesse negros que disputavam com ele no terreno do amor, partia para a apelação, ou seja, a tortura e a venda dos concorrentes. (GONZALEZ, 1980, p. 230).”

Contudo, Saffioti (2013) mostra que essas relações sexuais não eram consentidas, eram fruto da violência do estupro. Em dobradinha com Saffioti, Gonzalez (1988) reconheceu a tragédia do desejo dos senhores da casa-grande sobre os corpos das negras da senzala e insistiu em incorporar as categorias raça e sexo às análises de classes (GONÇALVES, 2019, p. 195). Assim, admite que a escravização moldou uma outra concepção de capitalismo patriarcal no Brasil, com a implementação não apenas de mulheres submissas e inferiores para cumprir os papéis de dona de casa e mãe de família legalmente constituída, mas, ainda, de uma classe de mulheres que pudesse aumentar a população escrava e satisfazer os homens brancos na cama, antes ou fora do casamento.

Ao focar na relação de classes especificamente, Moura (1988) evidencia a marginalização de homens e mulheres negros no capitalismo, ao lembrar dos resquícios do período escravocrata na sociedade brasileira até a atualidade. Para o autor, a estrutura escravista permanece dentro da nova fase do capitalismo, visto que a abolição marginalizou o antigo escravo por meio de

mecanismos seletivos ideológicos que justificam essa “imobilização estrategicamente montada”. (MOURA, 1998, p.72) A criação de estereótipos negativos associados a negritude, por exemplo, passou a funcionar como uma maneira de barrar o negro de qualquer forma de interação social. “E aquele elemento humano, que durante quase quatro séculos foi o único trabalhador da sociedade brasileira, passou a ser considerado preguiçoso, ocioso, de má índole para o trabalho”. (MOURA, 1988, p.11) Sendo não bem-vindo, o negro foi deixado de lado no sistema capitalista, onde é apagado por doenças ou pela violência que se encontra nesses “guetos invisíveis”. Estes guetos invisíveis são os espaços em que os negros foram colocados pela sociedade. O espaço é um de invisibilidade do negro como ser atuante na comunidade.

Assim, retomando as reflexões sobre gênero e raça, ao interseccionar classe, percebe-se que as mulheres negras são mais oprimidas e exploradas pelo capitalismo patriarcal-racial-afro-latino-americano (GONZALEZ, 2020). Na pirâmide social, em que o homem branco heterossexual está no topo, elas estão abaixo das mulheres brancas e dos homens negros, ocupando um lugar de maior vulnerabilidade social. Ribeiro (2021, p.41) comenta que “as mulheres ganham 30% a menos do que os homens no Brasil”, o que exige uma análise interseccionalizada para atender as demandas desse grupo e planejar políticas públicas. Akotirene (2020) corrobora ao defender o pensamento interseccional, visto que evidencia a realidade da opressão vivida pelas mulheres negras. A feminista negra exemplifica com a subnotificação das violências que atingem as mulheres negras moradoras de bairros periféricos, que não atendem aos sábados, domingos e feriados, períodos de maior ocorrência de violências contras elas. Além disso, o eixo de classe evidencia que as mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado pois, ao morarem em regiões consideradas perigosas, identificadas como pontos de tráfico de drogas, são associadas pelo Estado igualmente como perigosas, ou como não merecedoras de atenção e ajuda da polícia por estarem em um lugar impróprio (AKOTIRENE, 2020). A classe, portanto, juntamente com gênero e raça, é fundamental para olhar as singularidades da mulher negra na sociedade ocidental.

Carneiro (2023) explica que, para entender a exclusão social das mulheres negras, é necessário compreender que as relações raciais no Brasil são reguladas por uma dinâmica de poder, cujo domínio produz saberes, poderes e subjetividades pela articulação de vários elementos. A partir de noções foucaultianas de dispositivo e biopoder, Carneiro (2023) vai além de sua inspiração ao criar um conceito novo, de autoria própria, o de dispositivo de racialidade, desenvolvido para apreender a heterogeneidade e a articulação de práticas e discursos engendrados pelo racismo brasileiro. Assumidamente afrodiáspórica, e por lidar com as particularidades e circunstâncias nas quais se encontram as mulheres negras no Brasil, Carneiro (2023) fornecerá a ideia de poder utilizada nesta tese.

Ao articular poder e racismo, a filósofa explica que há uma rede de saberes e poderes que se formam, se relacionam, e operam em conjunto, para cumprir objetivos estratégicos. Estes objetivos não são definidos por apenas uma pessoa, um líder ou um dominador. Mas, por um determinado grupo, num determinado espaço e tempo. Todo objetivo estratégico atende uma necessidade histórica. Para atendê-lo, elementos ditos e não ditos, como “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (FOUCAULT, 1979, apud CARNEIRO, 2023 p.27), são criados e reproduzidos, em diferentes circunstâncias e momentos. Dependendo da circunstância, esses elementos irão se articular e se alimentar ou se realinhar para cumprir o objetivo estratégico, como num jogo, com troca de posições e mudança de funções.

Observa-se que poder não é algo simples de se definir, pois não se interessa pelo que ele é, “mas o modo pelo qual se realiza e se manifesta. Não é propriamente a natureza do poder que o interessa, mas o modo como ele opera.” (CARNEIRO, 2023, p.22) Por isso, é importante estar atento à analítica do poder, em como as forças de um campo de domínio se relacionam para realizar um objetivo estratégico, ou “às correlações de força que o poder engendra.” No campo da racialidade, o objetivo principal é a negação do ser de homens e mulheres negros.

Levando em consideração o efeito do marcador social gênero, combinado com o de raça, Carneiro (2023) aponta que o poder articulado ao racismo, inscreve as pessoas negras no signo da morte, mas incide de maneiras diferentes sobre homens e mulheres negras no Brasil pós-abolição. Aos homens negros a violência mais bruta, enquanto às mulheres negras, o Estado as deixa morrer através de um sistema de saúde que as considera durante o parto, por exemplo, como mais resistentes a dor. Há uma percepção difundida de que o valor da vida é diferente a depender da cor da pele.

Para os que sobrevivem, o poder e o racismo, juntos, incidem por meio de diversas estratégias de assujeitamento, dentre as quais o epistemicídio (elemento fundamental citado no capítulo sobre as mulheres negras acadêmicas), destitui o ser das pessoas negras. É graças ao epistemicídio que o dispositivo realiza a inferiorização, o rebaixamento, o sequestro e assassinato da razão das pessoas negras, bem como as inferiorizam intelectualmente. Diversas estratégias são utilizadas nesse campo de disputa. Considerando ser AS os atos, falas e gestos que deixam ou tenham a intenção de humilhar, ofender, chatear, assustar o outro, acredita-se que, articulado ao epistemicídio, o poder e o racismo, encontra no AS uma realização explícita. Assim, é importante destacar que é para ser assédio, não é necessário ter teor sexual. A partir do momento em que fere o outro que, chega até mesmo a duvidar de si, de sua capacidade – e destitui o seu ser - , constitui uma violência.

No entanto, cabe destacar que as experiências de si dentro desses jogos, dessas correlações de forças, não são totalmente capturadas pelas forças do ambiente (NOGUEIRA JÚNIOR, 2009). Retomando as concepções de Sodré (2017) sobre a corporeidade, e o “si-mesmo” psíquico, entende-se que homens e mulheres negros não são meros habit culos passivos das forças do campo, e tem dimensão própria para que de forma única, singular, constitua seus modos de agir e pensar. De modo similar, Nogueira Júnior (2009) corrobora ao afirmar que a subjetividade, numa perspectiva afrocentrada, não pode ser entendida como um efeito do campo social, mas uma transforma o. Embora dentro desses jogos de verdade as possibilidades de resistência, de escapar das rela oes de poder sejam mínimas, considera que o ser humano tem autonomia consigo e com os outros membros da natureza. Ainda que saia

desses jogos modificados, seja devido a “ocorrências sociais, midiáticas, culturais, ecológicas, econômica, entre outros fatores, que constituem e integram os jogos de força” (IBIDEM, p.81), o ser humano tem o poder da agência (ASANTE, 2009). Nogueira Júnior (2009), ainda assim, comenta ser necessário que o sujeito se conscientize, para que se oriente sobre as opressões que sofre, como também sobre as vias possíveis de libertação através de sua agência. Só assim ele poderá deixar a posição de dependência (ou desagência) e se posicionar como agente de transformação para si mesmo e para os povos africanos.

Assim, ao levar em conta as experiências de si no meio das relações de força que o poder engendra, é necessário apontar que as possibilidades de as mulheres negras resistirem a dominação e exploração patriarcal são pequenas, mas existem. Mas, como dito anteriormente, a filosofia africana acredita que os seres humanos não estão sozinhos no mundo, e se conectam com a espiritualidade, a natureza e a ancestralidade. Assim, não basta só olhar para o sujeito negro que fisicamente está ali. Mas todo o conjunto que também o compõe. Sendo ele um corpo que não está sozinho, encontra na comunidade negra a validação, o autoconhecimento e possibilidade de ser sujeito de sua própria história (NJERI; ANKH; MENE, 2020). Carneiro (2023) comenta sobre a sujeição sem sacrificar a agência, a necessidade de cuidar de si e dos outros, fazer por si e pelo coletivo.

Na sociedade patriarcal, o controle dos corpos é tido de maneira diferente ao matriarcado africano. É importante destacar isso aqui, pois considerando as estruturas de poder que as mulheres negras estão submetidas, seus corpos são vistos como públicos, sem subjetividades e, por isso, passíveis de serem controlados. Saffioti (2015) explica que na violência contra as mulheres, ocorre a dominação e controle dos seus corpos pelo grupo dominante. Controla-se o corpo para ter livre acesso a esse objeto sexual. Mas, esse corpo não é controlado do dia para noite. É aprendido, socialmente e culturalmente, como se comportar e corresponder ao que se espera dele, a se encaixar no padrão do “normal” (LOURO, 2000). Homens e mulheres aprendem desde cedo, nas instituições sociais, como as escolas, os gestos, expressões, posturas e comportamentos, de acordo com o seu gênero. Quem

estiver fora da norma – definida pelo homem branco heterossexual – estará fora do padrão estético, higiênico e moral.

Nesse sentido, é incorreto afirmar que o controle de homens sobre as mulheres ocorre de forma voluntária. Louro (1995) considera que os corpos e almas são adestrados com a instituição de saberes, constituindo verdades. Se a sociedade lhes mostra que a única maneira correta de ser homem é performando uma masculinidade, assim ele entenderá com a verdade percebida. Inclusive, Oyewumi (2021) aborda sobre como os corpos biológicos são facilmente usados para classificar o outro. Desde os primeiros anos de vida, como um menino, esse homem irá assimilar que por ter um pênis, é homem e, conseqüentemente, vai ser vestir, se portar e andar, como um.

O mesmo acontece com as diferenças de cor. Barros (2019) explica que a identidade racial é uma diferença socialmente percebida. “Ninguém nasce negro ou branco, aprende-se a ser (e se ver) negro ou branco” (BARROS, 2014, p.11). O que acontece é que as pessoas negras só passaram a serem vistas com preconceito, como o mal, a partir do sistema colonial e da escravização africana. A construção social da cor começou a ser incorporada concomitantemente aos mecanismos formadores de identidade.

O afirmar que o AS é uma violência e, como tal, a distancia da plena humanidade (SILVA, 2005), esta tese considera que o assédio como uma violação de seus corpos, de suas intimidades. Louro (2000) corrobora ao afirmar que um corpo é violado a partir do momento em que ele é modificado, precisa se distanciar “de si”. Se repetidamente um olhar cobiçado para a bunda faz com que a mulher sinta que o seu corpo foi atacado, para ela, isso foi uma violência. Ali ela não foi vista como sujeita, mas como um pedaço de carne para matar a sedenta fome de um homem. Há outras formas de negar a humanidade à mulher negra. Souza (2021) comenta sobre a busca irrealizável de se assemelhar ao branco. Rejeitando o seu próprio corpo, e odiando os seus traços negróides, interioriza um modelo de beleza que não condiz com sua identidade negra. Os comentários racistas sobre o cabelo crespo e cacheados são exemplos de um “ataque” que viola os corpos dessas mulheres.

A cultura misógina que permeia a sociedade patriarcal, cujo objetivo é odiar os corpos femininos (PINTO, 2021), afasta o respeito pregado à elas pelo

matriarcado. Sob o ponto de vista de quem as odeiam, são também ensinadas a se odiar. A saída para as mulheres negras, está no conhecimento de si, por um olhar que as emancipe. Como Gonzalez (1988) apresenta, está na amefricanidade e na escrevivência (EVARISTO, 2020), para resgatar a agência dessas mulheres.

### 3 MÉTODO

#### 3.1 Descrição da coleta de informações

Esta pesquisa se caracteriza pela sua natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa demonstra maior familiaridade com a proposta de pesquisa, permitindo entender as articulações das opressões de gênero, raça e classe nas vivências de mulheres negras na pós-graduação de Administração. Merece pontuar que a pesquisa qualitativa possibilita maior aproximação do pesquisador com o campo de pesquisa, quer dizer, permite ao pesquisador ter intimidade com o fenômeno de interesse e, conseqüentemente, o leitor terá maior precisão do fenômeno discorrido pelo(a) pesquisador(a) (BANSAL; CORLEY, 2011).

A metodologia afrodescendente de pesquisa, segundo Cunha (2006), deve ter em mente que se trata de uma troca de conhecimento entre as pessoas, e não uma simples coleta de dados. É uma troca, pois afeta todas as pessoas ali envolvidas. Não há a separação dos sujeitos pesquisador e pesquisado, todos ficam em pé de igualdade para falar, e expor suas opiniões. O pesquisador também entende que ele é parte da cultura e das visões de mundo compartilhadas com os pesquisados. Logo, não há motivos para distanciar o sujeito e o objeto de pesquisa, tampouco não incluir as reflexões do pesquisador nas análises do que foi discutido.

Escrevivência (EVARISTO, 2020) foi o fio condutor de todo o caminho metodológico adotado.

A “escrevivência” (EVARISTO, 2020) oportuniza a fala daquelas que sofrem as opressões advindas do racismo, patriarcalismo e opressão de classe, e possibilita o conhecimento acerca de narrativas de mulheres negras. São histórias de vida, de insurgências coletivas, histórias de assédio, histórias de violência, histórias de dominação, histórias de perda de oportunidades, histórias de resistência, histórias de superação, histórias de chantagem e ameaça. Histórias que condicionam o estudo/trabalho ao corpo e reduzem a mulher a um objeto. São histórias de vida que se fazem voz de todas as mulheres, são narrativas capazes de uni-las no sofrimento em comum. Histórias que convergem numa sociedade que desconsidera esse indivíduo-

mulher enquanto sujeito de vontades, que as silenciam e as culpabilizam pelos atos machistas. A pesquisa com a “escrevivência” possibilita a este estudo em específico deslocar centralidades de vozes daquelas que, por medo, viviam aturando sozinhas e escondidas as dores de serem assediadas sexualmente na Academia.

A “escrevivência” também se refere de uma metodologia decolonial, um caminho de troca não hierárquica entre os saberes do pesquisador(a)/pesquisados(as) e que possibilita, sobretudo, a construção do conhecimento a partir de narrativas (DULCI; MALHEIROS, 2021). Trata-se, portanto, de um “giro decolonial à metodologia científica”, “propiciando que o objeto de investigação não seja um objeto, mas um sujeito, com a possibilidade, inclusive, de intervenção no processo de investigação.” (DULCI; MALHEIROS, 2021, p.184). Assim, reconhecendo que a colonialidade do poder, do ser e do saber se refletem nas produções acadêmicas e nas suas metodologias para investigação científica, a “escrevivência” mostra-se um caminho para romper com essa lógica e incluir o pesquisador(a) na produção do conhecimento, com ele(ela) participando da geração dos saberes, das análises e da produção integral do estudo.

Anzaldúa (1981), mulher negra e lésbica norte-americana, já comentara como as “mulheres de cor” não tem fácil acesso e permanência nos postos da alta literatura ou nas “torres de marfim”. Nesses espaços, dominados por homens brancos, as mulheres negras precisam usar meios para expressar suas ideias, transformando-as em teorias, e para não serem mais em meros objetos de estudo. Anzaldúa (1981) defende a escrita como uma saída da invisibilidade, e para acabar com as imagens estereotipadas que os brancos têm delas – a negra doméstica, a ama de leite. A ideia é escrever como o “outro”, assumindo este lugar para propor outras formas de perceber o mundo, se esvaziar e chocar os leitores e, indo além, não se perder nos padrões rigorosos estabelecidos pelos homens brancos para serem aceitas.

Conceição Evaristo utilizou o termo “escrevivência” pela primeira vez porque ela quis estabelecer uma intrínseca relação entre o ato de escrever literatura e a intenção de assumir o que foi vivenciado por negros e negras ao longo da história do Brasil. Ela diz não ter pensado como um conceito em si,

mas que acabou se tornando ao ser popularizado, já que para ela, “A nossa ‘escrevivência’ conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande.” (LIMA, 2017, s/p).

A escrevivência enquanto método científico pode gerar incômodo no interior da produção científica hegemônica, marcadamente branca e masculina, ao criar uma rota alternativa que dá protagonismo a voz das mulheres negras, e possibilitar que elas ocupem um espaço cultural antes reservado às elites, que é o ato da escrita em si. No meio das “regras” que o cientificismo cria, a escrita se torna aqui um “ato de insubordinação” (EVARISTO, 2020, p.53). É mostrar que a pesquisadora está com uma maior preocupação no conteúdo do que na forma (FELISBERTO, 2020).

Colocar o pensamento de mulheres negras na ciência é se aproximar de temas inviabilizados ou esquecidos - tais como sexualidade, violências, exclusões, agressões -, que antes precisavam ser analisadas sem considerar as especificidades da raça/gênero e sem que a pesquisadora pudesse incluir sua opinião. Os estudos em terceira pessoa afastaram os autores do campo de visão-experiência, porque eles não queriam de fato saber o que elas estavam pensando. Era, na verdade, um duplo silenciamento imposto pela colonialidade do pensamento universitário: a de que as mulheres negras não tinham nada de relevante a dizer, enquanto sujeitas de pesquisa, e a de que as intelectuais negras não poderiam assumir seus lugares como produtoras de conhecimento (NATÁLIA, 2020). A escrevivência quebra esse padrão apresentando uma ética engajada à militância nos escritos e movimentos políticos de mulheres negras (FELISBERTO, 2020).

Na área da Administração, a escrevivência já vem sendo considerada como método para desafiar o saber científico dominado pela racionalidade instrumental, principalmente no que é ou não definido como gestão nos estudos organizacionais (SILVA; CARRIERI, 2021). A escrevivência surge como uma alternativa propulsora para repensar a gestão, ao apresentar uma multiplicidade existente no cotidiano, estas capazes de construir outros “modelos de sucesso” na administração, incluindo as experiências e os saberes dos excluídos.

Marquezini (2022) em sua pesquisa com uma Comunidade Quilombola dos Arturos, utilizou a escrevivência (EVARISTO, 2020) em conjunto com os registros do diário de campo e de fotografias para ilustrar e rememorar os eventos. A escrevivência possibilitou acessar as memórias e lembranças, e assumir a narrativa para contar a história sob o seu ponto de vista. Já Zanola (2023), em pesquisa recente, usou a escrevivência para abordar sobre as experiências de grupos menos privilegiados, as *outsiders within*, na área de Administração. Para ela, uma mulher negra e periférica, uma escrevivência livre e autobiográfica é fundamental para romper com a forma que os corpos negros foram descritos até então, evidenciando os seus saberes como legítimos e científicos.

Como não tem um *modus operandi* definido, pode fazer novas articulações, criar outras possibilidades, de maneira que os pesquisados se sintam à vontade, deixem de ser simples objetos de estudo para se apropriar de suas histórias e culturas, e reescrever segundo a sua vivência. Por isso, a opção da falavivência foi proposta para as participantes da pesquisa, uma vez que, diante do intenso cotidiano de dar aulas, participar de reuniões, e escrever suas pesquisas, a fala poderia ser mais livre e fácil de conciliar com suas rotinas. O importante era que desenterrassem a voz que estava soterrada dentro delas (ANZALDÚA, 1981), e pudessem expressar suas ideias, quebrando as imagens estereotipadas. Era o momento de elas falarem, se esvaziarem e chocar o mundo, sem se preocupar com os padrões rigorosos científicos.

Além disso, como uma pesquisa afrodiaspórica, entende a oralidade como algo de extrema importância para a comunidade negra. É ela quem dá sentido de continuidade a uma história enunciada por várias vozes, carregando a herança de conhecimento de um povo, sua história e o seu espírito, para o povo (BÃ, 2010). É por meio da fala que a oralidade se torna efetiva. Os conhecimentos são transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo do tempo.

Diferentemente das nações modernas, em que a escrita tem precedência sobre a oralidade, nas comunidades africanas o testemunho oral é tão fidedigno a uma realidade quanto um livro. Isso porque confia-se nas

memórias individual e coletiva, e atribui valor à verdade. Confia-se no que é dito, pois conviver com o perigo da mentira, impossibilitaria praticar o equilíbrio e a harmonia, dificultando, assim, compartilhar os saberes. Por isso, o que é dito é confiável e perfeitamente válido.

Assim, o conceito de fala, que traz a dimensão da oralidade, de maneira a contemplar que, mesmo quem não fala oralmente, fala de alguma forma, que seja por sons não oficialmente letráveis, sinais, expressões faciais, gestos, desenhos.

A falavivência contribuiu para estabelecer um clima informal na pesquisa, propiciando uma conversa entre amigas, viabilizando uma troca de informações de maneira leve e descontraída. Troca porque em muitas das vezes, a pesquisadora falou sobre suas experiências, sobre si mesma, para dar continuidade a conversa. Algumas mulheres negras discorreram livremente sobre suas vidas, sobre os diversos assuntos. Mas outras, precisavam conhecer a pesquisadora. Para criar uma aproximação e intimidade, a pesquisadora falava primeiro o seu ponto de vista ou contava algo sobre a sua história. Um exemplo, como foi abordada assuntos para saber de suas vivências no ambiente acadêmico. Para falar sobre a relação entre orientadores, a pesquisadora contou sobre a sua decisão de trocar de orientação. Ou quando pediu a opinião delas sobre o AS, contando sobre a sua experiência e os passos adotados quanto a ela.

As trocas, em sua maioria, não precisaram de muitos encorajamentos e estímulos. Rosa, Girassol, Íris, Melissa, Olívia comentaram que só estavam participando da pesquisa pelo fato de suas palavras serem endereçadas para outra mulher negra (KILOMBA, 2019) o que facilita a identificação do que é dito. E quanto a identificação, se provou em várias vezes que estavam certas. Tanto é que, em diversos momentos, não foi adotada uma postura de mera ouvinte passiva, como seria feito com outros métodos qualitativos, como a entrevista. O que passa, acontece e toca uma mulher negra é experienciada na esfera do individual. Mas, é comum a outras. Descobriu-se, depois de um tempo, que também é experienciada coletivamente.

Evaristo (2020) argumenta que as escrevivências aproximam as mulheres negras. Não é uma escrita (ou fala) centrada no eu, mas reflete um

lugar comum, que proporciona a formação de uma enunciação coletiva, no ato de desvelar experiências compartilhadas (SILVA, CARRIERI, 2021). Portanto, não se trata de um “exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade. [...] a Escrivivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho” (EVARISTO, 2020, p.38)

Após um 1 mês em campo, as conversas que eram naturais e despretensiosas, passaram a ganhar outro sentido para a pesquisadora. Ouvir repetidamente as suas histórias traziam um conforto, por saber não estar vivenciando as violências na academia sozinha, ao mesmo tempo em que um sentimento misto de impotência, tristeza e empatia se apossou. E se dar conta que o ambiente acadêmico não desejava a presença delas ali, a impactou durante a pesquisa, cujas dificuldades em escrever até então foram acentuadas. As dores foram acumuladas, somando com as feridas que ainda estavam abertas. E foram também despertando outras, que tinham sido incômodas na época, mas não tinham sido nomeadas. O diálogo com outras mulheres negras possibilitou o encontro com as suas histórias, e um encontro da pesquisadora consigo mesma. Nesse momento, a terapia particular foi salutar em refinar a escuta para o que se objetivava, que era a escrita da tese. Escrever, ouvir, falar e pesquisar, em si, já eram um passo para mudar a realidade que estava exposta.

As sábias palavras de Evaristo (2020) também ofereceram o suspiro para a pesquisadora. Durante a escrita de um de seus livros, comentou sobre “A cena que esta mulher está sendo esbofetada pelo marido... eu escrevo essa cena chorando, momento de uma tensão, de uma amargura tão grande que eu tenho que levantar, respirar um pouco, e voltar, e escrever a cena.” E era isso que tinha que ser feito durante as falavivências. Uma pausa para respirar um pouco e continuar ouvindo. Essa pausa fez com que a doutoranda olhasse para as participantes com outros olhos, e a ouvir as suas insubmissas vozes, que ousaram contar suas histórias felizes. E recusar-se limitar o corpo negro à condição de objeto, da imagem do negro estereotipado, animalizado, hipersexualizado, servil e desprovido de linguagem. Apesar das histórias serem marcadas por violências, discriminações e pobreza, há espaço para o

desenvolvimento das subjetividades, desejos e sonhos, do íntimo. Abrindo espaço para a humanidade renegada de cada uma das mulheres negras.

A falavivência não foi somente um método, que mostrasse o caminho concreto para ter acesso aos dados. É relativamente fácil pedir para falar, mas falar implica lembrar o que foi vivido, acessar intimidades, compartilhar vulnerabilidades. As participantes se envolveram de tal forma que, como contou Melissa no segundo encontro, ficou tremendo e com dores nas articulações das mãos. Jasmin ao final da segunda conversa, disse que foi muito bom ter desabafado tudo aquilo. Assim, pode perceber que a falavivência teve um impacto nas vidas dessas mulheres negras também. Evaristo (2020, p.39) diz que “o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos.” E, sabendo disso, a pesquisadora ofereceu o apoio e acolhimento que pôde por meio da tela do computador. Palavras de conforto, como “sinto muito que tenha acontecido isso com você” eram oferecidas. Assim como, convites para pausas foram feitos. Com empatia, tudo foi compartilhado. Os risos, os choros, as raivas, as indignações. Um momento marcante foi o encontro com Íris. Ao contar sobre o AS sofrido, não foi possível não chorar junto a ela.

Prevendo ser difícil para elas reviverem suas experiências ao contar suas histórias, no início de cada encontro, ao se apresentar o objetivo da pesquisa, e como seria conduzido o método, até então, desconhecido por elas, a pesquisadora avisou que poderiam ser longas, pois dependiam de como se sentissem para compartilhar suas vivências. Assim como, foi informado que os encontros poderiam ser espaçados, com intervalos de 2 semana, ou 1 mês, se necessário. A conversa com a primeira participante, Dália, teve a duração de aproximadamente 2 horas. A escolha dela foi falar livremente, uma vez que gostava de falar, “como uma matraca”. Após essa primeira experiência, às outras foi compartilhado que as conversas poderiam ser divididas em outros dias, tal como foi sugerido por Dália.

No entanto, é importante detalhar que o objetivo não foi encontrar pessoas que desejassem ter mais de um encontro, ou que todas as conversas fossem longas. Não se pretendeu estabelecer uma meta quantitativa de palavras, tópicos ou assuntos a serem cumpridos. Embora um roteiro

(APÊNDICE B) tenha sido utilizado, para guiar as conversas, não se objetivou que elas falassem sobre todos os tópicos. A ideia era que ficassem à vontade, que conduzissem os assuntos que viessem a mente. Se não quisessem falar sobre algo, não precisavam. Tulipa disse que se sentiu aliviada por ser assim. Achou que ficaria desconfortável sendo forçada a falar algo que não queria, que não tinha opinião formada sobre. Seus dois encontros foram de aproximadamente 1 hora cada, mas transmitiu tudo que queria para contribuir com a pesquisa. De modo semelhante, Lavanda também teve uma participação mais curta, quando comparada as outras. Sua única conversa levou quase 2 horas e, no entanto, foi uma participação importante para análise deste trabalho.

A seleção das sujeitas de pesquisa se deu pelos seguintes motivos: 1) se reconhecerem como mulheres negras (procedimento de heteroidentificação); 2) fazer ou ter feito parte da pós-graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil, especificamente o ensino e a pesquisa, como docentes ou discentes de mestrado ou doutorado; 3) se sentirem à vontade e confortáveis para falar sobre a temática do AS; 4) Não precisava ter vivenciado o AS, mas quiser discorrer sobre o tema. O interesse é apenas que queriam discutir sobre o assunto. Isso porque, na sociedade patriarcal, todas as mulheres são atravessadas pela violência de gênero, ainda que não tenham enfrentado atos violentos em particular. Por isso, foram incluídas as que não enfrentaram o AS.

Alguns critérios de inclusão especificados pela pesquisadora nesta pesquisa em especial, por ser exclusiva para as mulheres negras. Esses critérios especificam, em primeiro lugar, a seleção das mulheres negras, a qual obedece ao procedimento de heteroidentificação, tal como definido pela Resolução No. 49/2021 (aborda sobre a comissão de heteroidentificação para o ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal do Espírito Santo). Ela considera os pressupostos consensuais entre o Estado brasileiro (classificação do IBGE: branca, preta, parda, amarela e indígena) e o movimento negro, reforçando que é necessário fundir os autodeclarados “pretos” e “pardos” e chamá-los apenas de “negros”, de forma reforçar a categoria identitária “negro” (CAMPOS, 2013; FELIPE, 2022).

O procedimento da heteroidentificação leva em consideração a autodeclaração da candidata preta ou parda, o que contribui para a politização da negritude, e a análise fenotípica da mesma pela Comissão (aqui a pesquisadora), o que inclui a percepção social de outra pessoa. A heteroidentificação, assim, é um método de identificação étnico-racial complementar para todas as candidatas autodeclaradas pretas ou pardas. Na análise fenotípica, considera-se o conjunto de características físicas do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais que, combinados ou não, conferem a ele a identificação como preto ou pardo. São excluídas as considerações sobre a ascendência ou colateralidade familiar.

Outro critério de inclusão que merece destaque é o que se considera por “Academia”. Refere-se aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, aos programas de mestrado e doutorado em Administração brasileiros. São incluídas integrantes de qualquer programa de pós-graduação em Administração do país, de instituições públicas e/ou privadas. Não foi escolhida uma única instituição ou programa específico.

A inserção no campo aconteceu na primeira semana do mês de setembro de 2022, após aprovação do projeto no comitê de ética (65970222.3.0000.5542).

O convite foi feito, primeiramente, a rede de contatos de mulheres negras da pós-graduação da pesquisadora e de sua orientadora. Uma carta convite (APÊNDICE C) foi enviado por e-mail a elas, explicando os objetivos da pesquisa. Outras foram acessadas por indicação das próprias participantes da pesquisa. Para aquelas que responderam se voluntariando a participar da pesquisa, outro e-mail foi encaminhando combinando a data que fosse melhor para elas. Para facilitar a marcação das conversas, o aplicativo whatsapp foi trocado com algumas. Cabe pontuar que, por estarem trabalhando, estudando ou fazendo os dois juntos, além da rotina habitual, foi difícil que encontrassem tempo na agenda. Em algumas, foram realizadas aos fins de semana, ou à noite, durante a semana. O tempo que elas tinham disponíveis, era o tempo necessário para participar da pesquisa.

Duas mulheres negras desistiram de participar, já tendo feito uma conversa com a pesquisadora. A primeira não conseguiu tempo livre, devido a agenda atarefada como docente em uma universidade privada, e a segunda, não se sentiu bem ao reviver suas memórias e partilhar suas feridas. Explicou em um e-mail que, embora quisesse ajudar, e remarcar outras vezes, preferiu se retirar para se cuidar.

Os encontros foram realizados na plataforma online do *google meet*, e os links das salas virtuais foram encaminhados a elas por e-mail ou *whatsapp* meia hora antes do horário marcado, para que não se perdesse nas caixas de entrada. O TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) (APÊNDICE F) foi encaminhado junto a esses e-mails, como recomendado pelo Comitê de Ética. Todas as mulheres negras estavam em suas casas quando participaram da falavivência, o que propiciou um ambiente seguro e confortável para elas falarem o que viesse à mente. A internet impôs um distanciamento físico, em que não foi possível dar um abraço, tomar um café, mas deixou um clima agradável, possível de um futuro encontro com as mulheres negras que participaram. Ao mesmo tempo, o encontro virtual possibilitou pessoas de diversos estados se encontrarem, se conhecerem e se afetarem, mesmo separadas fisicamente pelas telas.

Como dito anteriormente, as conversas foram iniciadas com a explicação dos objetivos da pesquisa e como seria a condução do método. O consentimento para a participação na pesquisa foi a resposta ao e-mail convite, concordando em participar. Já o consentimento para a gravação do áudio foi dado oralmente no início do encontro. A ideia principal era que fossem as protagonistas, que conduzissem da forma que sentissem mais confortáveis. Algumas, já desde o começo, pediam para serem guiadas, para não desviarem do assunto. Assim, a pesquisadora ia sugerindo os tópicos. Por exemplo, “poderia me falar um pouco sobre a sua relação com o orientador(a)?”, e daí, se desenrolava a conversa. Outras, já discorriam livremente e, de vez em quando, perguntando se estavam indo bem, se não estavam falando demais. Interessante colocar como o roteiro, por vezes, não foi utilizado pela doutoranda, mas ao final percebia-se que todos os assuntos tinham sido abordados.

O roteiro foi feito previamente com base no referencial teórico, baseando-se nas autoras feministas negras afrodiáspóricas, tais como (CARNEIRO, 2023, KILOMBA, 2019, HOOKS, 1995, COLLINS, 2016) e, em autores representantes da afrocentridade (SOMÉ, 2003, KASHINDI, 2003, OYEWUMI, 2021), visando conhecer as especificidades do contexto em que elas estão inseridas, a fim de entender o que de fato acontece ali (SANTOS, 2022, CUNHA, 2006)

Cabe destacar que a pesquisa teve grande aceitação e entusiasmo entre as participantes. Algumas chegaram a parabenizar a escolha do tema da pesquisa, disponibilizando-se para tirar dúvidas e ajudar no que fosse necessário. Outras, num primeiro momento, ficaram tímidas, e explicaram que a chamada do convite, com o destaque para o AS, as inibiram, pensando se, mesmo sem ter sofrido, poderiam ajudar a debater sobre o tema. Mas, depois ficaram à vontade para conversar com a pesquisadora. Ao explicar que o intuito não era forçá-las a dizer algo que não queriam, falavam espontaneamente.

Os encontros para a falavivência se desenvolveram com duração média de 2 horas e periodicidade de dois encontros por pessoa. Uma participante fez um encontro de aproximadamente 2 horas, e outra fez três encontros de 1 hora cada. A produção das informações ocorreu durante 4 meses. Foram realizados 27 encontros, com participação de 13 mulheres, sendo 2 Professoras Doutoras da Pós-graduação e graduação em Administração, 3 Professoras Doutoras da graduação em Administração, 4 Doutorandas e Mestres em Administração, 1 Professora Doutoranda em Administração, 2 mestrandas em Administração, 1 Mestre em Administração e Professora da graduação em Administração.

De modo complementar, foram acessados outros participantes para ampliar as reflexões sobre o tema da pesquisa. O objetivo desta etapa foi ampliar a escuta sobre o AS, que se fosse focalizada apenas vítimas, naquelas que sofrem a violência, não seria sabido o que tem sido feito, dentro das instituições, para atenuar e evitar futuros acontecimentos. Apresentaram dados importantes para a análise do estudo.

Após os encontros com as mulheres negras que se dispuseram a conversar, e com os gestores da área, todas as conversas foram transcritas no software Word.

### 3.2 Descrição dos procedimentos de análise dos dados

Este subitem do capítulo referente à Metodologia tem por finalidade descrever os procedimentos de análise das informações implementados no âmbito da pesquisa proposta. A análise das informações foi feita com base no que foi dito, sentido e experienciado durante as conversas com as participantes. Assim como as falavivências foram co-produzidas durante a coleta, a etapa da análise procurou, ao (re)fazer as leituras das transcrições, estabelecer conexão com o contexto da fala, lembrando os momentos em que foram produzidas, de forma que as lembranças das participantes também estivessem presentes na etapa da análise.

Esse processo foi importante para que a análise focasse não apenas no que estava escrito no texto, mas em como foi dito, e a mensagem que foi transmitida. Para ajudar a lembrar os momentos, a pesquisadora elaborou durante a produção das falavivências um diário de campo, acessado posteriormente para fazer as análises.

Além disso, como a falavivência se apresenta como um método baseado no conceito de escrevivência de Conceição Evaristo, diferentemente de outras propostas analíticas, se atenta para quem fala e para quem fala, isto é, se preocupa com as dimensões de gênero e racial, em especial esta última. Trata-se de uma experiência ontológica na produção do conhecimento, que perpassa o relato de uma vivência de uma mulher negra, autora desta pesquisa, e as vivências de outras mulheres negras que aceitaram participar.

É importante ressaltar que o método da falavivência está no nível da experiência, pois as mulheres negras trouxeram vivências que envolvem o engajamento delas no processo, e não uma relação de exterioridade. Assim, pode-se dizer que não está no nível da representação social, embora as falavivências, quando tomadas como objeto analítico nesta pesquisa, possa fornecer instrumentos para pensar a representação.

Registra-se que para a análise das informações baseou-se na abordagem da análise de conteúdo (2011), especificamente no que tange a sua técnica de produzir inferências de um texto para seu contexto social (BAUER; GASKELL, 2008). Assim como Santos (2022) aconselhou para

pesquisas com afrodescendentes. A autora destaca que o processo da análise de conteúdo pode ser interessante, se considerar a pesquisa como um caráter aberto e dinâmico, que permitida modificações ao seu longo, e a relação íntima da pesquisadora durante toda as etapas, desde a produção (coleta) das informações, até a produção do conhecimento. Cunha (2006) corrobora ao aconselhar uma revisão de conceitos formulados no início da pesquisa e a incorporação de novos conceitos e novas categorias de pesquisas que surjam no campo. Isso ajuda ao pesquisador a ter novas reflexões dos acontecimentos encontrados ou produzidos.

A primeira etapa do processo de análise de dados consistiu na pré-análise (BARDIN, 2011). O ponto de partida se deu a partir do debruçamento da pesquisadora sobre as anotações das transcrições das conversas realizadas com as mulheres negras acadêmicas. A leitura e releitura detalhada do material permitiu a compreensão das informações e provocou o destaque manual de trechos relevantes das observações.

Nesse momento, procurou ter cuidado com as escolhas relevantes, pois se tratava do que foi compartilhado pelo outro (SANTOS, 2022). Não eram simples dados de pesquisas, mas palavras endereçadas a outra mulher negra, encorajadas pelo afeto que se construiu durante as conversas. E eram palavras de uma história de vida, de algo real, vivido, de experiências que tiveram sentido para elas. Aqui, não se procurou dar ênfase nas falas repetidas, mas no significado daquela experiência para o grupo de mulheres negras. Um exemplo foi a sinceridade com que Flora contou sobre gostar de fazer sexo (um tabu para as mulheres negras). Embora não citado por outras mulheres negras, foi considerado um trecho relevante. Pois, isso iria ajudar na análise do que é considerado AS para elas, abrindo o horizonte para futuras reflexões.

Essa primeira etapa da leitura permitiu a identificação de temas amplos e relevantes (ou unidades de registro) relacionados ao problema de pesquisa (BARDIN, 2011). Este primeiro ato exploratório das informações brutas, considerando um nível de generalização amplo, produziu 36 unidades de registro que representavam a realidade concreta do fenômeno estudado. Estas unidades foram criadas e revisadas por intermédio da observância dos trechos dos momentos vivenciados na pós-graduação (no ensino, na pesquisa), as

repetições de situações importantes, semelhantes e diferenças sobre as ações e percepções sobre o “ser mulher negra” nesse ambiente. A ideia foi observar os momentos que, para elas, significaram como uma violência e, daí, como AS.

É preciso mencionar que esta etapa do procedimento de análise gerou como fruto não somente as unidades, mas também permitiu a reflexão sobre o fenômeno estudado. As informações que emergiram nas conversas, a repetição de ideias, a presença de falas específicas e a compreensão prévia do assunto estudado conduziu o entendimento de que o AS que as mulheres negras sofrem no ambiente acadêmico é apenas uma das violências que seus corpos de outsiders experienciam ali, executadas para que não se sintam e nem sejam bem-vindas. Além disso, são violências que não estão limitadas apenas ao espaço da academia, mas que também engloba o contexto macrossocial que estão inseridas.

A atividade seguinte à criação das 36 unidades de registro foi o agrupamento que, posteriormente, formaram as categorias e categorias intermediárias. Neste sentido, em um primeiro momento, as 36 unidades foram comparadas considerando em seus conteúdos a ocorrência de acontecimentos, eventos e outros aspectos que demonstravam elementos de interconexão (semelhanças ou diferenças nos conteúdos) entre as unidades. Depois, foram organizados em torno dos objetos específicos, o que ajudou a não desviar do objetivo final. Em decorrência desta atividade, as 36 unidades foram organizadas em 31 grupos. Sequencialmente, vislumbrou-se a necessidade de proceder outro agrupamento diante dos 31 grupos e a partir destes realizar memorandos (ou notas de análise), os quais auxiliaram de forma contundente na identificação das categorias. Foram realizadas 4 notas de análise (memorandos).

Outros possíveis agrupamentos não foram feitos, com o receio de perder as falas significativas das participantes da pesquisa.

Desta forma, o presente trabalho contempla as seguintes categorias: categoria 1 (quem são as mulheres negras participantes da pesquisa), refere-se a uma breve apresentação para o leitor e dar o devido protagonismo socio-identitário as mulheres negras acadêmicas. A categoria 2 (Os silenciamentos e epistemicídios) diz respeito as principais dificuldades que enfrentam/aram na

academia por serem mulheres negras, deixando em aberto o que elas consideram como violência, palavra que repetiam diversas vezes. Essa constante citação mostrou que o ambiente acadêmico não é um espaço seguro (saudável) para a produção de conhecimento por mulheres negras no Brasil. Engloba os seguintes rótulos: Não ser ouvida (sobre se sentir invisível e ter suas opiniões ignoradas nas salas de aulas, reuniões, eventos); Ser reduzida a uma coisa (como consideram a sua força de trabalho nula, disponível e não remunerada); Barreiras administrativas (dificuldades para fazer processos simples administrativos); Não pertencer ao lugar (um sentimento de não ser desejada ali pelos outros); Não ser escolhida e/ou ser excluída ( O ataque a pesquisa, a escrita, ao tema (direcionamentos não a pessoa, mas sempre problematizando o que ela está pesquisando); Sentimento de inferioridade (sobre se achar incapaz ou inferior aos demais); Precisar ser a melhor (compensar o sentimento de inferioridade ou os “déficits” de ensino trabalhando a mais); Não conseguir se encaixar (embora tenham “mentes brilhantes”, não tem dinheiro ou capital cultural para acompanhar as conversas dos colegas); Se frustrar com o retorno do trabalho (não estar satisfeita com a carreira, seja pela falta de dinheiro ou pelas violências sofridas); Falta de dinheiro (que influenciou as “escolhas” durante a trajetória); Maternidade (a mulher que tem filhos como não pertencente a academia).

A categoria 3 aborda sobre os processos caracterizados como AS para as participantes da pesquisa. Diz respeito ao AS explícito na academia (as experiências que definitivamente foram AS); O AS fora da academia (as experiências externas de AS que influenciaram seus modos de ser na atualidade); Mudança de postura ao entrar na pós-graduação (consequências de histórias de vida marcadas pelo AS, a proteção dos seus corpos na academia); O que faz para evitar o AS (ações que as previnem de possíveis casos); Os incômodos que não sabem explicar (comentários, gestos e momentos que as incomodam, mas não sabem se isso é ou não assédio); Conhecer alguém que foi assediada (as conhecidas dentro da academia que sofreram o AS); A roupa (sobre as vestimentas necessárias para se apresentar “bem”); O corpo que chama atenção (olhares delas sobre seus corpos “avantajados”, de “mulata tipo exportação); O lugar de “novinha” (sobre as

mulheres negras mais novas, que assumem posições como professoras e são assediadas pelos alunos); Ser o lugar de não desejo (algumas externalizaram nunca foram bonitas para a sociedade, nem para “serem assediadas”); A sedução (o uso da sedução, o clima sexual para conseguir favores); Poder paquerar, fazer sexo (sobre a liberdade sexual das mulheres negras).

A categoria 4 ((sobre)viver na academia) diz respeito as estratégias adotadas pelas mulheres negras acadêmicas para continuar trabalho e produzindo conhecimento no meio acadêmico. Por vezes não elaboradas de maneira intencional, as estratégias são uma fuga para contornar os silenciamentos e epistemicídios, e as violências de gênero, como o AS. Sem a pretensão de reforçar a imagem da mulher negra guerreira, elas mostram que é possível não apenas sobreviver, mas viver se não se sentirem sozinhas. Os rótulos abordados aqui são: A ancestralidade e a comunidade (reconhecer a importância de dar continuidade ao trabalho das que vieram antes, e delas dentro da própria comunidade negra); O afeto, abraço e colo (sobre o suporte que o encontro com suas semelhantes proporciona); Saber que precisam se unir (elas reconhecem que juntas tem mais força para lutar em prol de suas necessidades); Os exemplos a seguir (saber que não está sozinha e, no meio de tantas pessoas brancas, encontrar outra mulher negra de inspiração, conseguiu construiu sua carreira ali); possibilidade de ter um emprego melhor (citado por mulheres negras que acreditam que, ao começarem a carreira docente poderão mudar a renda da família); a ironia (uma forma de contornar os silenciamentos é ignorar os comentários inapropriados e revidar com piadas); isolamento (uma estratégia para lidar sozinha e se proteger de futuras violências, sem precisar enfrentar nada, nem ninguém).

Na segunda parte da pesquisa de campo, foram realizadas conversas com quatro (4) pessoas que participem ou tenham participado de cargos de liderança na ANPAD ou no EnanPAD ou nos programas de pós-graduação em Administração no Brasil. Num primeiro momento, foram enviados e-mails (APÊNDICE E) para as lideranças da ANPAD (Diretoria executiva do triênio 2021 -2023. Coordenadores das áreas temáticas do Encontro da ANPAD, EnanPAD). Embora o foco não tenha sido a quantidade de participantes, chamou atenção o baixo interesse em participar da pesquisa. Apenas 2

peças responderam ao e-mail, que indicaram outras. Uma indicação aceitou participar. A última participante era da rede de contatos da orientadora desta tese. O baixo interesse em participar da pesquisa pode ser explicado pela falta de tempo e interesse em discutir o tema, além de certo receio em compartilhar suas experiências. Além disso, se destaca a negativa de algumas mulheres, da rede de contato da doutoranda e sua orientadora, que negaram participar por medo, sobretudo porque já tiveram que lidar com o assédio durante suas trajetórias. Relembrar para elas, não iria lhes fazer bem. Assim, apenas 4 pessoas foram ouvidas nesta etapa.

As conversas rápidas, com duração de 30 minutos a 1 hora, realizadas entre novembro e dezembro de 2022. De maneira leve, também não se limitando ao roteiro de entrevistas (APÊNDICE D), a pesquisadora se envolveu nas conversas, e sentiu um clima de acolhimento, de perspectivas de mudanças para o futuro. Lágrimas foram derramadas em duas dessas conversas, em que pôde compartilhar a felicidade em ouvir profissionais dentro da Administração que estão dispostos a discutir e mudar as ações sobre o AS dentro da academia.

Assim como as conversas com as mulheres negras participantes da pesquisa, as falas foram gravadas e transcritas para, posteriormente, analisar as informações. Uma única etapa foi feita para a análise, procurando após a leitura das transcrições, entender as semelhanças e diferenças no que foi apresentado pelos gestores.

O objetivo destas conversas foi conhecer o que os representantes das instituições responsáveis pelo ensino e pesquisa de Administração no país tivessem a dizer o assédio sexual, bem como o que tem sido feito para minimizar o problema. Além disso, constatou-se que os estudos sobre a temática (TEIXEIRA; RAMPAZO, 2017, BACCARINI et al, 2019, FREITAS, 2001) têm o foco nas mulheres que são assediadas, deixando de fora do debate a questão da responsabilização, e da institucionalização da pauta.

A seguir é apresentada uma breve análise sobre as conversas com os gestores da área acadêmica da Administração. Visando garantir o anonimato, os professores serão apresentados com nomes fictícios.



## 4 ANÁLISE

### 4.1 Gestores e líderes

Esta etapa teve por objetivo discutir a responsabilização sobre o AS, uma vez que não cabe apenas as mulheres negras falar, refletir e propor um ambiente de trabalho mais saudável. Enegrecendo esta tese e produzindo conhecimento partindo da afrocentricidade, entende-se que há uma complementariedade dos indivíduos, e é preciso o resgate da união entre eles. Nesta tese, entende-se que, o que acontece num coletivo afeta a todos que estão ali. A justiça afrodiaspórica bebe das águas do matriarcado, logo só encontra sentido e completude na presença do outro (GÓES, 2021). Homens e mulheres atuam juntos no contrato social e, todas as regras da sociedade possuem uma relação de complementariedade e interdependência, dividindo seus domínios elementares, as decisões e a vida.

Enquanto o ocidente segue uma lógica punitivista e unilateral (que segue os preceitos do homem branco), numa justiça patriarcal e falocêntrica, para responsabilizar aquele que afetou negativamente a comunidade, em África substitui o punitivismo e a exclusão por responsabilização inclusiva (GÓES, 2021). As escolhas são feitas por cada um, atreladas ao livre arbítrio, ao mesmo tempo em que se confia na palavra, naquele que faz a escolha. Toda a comunidade está interligada, e a confiança assegura as relações harmônicas. O mentiroso é um transgressor perigoso por deformar, adulterar, alterar e distorcer os preceitos sociais que estruturam e protegem a coletividade.

A responsabilização, então, é o mais importante para se alcançar a “justiça”. Tanto a pessoa precisa reconhecer o seu erro, quanto a sanção (com finalidade educativa), são fundamentais para que não se repita o erro. Não há opressão, submissão e violência. A pessoa precisa aprender que seus erros afetaram a comunidade em vida, e precisa servir de exemplos para os seus. A responsabilização está intrinsecamente ligada aos deveres e obrigações morais e precisa fazer parte do cotidiano das pessoas (KASHINDI, 2003).

Sendo assim, segundo os entrevistados, as instituições da Administração, como os Programas de Pós-graduação (PPGs) e a Associação Nacional de Pesquisa em Administração (ANPAD), pouco caminham na

direção de uma comunidade em que a responsabilização se faz presente, para que os erros não se repitam. Num ambiente em que a cultura de AS já é conhecida (Professor Barak), não se discute sobre o tema. Inclusive, tratam como se ele não existisse, e como se os “casos” fossem pontuais. Professor Ekom cita que é um “contexto coletivo de silenciamento”, “um silêncio conivente” com assediadores, com as violências presentes no ambiente.

E, por isso, há uma “conivência em função de uma construção consensual coletiva.”, para não ser debatido, pensado ou estruturado políticas ou formas de melhorar o ambiente para a vivência das mulheres negras. Essa “conivência” a qual Professor Ekom se refere, diz respeito a um “silenciamento conivente”, fazendo referências aos que sabem da existência do AS no ambiente acadêmico, mas nada fazem, aos que também tem conhecimento do comportamento inadequado do outro homem, mas não sabem o que fazer para mudar, e aos que sabem, fazem, e se beneficiam desse silêncio. Professor Ekom observa que há várias camadas na estrutura que explicam um “Silenciamento conivente” e que, ele mesmo, já passou por um caso em que ficou em silêncio.

E, se as instituições tratam como se as violências não existissem, também não há políticas estruturadas para lidar com o problema.

A área de Administração, em específico, foi citada pelo Professor Ekom como uma que “aí, meu bem, não vai ter mesmo.” Isso porque, segundo ele, “uma área que tem dificuldade do dissenso, que se constrói a partir de uma busca consensual. E quando você apresenta o enfrentamento, o questionamento, você é tido como complicado, o que problematiza, o que atrapalha as relações sociais, sobretudo diante de um crime.” Professor Barak contribui com essa observação, ao comentar que “Porque eu vou também é criar uma rixa que com pessoas que tão em posse de poder?”

Na ANPAD ainda não existe uma área específica para pensar em políticas e lidar com assuntos relacionados a violência contra a mulher. A professora Ada afirma que o comitê de ética resolve questões pontuais e, durante o período em que ali atuou, não recebeu reclamações relacionadas a tais violências, isso porque, segundo ela, durante a pandemia não houve eventos presenciais. Ainda sobre esse comitê de ética, a professora Janna

acrescenta que é necessário institucionalizá-lo, para ter passos de registro de assédio, por exemplo. Indo além, a profissional também acrescenta que as sanções possíveis de serem aplicadas são limitadas pela organização.

“Por exemplo, nós da ANPAD, o que podemos fazer? Nós podemos proibir a pessoa participar de eventos. Mas nós não temos, né? Relação trabalhista, né? Com a pessoa, né? Mas poderíamos pensar alguma coisa dessa natureza, né?”  
(Prof. Janna)

Não há também um caminho formal estruturado nos próprios PPGADMs, com um modus operante para auxiliar as pessoas, tanto as assediadas quanto os colegas, a agir diante um AS. Faltam “mecanismos estruturais de combate mais efetivos” (Prof. Ekom), contando apenas com a ouvidora da própria universidade.

Foi observado que os professores não têm nenhuma estrutura de suporte de orientação de como proceder em relação a uma denúncia de um AS. As atitudes, são individuais, pautadas em decisões informais. Prof. Ekom lembra quando se deparou, enquanto vice coordenador de um programa, com um caso de AS: “Um professor do programa, muito jocoso, muito brincalhão, né? Aquela coisa, quando se aproximava das meninas tocava nas meninas e ao tocar a mão descia perto do seio.”

Olhando em retrospecto, percebe que lidou de maneira errada há dez anos. Naquele momento, ao ouvir da vítima o relato do assédio, busca outras informações e descobre que outras duas ou três alunas viveram situações parecidas. Para ter como avançar no processo, e ter uma condenação, Prof. Ekom afirmou que a mulher precisaria seguir com uma denúncia formal. “E aí o que aconteceu é que nenhuma fez a denúncia, né? Ficaram com medo, ficaram com receio.” Hoje, diz que faria diferente. Porque seguindo estas etapas, “você joga mais uma camada de responsabilidade a quem sofreu assédio.” Por “falta de orientação”, “a movimentação pudesse ter sido outra. Mas a gente não sabe como proceder... A procuradoria é algo extremamente distante, é um procurador da AGU lotado na universidade extremamente distante dos professores, das coordenações, a gente não sabe nem quem é a pessoa, branca, preta, azul, amarela, alta, baixa, homem grande. A gente não tem noção dos caminhos institucionais pra que isso possa acontecer.”

Essa falta de orientação, fez com que ele acabasse “acomodado diante de um contexto coletivo de silenciamento.” Mesmo sem a formalização, teria feito “um questionamento formal à procuradoria, relatando que tinha recebido duas alunas, tinham me relatado da situação de assédio sexual desta maneira. [...] Iria pedir orientações formais de como de como proceder, né? E iria procurar alguma estrutura de suporte a universidade pudesse oferecer pra ajudar a encaminhar a aluna em relação a isso.”

Além disso, cabe enfatizar que a comunidade acadêmica de Administração ainda não se vê como um coletivo. Os entrevistados destacaram como a pós-graduação em Administração é um espaço individualista, competitivo, que usa uma métrica quantitativa para definir se a pessoa é bem-sucedida ou não.

“Embora pareça ser, não é um espaço colaborativo, é um espaço competitivo, e até alimentado, né? Por vários recursos institucionais. Então, bolsa de produtividade de pesquisa, né? Os melhores que recebem. O que que significa esse melhor? Vamos dar uma olhada nesses bolsistas, né? A maioria são homens.” (Prof. Janna)

“Administração mais ainda e com todas essas métricas, se publicou, [...] assim, mas existe uma métrica que compara e parte do pressuposto de que há uma meritocracia sim, sabe?” (Prof. Barak)

Ressaltam, em específico, a competitividade da pós-graduação (sistema de pontuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) de Administração como um empecilho para a mobilização coletiva: “Com a nossa estrutura de avaliação, ela é produtivista, [...] tem uma variável inelástica. Se eu pego o meu tempo e passo a dedicar a uma articulação coletiva numa associação em prol de interesse coletivos, eu estou publicando menos. E eu sou avaliado pela publicação. Então não há incentivos pro aspecto instrumental para que os pesquisadores se mobilizem coletivamente.” (Prof. Ekom)

Nesse sentido, diante de um contexto individualista, competitivo, de silenciamento e com falta de políticas estruturadas para lidar com o AS, observa-se que não há a responsabilização individual, com a punição dos violentadores, tampouco a responsabilização coletiva, com as medidas educativas, avisos e sinalizações para toda a comunidade. O que de fato acontece são iniciativas individuais, pautadas no bom senso da pessoa, para lidar com as mulheres que foram assediadas. O assediador não é confrontado,

e não sofre consequências. Deixando-o de lado, o AS continua a ser um assunto de mulheres, em que só elas discutem entre si como se proteger e findar tal violências.

Defende-se aqui, a conscientização de toda a comunidade acadêmica, como palestras, comunicações, painéis e cartilhas informativas. Segundo professor Ekom, a cartilha, por exemplo, “parece meio bobo, mas a existência de uma cartilha circulando na universidade de maneira intensa, segura o comportamento do assediador e, se chega na mão das alunas, elas ficam sabendo o que fazer.”

E incluir pessoas de diversas áreas (para além dos Estudos Organizacionais, Gestão de Pessoas ou Administração Pública), homens e mulheres, para toda a audiência. Geralmente assuntos sobre diversidade e inclusão são realizados por e para mulheres. Professora Janna apontou que: “Agora que eu observei com os painéis? A maioria era mulheres, a mulher falava para as mulheres, é uma conversa meio oca, né? Não é uma conversa... Sinto que é preciso trazer os homens pra essa conversa. Eu ainda observo na Academia Brasileira os efeitos brutais de gênero nas próprias mulheres.” Além disso, professor Ekom percebe que a inclusão de núcleos de estudos sobre temas relacionados a diversidade, como os de gênero e LGBTGIA+ nos PPGAs, serviriam de “holofote” para “questões particulares no âmbito da universidade para aquele grupo específico.”

Por fim, a partir das falas dos professores, foi possível observar que há elementos contextuais que contribuem para a inação, o que explica a manutenção do status quo. Portanto, embora ações individuais estejam sendo realizadas por eles, é importante enfatizar que a mudança precisa ser institucional, e seja um projeto coletivo.

Além disso, os comentários das professoras lembram que as mulheres brancas também são vítimas de violência, e por vezes, tem que enfrentá-la em suas trajetórias acadêmicas. É preciso, assim, pensar na corresponsabilização, com iniciativas que envolvam toda a comunidade acadêmica.

## 4.2 Apresentação das participantes

Aqui são apresentadas as informações sobre as falavivências das mulheres negras. Primeiramente, é feita a apresentação das participantes da pesquisa. Após, apresentação dos silenciamento e epistemicídios, o AS para as mulheres negras, e (sobre)viver na academia. Por fim, uma análise sobre as imagens de controle e o aquilombamento. Para garantir o anonimato das participantes, seus nomes foram modificados para nomes de flores, escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora.

A participante Olívia é uma jovem mestranda de um PPG de uma universidade pública, e escolheu a carreira acadêmica durante a graduação ao realizar a iniciação científica. Seus colegas e professores a incentivavam falando “Olívia, eu tenho certeza que você vai ser professora.” e também para “aplicar praquele congresso, melhora aqui sua escrita”. Ela comenta que essa etapa foi muito importante para que continuasse, e não foi “simplesmente jogada, num... ‘tipo, faz essa pesquisa aí, entendeu?’” De origem “bem de luta”, de dois empregados domésticos, é a primeira da família a terminar o ensino médio, começar uma graduação e seguir para o mestrado. E ela compreende como a sua presença no espaço acadêmico é significativa para si e sua família: “é motivo de muito orgulho pra mim, até fico emocionada de falar deles.”

Simpática, suas conversas ocorreram em dois encontros, somados em 3 horas e 8 minutos. Compartilhou suas particularidades, à medida que percebia encontros nas histórias da pesquisadora. Olívia estendeu as conversas para além dessa pesquisa. Posteriormente nas redes sociais, compartilhou saberes sobre o método de pesquisa novo, a “falavivência”.

Margarida é doutoranda de um PPGADM de uma universidade privada, bolsista, e sempre teve “muita vontade de estudar, sabe?”. No entanto, no seu primeiro casamento, o então marido “não gostava que eu estudasse, ele tinha muito ciúmes e eu achava aquilo muito legal, muito bonito, eu achava que era uma forma dele cuidar de mim.” Ao ponto de, num dia que era pra tomar conta do filho do casal, para ela ir para um curso pré-vestibular, ele “chegou lá passou um pouquinho depois deixou meu filho na porta do curso e aí passa um pouquinho a entra a mulher falando olha Margarida tem um menino chamado

tal falando que é seu filho e aí eu falei gente e aí é a maneira que ele tinha sabe de me pressionar e aí o professor viu e falou não pode deixar ele entrar e estuda você. Mas naquele dia só que ele estudou comigo na sala porque eu fiquei com vergonha de voltar pro curso no outro dia. E aí eu parei de fazer o curso.”

Margarida, mesmo assim, não desistiu de seu sonho. Após o falecimento do companheiro, ainda “com vontade de estudar” e mudar a sua perspectiva no mundo, começou a fazer a graduação em Administração. Após terminar, seu segundo marido a encorajou a entrar no mestrado.” Ele disse ‘eu banco a casa então os dois anos que você vai ter que pagar o mestrado’ e foi isso que eu fiz sabe?”. Logo em seguida fez o processo seletivo para o doutorado, e passou. Filha de uma costureira e de um abacateiro e ex-militar, atualmente trabalha em uma organização privada, como analista, deseja ir para a docência e fazendo um pós-doutorado em outro país. Não pode deixar de trabalhar, pois precisa pagar metade da mensalidade do doutorado. Mas deseja, após a qualificação, receber a bolsa CAPES e ficar em casa se dedicando aos estudos.

Girassol é professora de uma instituição privada de Ensino Superior, com uma rotina atarefada, chegando a trabalhar mais de 10 horas por dia. Suas duas conversas foram agendadas com mês de antecedência, cada uma. Duas horas por encontro foram cedidas para a pesquisa, mas as conversas não pareceram cronometradas. De forma leve e fluída, a conversa se desenrolou porque, como ela mesmo disse, “eu tô falando essas coisas pra você porque você é negra”. Recém doutora, é a primeira mulher negra, preta, de pele retinta e cabelo crespo – como ela mesmo descreve -, a ocupar o cargo de professora contratada nesta instituição. Girassol sabe da importância do lugar que ocupa, e reconhece “os privilégios mesmo sendo desprivilegiada”, que a fez chegar aonde chegou. Filha de pais concursados, de uma “família estruturada”, pôde ter acesso a ensinamentos em escolas privadas, e a oportunidade de “fazer escolhas”. Confessa que sempre foi rodeada por pessoas brancas, e sabe conversar sobre “diversidade” com elas, porque sempre soube que foi preta. Demarca durante as conversas a sua diferença entre as mulheres pardas, com o seu tom de voz leve, em várias vezes educativo e acertado. Ela

diz que sempre foi assim a vida toda. Não está com raiva, porque o que as pessoas negras estão descobrindo agora, ela sempre teve que lidar. Conversar com Girassol foi um enorme aprendizado. Definitivamente, é um bom exemplo a ser seguido.

Íris é recém mestre em Administração e professora de uma instituição de ensino pública de nível médio, algo que para ela é motivo de muito orgulho para si e sua família. Filha de mãe solo, de trabalhadora doméstica, é a primeira “a mudar a realidade que eu vivo”, mesmo que ainda não esteja ganhando “nenhum grande dinheiro”, mas está “tentando mudar aos pouquinhos a realidade, e dar uma vida um pouco mais confortável pros familiares”. Considera que vem de um cenário empobrecido, assim como o marido, e quis levar suas vivências deste cenário para a pesquisa. Segunda ela, não havia como ser uma mulher negra periférica e estudar outro assunto. Embora o seu desejo não pôde ser realizado durante a graduação – recebeu diversas críticas quanto a isso -, pôde realizar a sua dissertação sobre o assunto. Além disso, por ter passado por um período turbulento durante os estudos – tanto na graduação quando no mestrado -, uma época de “muita loucura na cabeça”, espera entrar num doutorado daqui a uns anos, após se recuperar deste período. Suas conversas durante a pesquisa foram compartilhadas com muito afeto. Momentos íntimos que precisaram de cuidado para serem aqui expostos. O choro da pesquisadora durante o bate-papo mostrou a indignação que Íris vivenciou.

Angélica é uma mulher recém-descoberta negra. Ela “alisava o cabelo, (eu) não usava uma roupa que chamasse atenção, porque era coisa de preto.” Vinda de uma comunidade do nordeste, mora e estuda na região Sul do país, em uma universidade pública. Infelizmente encontrou no seio familiar a primeira violência. “Falar em pai e mãe é outro problema.” O padrasto era “extremamente agressivo, abusivo”, e sua mãe “não fazia nada, ela era permissiva.” Acha que sua mãe se tornou violenta por “ciúmes por (eu) estar me formando, né? Formando o meu corpo e de repente pela insegurança, [...] ela não me tratava como filha”. Por “querer mais”, procurou o curso “mais barato” na faculdade, “que era justamente o salário que (eu) ganhava”. Após períodos difíceis, teve que se formar em Educação a distância, e conseguiu um

emprego que pagasse “legalzinho” no Sul. Admite que o “pouco de força que (eu estou) conseguindo é pra mim”. Concilia o trabalho em uma empresa privada com os estudos do mestrado, e encontrou na academia discursões importantes, que a faziam entender o seu lugar no mundo – mulher negra. É a primeira da família a entrar na graduação e no mestrado, e segue orgulhosamente sendo um exemplo para as irmãs mais novas.

Tulipa é doutoranda em Administração de um Universidade pública, e afirma que se chegou até aqui, foi graças as cotas raciais. “Tenho o maior orgulho disso”. Seus pais são agricultores e se sente “muito vitoriosa” por suas conquistas na Academia. Sendo a primeira de sua família a conseguir, serve de exemplo a sua irmã mais nova, pois “como (eu) já passei por essa, agora eu vou dar a mão a ela e fazer com que (ela) trace o caminho de forma mais leve também, né?”. Suas conversas foram mais curtas, Tulipa é mais reservada e bem sucinta. Tímida, foi informada que não precisava falar nada que não quisesse, tampouco sentir que precisar dizer o que era esperado. Dois encontros de 1 hora cada foram suficientes para conhecê-la. Atualmente trabalha em uma instituição de pesquisa – importante para se sentir útil-, e escreve a tese na área escolhida.

Lavanda é uma mulher de voz doce, muita tranquila e com falas certas. Fez de tudo para participar da pesquisa, sendo a última a marcar a conversa. Um encontro foi feito, de 1 hora e 24 minutos, foi o necessário para conhecê-la. Entre maternidade, esposa, docência e pesquisa, ela confiou rapidamente na doutoranda e foi aberta sobre todos os assuntos. Em certos momentos, apenas pedia para ter cuidado para expor na tese. Antes de ser professora de uma instituição pública de ensino superior, ela trabalhou numa empresa privada, era “das que vestia a camisa da empresa”. Passou a ter uma “visão mais crítica das coisas” no mestrado, quando sua orientadora “conduziu nesse processo e foi também (me) tirando, né?” Após esse período, ingressou “imediatamente no doutorado”, e percebeu que as “questões raciais começaram a falar um pouco mais alto”, embora ainda não tivesse “a identificação como uma mulher negra”. Ao se deparar com os estudos da (uma área da diversidade), passou a “pensar a perspectiva racial” e decidiu pesquisar sobre isso na região em que morava.

Flora começa a conversa se apresentando assim: “uma mulher interseccional porque além de mulher, negra, periférica, mãe solteira, (eu) tô na academia e num campo em que somos rara, né? Mulheres negras”. Cresceu numa região empobrecida do Sudeste, num “contexto familiar de muita violência”. Foi abusada quando criança pelo seu tio, “só não estuprou, mas o resto... E (minha) mãe nunca acreditou em mim.” Flora diz até hoje ainda não processou isso muito bem, e parece ser uma mulher forte, “questionadora” e “com uma potência vocal”, para ir atrás do que acredita. E ela acredita fielmente na justiça social. Inclusive, para ela, o seu papel na universidade é esse e, por isso, permanece ali mesmo reconhecendo como um ambiente violento. Após trabalhar numa área técnica, entrou na pós-graduação acreditando que “se estudasse, se especializasse, ia ter acesso a uma melhor oportunidade”. Mas depois de algumas aulas provocativas, começou a perceber que “a (minha) cor e a condição de mulher estavam interferindo na (minha) empregabilidade”. A reflexão foi tamanha que Flora numa das aulas, “(tive) que sair de lá com a ajuda de familiar, sair de lá e ir direito pro hospital passando mal, vomitando”. Isso foi “impulsionando na pós-graduação”, e seguiu para o mestrado. Atualmente está finalizando a escrita de sua tese, com ambições de passar num curso público na mesma instituição onde estuda. Segunda ela, “aí que eles vão ter me aturar”.

Melissa é doutoranda em Administração. Decidiu seguir a carreira acadêmica após ter contato com a iniciação científica durante a graduação. Foi também nessa iniciação que “se descobriu negra”. Antes, não sabia que sua história de vida era permeada pela racialidade. Estudiosa sobre o assunto, admite que lê “muita coisa sobre”, inclusive aproveita o tempo livre para se atualizar. Hoje sabe das violências que enfrenta na academia, e diz que “é tudo muito exaustivo [...]. você ter que ficar falando com a pessoa. Olha, mas eu sou boa. Olha, mas isso aqui está certo.”, e que está cansada de “brigar por uma existência mínima”. Ainda assim, acredita que ali é o espaço para mudanças na comunidade negra e para a sua vida. Suas conversas foram recheadas de afetividade, onde só faltou o cafezinho. Sorrisos, lágrimas e dores foram compartilhados. Após os seus encontros, Melissa disse que foi tão tenso que

sentiu dores nas articulações. Seu esforço para falar, e externalizar suas vivências contribuíram muito para este estudo.

Violeta é doutoranda em Administração, e escolheu a área da Administração para passar no vestibular. Confessa que seu sonho era outro, mas hoje não se vê estudando outra coisa. Dedicou-se aos estudos de raça, classe e gênero, e assim como Melissa, se descobriu negra durante os seus estudos. Violeta gostou muito de participar da pesquisa e, segundo ela, ficaria muito mais tempo conversando. Falou sobre as feridas que a marcou durante o mestrado, ao mesmo tempo em que compartilhava seus momentos de união e ajuda que encontrou pelo caminho. Sua ajuda, inclusive, se estendeu para esta tese. Sugestões de autores e outros caminhos possíveis foram ouvidos.

Rosa é doutora e professora do curso de Administração. Trilhou seu caminho com muito orgulho, afirmando que juntou “cada dinheirinho” para fazer um período sanduíche no exterior. Independe, fica triste que a pagam tão pouco, e que as oportunidades de trabalho hoje não correspondam com a sua expectativa. Mas, confessa que mesmo se sair do país continuaria a fazer pesquisa na área em que atua. Das suas conversas, a identificação com as falas era quase certa. A relação se assemelhava a uma amizade. Inicialmente, Rosa disse que não sabia como contribuir, pois não tinha muito o que dizer. De maneira leve e despretensiosa, foi uma das que, no fim, mais contribuíram para esta tese.

Jasmin é professora e doutora do curso de Administração de uma Universidade pública. Orgulhosa da trajetória profissional que construiu, sente que precisa encontrar “as outras Jasmines que ficaram perdidas no caminho”. Num misto de alegrias e tristezas, compartilhou suas vivências na academia de peito aberto e, ao final da última conversa disse que foi ótima a experiência. Sempre muito à vontade para falar, qualquer assunto era emendado com outro, e compartilhou que, se deixasse não pararia nunca. Hoje vê a academia como o lugar que lhe permite sobreviver financeiramente, ainda que esteja carregando umas feridas. Mas, ao mesmo tempo, Jasmin ajuda a construir essa academia um ambiente melhor para as mulheres negras, acolhendo e as levando consigo pelo caminho.

Dália foi a primeira a se voluntariar para participar da falavivência, perguntando se realmente poderia falar a vontade, já que falava igual uma “matraca”. Suas conversas descontraídas, num tom leve e com risos, escondiam o que, num segundo momento, durante a leitura das transcrições, eram as ironias. Doutora e professora do curso de Administração de uma Universidade pública, sabe que precisa sempre estar atenta, se posicionar, porque “eles acham que é assim, fazem assédio, monte de violência e num sei o quê, e espera que a gente fique de cabeça baixa? Aí não, né?” Compartilhou suas vivências na academia, sempre enaltecendo quem a ajudou durante o caminho, que dificultou e aberta a ajudar outras também. Compreende que seu papel ali não está limitado aos muros da universidade, e deseja voltar aos projetos junto a comunidade negra. Dália foi grande contribuidora para este estudo.

### 4.3 As falavivências das mulheres negras

#### 4.3.1 Os silenciamentos e epistemicídios

Esta seção tem por objetivo mostrar que o AS, entendido como violência de gênero sofrida pelas mulheres negras na academia, não é apenas sexual. Tal como foi abordado anteriormente, ao falar sobre aqueles que pertencem a pós-graduação, é preciso levar em consideração outros tipos de violência, que não a “prática de cunho sexual e atos libidinosos” que, junto ao racismo e outras microagressões, as colocam na zona do não-ser, e as distanciam da plena humanidade. Isso é importante porque estudos anteriores observaram especificidades que essas mulheres se deparavam ao adentrar ao ambiente acadêmico, tais como a invisibilidade, a responsabilidade de cuidar e limpar, e a necessidade de trabalhar mais que os outros para provar o seu valor.

Carneiro (2023) pontua que essas microgressões são estratégias racistas ao inferiorizar a intelectualidade das pessoas negras e recusar a sua autoridade enquanto sujeitos de conhecimento. Pegando o termo de emprestado de Boaventura de Sousa Santos, chama de epistemicídio esse projeto quando eficaz, tem consequências devastadoras para as poucas que tem acesso à pós-graduação. Nesse mesmo caminho, Kilomba (2019) comenta sobre os silenciamentos impostos as mulheres negras desse espaço, pois suas

vozes podem dar a oportunidade de sua própria comunidade negra se representar. Por isso, desqualificam e desumanizam suas vozes negras e consideram seu conhecimento inválido. A todo momento, tentam colocá-las de volta nas margens.

Inúmeras foram as violências narradas pelas participantes, sendo importante descrever que elas sabem que vivem em um espaço que é violento para elas. Seja durante suas formações, quanto durante suas atuações em pesquisas e em sala de aula, contavam sobre os momentos difíceis que tinham passado por serem mulheres negras.

Ser mulher negra na pós-graduação significa encontrar barreiras que dificultam o seu estudo ou trabalho. Por vezes, não são fáceis de perceber que estão recebendo um tratamento diferenciado, que estão sendo impedidas de ter acesso a uma estrutura física da universidade, a um material de estudo, a um processo seletivo (para bolsas, entradas nos programas de pós-graduação e concurso público). Melissa e Rosa comentam sobre ações administrativas que no início da trajetória acadêmica, ora durante o doutorado, ora durante a entrada no mercado de trabalho – concurso público-, dificultaram ou impediram os seus percursos na academia. Melissa lembra que, num processo para adquirir uma bolsa de estudos para estudar no exterior (doutorado sanduíche), lidou com etapas não transparentes, com avaliações subjetivas e demoradas que negavam o seu aceite. O tratamento também foi diferenciado. Quando ligava para a secretaria da instituição para saber o resultado, pois precisava urgentemente saber se conseguiria recursos financeiros para ir, obtinha um retorno vago, sem respostas definitivas. Rosa também comentou como num processo seletivo para a vaga de professor substituto em uma universidade pública, que precisou lidar com notas baixas, piadas e zombarias, e até hoje não sabe o porquê de não ter sido aprovada.

Como a fala da Melissa: “é tudo muito difícil, sempre criam coisas novas para dificultar a nossa presença ali.”

“qualquer coisa que aparecia de menos no meu currículo era uma oportunidade pra me massacrar e pra falar que eu não merecia estar ali, sabe? Por exemplo, ah é... Pra ter uma oportunidade pra dar aula [...]eu tentei vários concursos quando eu tava no mestrado, nunca passei sabe? E teve uma vez até Luana, que foi assim horrendo o concurso que eu tentei [...]. E eu fui lá toda feliz tinham três vagas, eu falei cara não é possível que eu não vou

conseguir uma. [...] E aí eu achei crente que eu ia conseguir pelo menos uma vaga de substituto nesse lugar, né? Eu cheguei lá, [...] esse novato (professor) ele na hora que eu entrei na sala assim, ele já fez assim, já riu assim, [...] já fez assim, falou, ‘essa daí que vocês falaram que era promessa da administração?’ [...] São três vagas, uma tinha sido conquistada. Tinha mais duas. Eu cheguei nessa outra e eu dei uma aula, e esse mesmo cara, ele ficava rindo a aula inteira gente, assim que constrangedor. Aí quando foi na entrevista esse cara resolveu fazer uma sabatina, sabe? [...] Aí todo mundo ficou, ‘não na terceira você passa não sei o que, é o seu jeito, que você é muito humilde, é porque você fica olhando pra baixo, você não tem porte.’ Eu ouvi de tudo Luana, eu ouvi de tudo, e assim aquilo mexeu muito comigo, muito mesmo, sabe?” (Rosa)

No espaço branco acadêmico, as vivências de Rosa e Melissa remetem ao processo de inscrição que Kilomba (2019) passou em seu doutorado na Alemanha. Seu corpo não lido como acadêmico, foi marcado como diferente e incompetente. As interdições administrativas eram utilizadas para a lembrar que ela não era dali. Hooks (1995) já comentara sobre os mecanismos cotidianos, repletos de racismo e discriminações, as avisavam que “isso não é para você”.

Além disso, as participantes comentaram sobre outras barreiras que as impediam de trabalhar. Dália, por exemplo, cita o momento em que entrou na universidade para trabalhar, mas diferentemente de seus colegas brancos, ficou seis meses sem ter sala para atender.

“Eu atendi os alunos na secretaria. Fiquei seis meses sem ter sala. [...] E aí eu tive dois colegas professores homens brancos que vieram falar comigo. Ele falou assim, ‘você tá aqui na secretaria’, eu falei, ‘é não tenho sala.’ [...] Eu falei, ‘professor, não é minha obrigação correr atrás de sala, a obrigação é da chefia, enquanto ele não atribui uma sala, eu não vou atender ninguém, eu não tenho sala pra atender aluno, eu vou trabalhar na minha casa, eu só vou vir na universidade pra dar aula.’” (Dália)

Em diversas conversas, foi observado que seja implicitamente ou explicitamente, as mulheres negras percebiam que não eram bem-vindas no ambiente, e que ali não era um espaço seguro para a produção e compartilhamento de conhecimento por elas. Lara ouviu como estudante, em salas de aula, “você não é daqui”. Olívia comentou que “não era ouvida” por seus colegas e professores. Constantemente atacadas, elas falaram sobre as diversas formas que observaram não serem pertencentes ao meio acadêmico. A fala de Íris, como citada abaixo, mostra como o seu corpo nem era considerado como pensante, possível de ensinar.

“Tô trabalhando numa escola. Quando eu cheguei algumas pessoas perguntaram, ‘você vai ficar na secretaria?’ Aí eu falei, ‘não, eu sou a professora.’ [...] ‘Tu tem mestrado?’ Tipo assim, era algo do outro mundo,

né? Então assim, é sempre vão me colocar no lugar de que eu não posso ser intelectual, né? Entre aspas, eu não posso ser esse ser pensante. Então eu sinto isso.” (Íris)

Tidas como “corpos, sem mentes” (HOOKS, 1995), as falas das mulheres negras demonstram que socialmente seus corpos ainda são estigmatizados como objetos, estes ligadas as ocupações derivadas do período escravocrata (GONZALEZ, 1984; SAFFIOTI, 2015). Logo, mesmo estando dentro da universidade, deveriam estar realizando tarefas para servir aos brancos, seja limpando os banheiros ou servindo o café. Num território branco, a mulher negra é excluída por ser inferior, por ser mulher e negra (KILOMBA, 2019).

Para Carneiro (2023) essa é uma das formas que o epistemicídio, articulado ao racismo, consegue demarcar claramente onde é e onde não é o lugar do negro. Porque mostra à elas a todo momento que não é para elas estarem ali. Logo, não estão autorizadas a ficar ali. E, se ali estão, serão desqualificadas ou invalidadas intelectualmente. Afinal, só deveria estar na academia se fosse objeto de estudo. “O negro válido é o negro ‘validado’ pelas ciências. Dela e para ela.” (CARNEIRO, 2023, p.319) Se passar a ser o sujeito de estudo, é reiterada a subordinação social das mulheres negras. Violeta num caso descrito abaixo, conta como foi violentamente colocada de volta a esse lugar:

[...] Tava nítido que ela não queria fazer aquela entrevista. Eu tentei o máximo possível puxar, porque ela não me dava resposta, sabe? Então assim, você vê o desconforto, ou seja, a falta de respeito já está aí [...]. Então assim, ou seja, ele já tava começando a produzir uma violência na pesquisa dele com as participantes da pesquisa dele. Aquilo ali já foi uma violência, e ainda colocaram a gente naquela situação [...]. E aí logo depois disso, né? [...] Que a gente teve que fazer transcrição, então a gente fez entrevista, a gente fez e mandou pra ele. Depois disso ele sumiu. Eu já logo saquei, eu falei assim, ele sumiu, ele vai cagar pra gente. Ele não vai chamar a gente pra fazer parte disso mais. Dido e feito, não chamou, entendeu? [...] Eu lembro que quando chegou o final do ano, a Pessoa X ainda mandou e-mail, ‘e a pesquisa do bombeiro e tal, qual que vai ser os próximos passos?’ [...] Sabe o que ele respondeu pra ela? ‘Hum não precisa se preocupar não Pessoa X, agora é comigo.’ [...] O que ele queria era a nossa força de trabalho [...]. A gente perde um tempão nisso, e pra no final das contas a gente fez esse trabalho pra ele, né? Então assim, e sem um reconhecimento, nem um muito obrigado”. (VIOLETA)

Esse trecho carregado de violências, com as participantes da pesquisa e com a Violeta corrobora com o que Bourabain (2020) chama de mecanismo paternalistas (machistas), um processo em que a figura superior atua como

uma autoridade dominante, dizendo de forma opressora e repressiva o que os subordinados têm que fazer. Como as mulheres negras são estereotipadas como submissas, eles controlam onde, como e quando vai trabalhar com a pesquisa. Como Violeta precisou trabalhar com o seu orientador, obedecendo as ordens para a condução da pesquisa. Seu corpo foi associado ao serviço, como uma “Dona Benta” (BUENO, 2020). Além disso, foi tratada como um não ser do saber e do conhecimento, que não poderia contribuir com a pesquisa. De acordo com Carneiro (2023), este é outra estratégia epistemicida. A que reduz o sujeito negro a nada, sobretudo depois que o usa. E que constantemente o coloca na posição de intelectual subalterno.

Aqui é importante comentar sobre o domínio-exploração (SAFFIOTI, 2015) que ocorreu na relação aluna-orientador, que se fez presente para subalternizar, subordinar, marginalizar e reificar o outro, como uma “coisa que fala”. Rebaixa de forma “natural” o corpo de Violeta, para o seu ganho privado. Como pertencem a base da pirâmide do capitalismo (RIBEIRO, 2021), são comumente associadas a mão-de-obra barata, que pode ser controlada para benefícios próprios. A fala de Rosa corrobora com essa conclusão:

“vamos supor que ele tem pra indicar duas pessoas, aí ele pensa numa outra pessoa primeiro. Eu falava, ‘poxa, por que você não pensou em mim? Eu podia fazer isso eu sou mais qualificada do que fulana de tal’, aí arrumava uma desculpa tipo, ‘aí você já estava com outra coisa.’ [...] Eu tenho um trabalho de mil reais que dá muito trabalho e eu tenho um trabalho de sete mil reais que dá pouco trabalho. Esse trabalho de sete mil reais que dá pouco trabalho vai pra pessoa branca, e esse de mil reais que dá muito trabalho vai pra pessoa negra, e é sempre assim.” (Rosa)

A fala de Rosa remete ao que Bueno (2020, p.61) fala da exclusão histórica de mulheres negras do espaço acadêmico, “seja a partir da não contratação dessas pessoas como professoras, seja a partir da negativa das bolsas de incentivo à pesquisa para pessoas negras, seja através da não menção dos estudos desenvolvidos [...]” O que contribuiu para a consolidação do imaginário popular que não considera as mulheres negras como produtoras de saberes.

Outra violência abordada pelas participantes da pesquisa, foi sobre a perseguição “a cor do seu trabalho.” (Dália) Carneiro (2023) explica que a mulher negra está sujeita a este epistemicídio, por realizar uma insurgência intelectual e deslocamento dos discursos hegemônicos. É o que acontece com

as “*outsiders within*” que utilizam do não pertencimento para construir um outro saber, próprio. Foi observado que, seja dentro das universidades ou em eventos científicos, elas ouviam e precisavam defender constantemente seus temas de pesquisa, as suas escritas, sobretudo quando decidam usar uma metodologia e epistemologia não tradicional.

“[...] Quando eu apresentei um projeto de pesquisa aqui no campus [...], diz respeito a questão das relações raciais, né? [...] Quando eu apresentei, ele falou assim, ‘é professora, é interessante os seus projetos, mas eu preciso lembrá-la que nós não estamos num curso de serviço social. Nós estamos num curso de gestão, né?’ E aí eu retruquei, eu falei, ‘mas se você prestou atenção no que eu tô propondo?’ [...] não foge do contexto da gestão, apesar de não ser essa gestão que você tá acostumado a tratar no seu dia a dia, né? [...] Então, é sempre assim a cordialidade, mas também a questão de desmerecer o que você propõe, né? De se posicionar de forma a ridicularizar, né? Aquilo que você fala.” (Lavanda)

O depoimento de Lavanda evidencia que, quando o negro brasileiro é um negro-tema (BERNARDINO-COSTA, 2020), uma marionete na mão dos estudos brancos, não é um problema. Mas quando ele se torna um negro-vida, e produz conhecimento por conta própria, é interdito. O negro-vida toca em assuntos que incomoda a branquitude. Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) acrescenta o estranhamento que o branco tem ao ver o negro pesquisando sobre ele. É ele o especialista em negro e em relações sociais. Ademais, duvidar que o conhecimento negro faz parte das agendas acadêmicas (KILOMBA, 2019) é uma forma de mandá-las de volta para o seu lugar. Afinal, nem ciência elas estão fazendo, nem deveriam estar aqui. Gartner (2021) também observou que as mulheres negras sofrem invalidações constantemente no ambiente acadêmico.

Ao duvidar, diminuir e criticar o trabalho da mulher negra, também se está questionando a própria capacidade intelectual, e a duvidar de si mesmas. Negar a autoridade da fala das mulheres negras acadêmicas leva muitas, segundo hooks (1995) a internalizar as críticas de que não são adequadas e a desistir. Outras, desenvolvem baixa autoestima para escrever, e escolhe traçar um caminho solitário de pesquisa. Carneiro (2023) explica que o sentimento de inferioridade, é marcado pela internacionalização da insegurança, em relação às capacidades acadêmicas. Lavanda, em sua fala, apresenta essas características:

“[...] Mas assim, dentro do contexto da administração, eu tô sempre com medo eh que o que eu falei não foi adequado, de que o que eu falei não foi

suficiente e de que, enfim, sabe? Esse sentimento da não adequação ou da não... é... de não ser vista como alguém interessante pra área, entende? Importante pra área, não no sentido de querer me posicionar nesse lugar de importância, mas no sentido assim, poxa, é líder de tema e não tem, por exemplo, né? E não tem bons marcos teóricos que justifique isso, mais ou menos por aí, entende? [...] Então, é, é difícil, mas assim, nunca consegui comemorar uma defesa, [...] por dentro eu não comemorava. Então assim, por exemplo, no mestrado eu tive aprovação sem ressalvas, né? Da minha dissertação. Eu não consegui comemorar, eu pensava assim, ah, eles devem ter feito isso, porque ficavam com dó de mim, sabe assim? É. Então assim, essa questão pra mim é bem difícil.” (Lavanda)

Nesse sentido, é observado que a subjetividade, aqui, produzida nas relações de poder na academia, assimila e internaliza um desprezo pelo próprio trabalho intelectual (CARNEIRO 2023). A internalização da insegurança a leva a um efeito paralisante. Lavanda posteriormente, comenta que após a defesa de sua tese, ainda não conseguiu pegá-la para ler de novo. O mesmo aconteceu com Violeta. Paralisada após críticas de seu orientador, teve que pedir prazo de prorrogação para concluir sua dissertação. As duas participantes da pesquisa evidenciam como nesse processo trouxe sofrimento psíquico para elas. Souza (2021) explica que isso ocorre quando uma experiência racista é traumática e como são minimizadas por ninguém vê.

Outro efeito na subjetividade observado nas mulheres negras é o sentimento de precisar fazer mais, de precisar ser melhor. Carneiro (2023) argumenta que o negro precisa se afirmar diversas vezes, para se equiparar aos seus colegas brancos. Por acreditarem não serem boa o suficiente para ocupar aquele espaço, algumas mulheres negras participantes da pesquisa afirmaram que precisam se dedicar a mais horas de estudo e trabalho para provar que podem estar ali também. O que, por sua vez, leva ao excesso de trabalho e a uma rotina exaustiva.

“Na academia as pessoas dizerem que eu não sou capaz ou esperam o mínimo de mim, sabe? Tipo, como se eu não pudesse fazer muito mais do que aquilo, sabe? Então assim, foram muitas críticas eh até o começo do mestrado mais ou menos, eu ainda ouvia muita provocação, sabe? [...] E parece que quando a gente é uma mulher negra na academia, às vezes parece que a gente tem que ser dez vezes melhor do que as outras pessoas, só pelo fato de estar ali. Então acho que é por isso que é difícil. Então assim, eles já sabiam desde sempre que eu era pobre mesmo ali, sabe? Que eu era muito diferente da classe social deles, eu era realmente muito diferente, sabe? [...] E intelectualmente era o que eu te falei, eu achava que eu tinha obrigação de saber pelo menos o mesmo nível. Na minha cabeça ali eu estava, então eu estudava muito, e eu me dedicava muito pra ser a melhor... Acho que pra mim.” (Margarida)

“[...] Ali no doutorado foi muito de não me mostrar frágil, e também tem muita questão do ser mulher negra, de que eu tenho que estar sempre fazendo um monte de coisa pra mostrar que eu dou conta, que eu sou do nível dele, sabe? Enquanto depois que eu me distanciei, realmente eu vi isso, tinha outros colegas brancos, homens bolsistas que pra eles negar aquilo ali foi muito mais fácil que pra mim, sabe? Que eu fico com essa questão do que que os professores vão falar, que que tão achando, tem que tá sempre atrás mil vezes mais, né? Pra me mostrar nem superior, no nível deles, acompanhando, o que é, o que é bem chato. É, a gente já entra com débito imenso, né?” (Flora)

As falas de Margaria e Flora chamam atenção para o fato de pertencerem a uma classe mais baixa, e por isso, não terem tido a mesma base educacional que os outros colegas. Carneiro (2023) comenta os desafios e dificuldades que se apresentam para as pessoas negras que entram na universidade, visto que se deparam com a branquitude do saber, o confronto final. Com acúmulo de violências sofridas ao longo da trajetória escolar, precisam lidar com os estigmas e estereótipos que continuam as desqualificar. Enquanto seus méritos ainda forem avaliados por estruturas brancas, continuarão a passar pelas estratégias de poder que as minimizam.

De modo semelhante, Melissa também pontua como, ao entrar numa renomada universidade privada para realizar o doutorado, não se sentiu encaixada nas rodas de conversas com seus novos colegas. Segundo ela, até mesmo acesso à cultura, como livros, áudios (músicas) e filmes eram diferentes, uma vez que em sua infância, havia poucos livros e CDs disponíveis em sua casa. Enquanto as pessoas ao seu redor falavam sobre autores renomados, Melissa descreve como se sentiu inferioriza frente aos outros. Esse sentimento vai ao encontro do que Flora quis dizer com “entrar com débito imenso”. Ainda quanto a não se encaixar, Jasmin comenta sobre como essa questão da sociabilidade durante a sua formação enquanto mestranda e doutoranda a afetou, pois “fico(u) de fora de algumas panelinhas”, e “nunca conseguia ir nas confraternizações”.

Aqui, cabe destacar como a intersecção de classe é importante na formação de suas trajetórias acadêmicas, e que é algo não debatido pelas autoridades e lideranças que tomam as decisões. É uma particularidade delas, que tentam se encaixar nos padrões altos do mundo branco. Por isso, individualmente, precisam resolver, e seguir o ritmo imposto por eles. Pertencentes a marginalidade da hierarquia, aos guetos invisíveis (MOURA,

1988), não houve medidas colaborativas para equipará-las aos homens e mulheres brancos.

Silva e Carrieri (2022) expõem que a invisibilização daquelas que não estão dentro das narrativas hegemônicas da Administração. Mas que há narrativas outras, que se esquivam da convencional da gestão *mainstream* e do seu modelo gerencial de sucesso. Utilizando métrica de avaliação da gestão, feita pela elite, não se adequa as particularidades vivenciadas pelo sujeito coletivo mulheres negras. E elas elaboram “a gestão da sobrevivência”, em seus cotidianos, mesmo com muito pouco, para ser resistência frente ao *modus operandi mainstream* organizacional. Uma dessas gestões da sobrevivência está no ato de aprender ou aprimorar a língua inglesa para acompanhar as leituras, escritas, aulas, reuniões, da área. O depoimento de Jasmin deixa isso evidente:

“Então, por exemplo, eu já perdi um trabalho que eu tava com a editoria de um número especial da ‘REVISTA’, né? Da revista internacional e bem, saúde mental, e aí o bloqueio na questão do inglês, e eu não conseguia dialogar com aquelas mulheres eu simplesmente parei de responder. Volta e meia explicava, ‘olha eu não estou bem e tal’, mas acabei perdendo, e perdi essa chance dessa de editar esse número na revista. Então, eu poderia estar num alcance internacional muito maior do que o que eu tenho hoje, se eu tivesse com mais disposição pra isso. Aí por exemplo, eu fui chamada pra um painel de discussão que vai acontecer na semana que vem [...], sobre gênero e perspectivas decoloniais. E é um evento internacional, painel internacional. E quando eu vou prum evento que ele é decolonial, eu até me sinto um pouco mais confortável, dizer assim, né? Meu inglês não é umas mil maravilhas. Eu acho que eu pronuncio bem, a minha pronúncia é boa, mas o meu vocabulário é muito limitado. E aí como é que eu tenho participado desses eventos? [...] Ontem eu estava na reunião, eu fico extremamente nervosa. [...] Mas é... Comé que eu falei com ela? Eu preparei algumas falas correndo assim, antes da reunião, [...] já deixei aqui a fala escrita na minha cara, a tela pra mim.” (Jasmin)

Observa-se que as métricas e exigências do *mainstream* continuam a deixar as mulheres negras na marginalidade. Collins (2020) lembra que homens brancos de elite controlam as estruturas do conhecimento ocidental, então temas, paradigmas e outra série de elementos que representa seus interesses vão permear a atividade de trabalho acadêmico tradicional. E eles usam de diferentes estratégias para que as mulheres negras não se sintam pertencentes. Parâmetros inalcançáveis são estabelecidos, regras, processos, normas, ferramentas são utilizadas para preferir e fortalecer silenciosamente os que se consideram “iguais”. Congressos caros, cursos no exterior, fluência em

outras línguas, são exemplos de exigências difíceis de alcançar para aquelas que não tem dinheiro. E, por isso, são excluídas das estruturas.

Para Bento (2020, p.77) esses processos e mecanismos que naturaliza a posição de outros grupos em posições de subordinação e desqualificação, caracterizam-se no chamado racismo institucional. “São ações em nível organizacional que independentemente da intenção de discriminar acabam tendo impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo.” Bueno (2020) corrobora afirmando que há uma razão política e econômica por trás disso. É a lógica da manutenção dos privilégios da branquitude que necessita desses padrões para se manter onde está. Que, como afirma Bento (2022), colhe as vantagens estruturais de seu privilégio racial. E da exploração da mão-de-obra negra, que “faz tudo” aceitando ganhar bem pouco.

Essa discussão sobre a marginalização social das mulheres negras na pós-graduação em Administração é importante, porque expõe a dominação e exploração de gênero e raça a que são submetidas, mas que são invisibilizadas pelos líderes e gestores das instituições. Na falta do reconhecimento do que de fato está acontecendo, faltam políticas de inclusão e equidade para elas nos diferentes locais, sejam nos Programas de Pós-graduação ou na ANPAD. Num espaço que não aceita preconceito, adota o discurso da diversidade, mas impõe exigências cada vez mais difíceis delas acompanharem. Elas precisam correr atrás individualmente, sem apoio. A “cortina de fumaça da diversidade” (BOURABAIN, 2020) varre para debaixo do tapete os problemas que “só as mulheres negras” passam sozinhas.

“Eu tinha feito a minha primeira viagem igual eu te falei, internacional, mas foi porque eu também ganhei uma bolsa, eu vendi salgado na época, eu vendi torta doce e salgado, que eu fazia pra poder bancar, aí a empresa que eu trabalho também me deu uma parte da viagem. Porque senão eu não teria ido fazer a apresentação do meu artigo lá em Portugal, sabe?” (Margarida)

A fala de Margarida permite entender também que a academia, sob um sistema meritocrático, não inclui as especificidades de uma mulher negra. Assim, ele consagra a inferioridade delas não apenas nas hierarquias sociais, como também enquanto sujeitas de conhecimento. As métricas e exigências do *mainstream*, combinada a “falta de dinheiro” dessas mulheres, atuam como uma estratégia epistemicida, ao serem excluídas de processos justos e igualitários. Aquelas que elaboram a “gestão da sobrevivência” são

condenadas a uma integração social minoritária e subordinada (CARNEIRO, 2023). Como Jasmin disse, “fui perdendo todas essas Jasmínes.”

“Eu ainda tenho como eu mantenho na minha memória, na minha afetividade como uma das coisas que eu queria retornar pra minha vida e que eu tenho assim [...], a dança é onde eu consigo muito ser... Essa Jasmin da dança e da música também. Eu digo assim, eu não seria uma professora, doutora, pesquisadora, se eu tivesse nascido com outra condição de classe. [...] quando eu vejo a carreira que eu consegui construir, uma carreira né [...] e eu fiz isso muito cedo, mas é... perdendo todas essas Jasmínes, que elas ainda estão aqui e me machuca não ser elas.” (Jasmin)

O depoimento de Jasmin. leva a refletir como ser uma *outsider within* (COLLINS, 2016) e ser uma das poucas a ocupar esse espaço, gera sofrimento. O epistemicídio como estratégia para a construção do outro como não ser é violenta, age na subjetividade da mulher negra. Aqui, percebe-se como o conflito epistemológico desdobra-se no conflito psicológico. O resultado é a subjetividade fragmentada, que dificulta organizar condições que conduzam a superação dos estigmas e resgate da plena humanidade (CARNEIRO, 2023).

“[...] Eu estava cansada. Aquela sessão foi exaustiva pra mim. Eu chorei a beça. [...] É um lugar caro que a gente comprou, sabe?” (Jasmin)

Além disso, a conciliação de casa e trabalho, muitas vezes feita de forma solitária, contribui para o cansaço das mulheres negras acadêmicas. A exaustão se dá, devido à sobrecarga de trabalho. Um ponto importante tocado por elas foi a maternidade foi vista como algo que podia “atrapalhar” o caminho “meritocrático” na pós-graduação. Sendo o perfil da pessoa acadêmica o homem branco, de classe média, sem filhos.

“[...] essas questões pra conseguir tentar dar conta, né? Porque a gente nunca dá conta efetivamente de tudo, mas pra não prejudicar ou pra eu conseguir conduzir as minhas atividades como eu acho que deve ser e também a minha maternidade como eu acho que deve ser. Agora, nesse último ano, eu coloquei ela num centro recreativo, então duas manhãs por semana ela vai, e aí eu aproveito pra estudar inglês e fazer algumas outras coisas, né? Mas eu tentei assim, fiz isso, né? Reduzi o meu tempo de trabalho, nos finais de semana também, dificilmente eu trabalho, às vezes é inevitável, né? Tem um acúmulo assim muito grande de atividades que eu não dou conta durante a semana, tiro algumas horas no final de semana pra trabalhar. [...] É... Mas assim, se a gente for olhar número, né? De publicações, enfim, atividades, eu reduzi realmente. É claro que tem toda uma questão que eu ainda não consegui voltar pra minha tese, eu acho que por conta de tudo que aconteceu, e dos atravessamentos que essa tese provoca em mim, né? Então eu não consegui ainda, né? Eu preciso, eu já comecei vários artigos, eu tô com vários artigos que começaram aqui mas eu não consigo dar continuidade, eu começo e travo, né? [...] Eu tive que botar o pé no freio, não tem jeito, né?”. (Lavanda)

O depoimento de Lavanda destaca a necessidade de fazer o “malabarismo com [as] múltiplas exigências” (HOOKS, 1995, p.471), para se equiparar aos homens brancos. especialmente as mães, não podem se isolar para pensar e escrever o trabalho acadêmico. Precisam conciliar, com o cuidado doméstico e os filhos, outros trabalhos remunerados e a pesquisa, os estudos.

Ser mulher negra na pós-graduação é, portanto, criar modos de existir, não ter suas subjetividades aniquiladas. Carneiro (2023) pontua que esse é o objetivo das relações de poder que engendram o racismo, a eliminação dos negros.

### **4.3.2 Assédio Sexual para as mulheres negras**

Esta seção tem por objetivo apresentar as falavivências compartilhadas que, para elas, se caracterizaram como AS. Algumas comentaram os casos explícitos (refere-se aos atos libidinosos) que ocorreram na academia, enquanto outras frisaram nunca ter sofrido tal violência. No entanto, dentre as que haviam dito nunca ter passado por uma situação de AS, durante as conversas, de maneira leve e solta, foram relembrando momentos em que se sentiram desconfortáveis, e compartilharam suas “dúvidas” entre ser AS ou não.

Primeiramente, é importante pontuar que o AS é um assunto que perdura na mente das mulheres negras acadêmicas, sobretudo por enfrentarem tal problemática desde os primeiros anos de suas infâncias. A vida fora e dentro do espaço acadêmico (universidade, eventos, reuniões, confraternizações) se misturam, e o comportamento delas dentro da academia é influenciado por vivências externas. Jasmin., Violeta, Melissa, Angélica, Íris, Olívia, Flora, Margarida e Girassol compartilharam já terem sofrido AS tanto nas ruas quanto em outros locais de trabalho. Angélica passou por uma situação em outra empresa, em que foi tão violento (chorou ao contar), e teve se demitir, mesmo precisando do salário para sobreviver. Marcada e ferida pela violência, afirma que já entrou na academia (no mestrado) mais “atenta” e madura para não passar por isso de novo.

“[...] a gente estava fazendo a trilha a noite, tudo, eu estava ao lado desse cara, e ele colocou a mão, ele passou a mão no meu seio, ele passa por cima

da blusa, ele passou a mão no meu seio uma vez, eu não falei nada e tirou, mas eu também não saí do lado dele. Eu continuei do lado dele. E aí ele foi lá e passou a mão no meu seio pela segunda vez. [...] Só que eu tinha catorze anos Luana. Eu não sei te dizer se eu não saí, porque eu fiquei com medo, ou se eu não saí porque eu achei que era normal. Eu não sei dizer, sabe? Eu só sei que ele passou a mão a primeira vez, eu não saí, a segunda vez eu saí de perto, e também decidi não contar pro meu pai, porque sabia que se eu contasse pro meu pai alguma coisa de bom não ia sair dali.” (Girassol)

A fala de Girassol demonstra que o AS é algo naturalizado na vida das mulheres negras, sejam elas acadêmicas ou não. Seus corpos desde a infância são hipersexualizados (GONZALEZ, 1988), objetificado para servir sexualmente ao outro. Isso é importante destacar, pois influencia o comportamento delas na fase adulta, e faz com que muitas delas mudem suas posturas ao entrar na pós-graduação. Angélica comenta que “já tinha apanhado tanto que, por exemplo, quando eu tava falando na turma e alguém, algum homem branco (me) interrompia, (eu) já me posicionava e falava ‘deixa eu terminar de falar, (eu) passo a palavra pra você colega, eu vou concluir’. Eu comecei a me posicionar de uma forma bem diferente, sabe? No mestrado [...]”

A mudança de postura também é observada na vestimenta, em como o corpo será apresentado em público, durante as aulas, por exemplo. É, portanto, como aponta Louro (2000), um corpo violado, que precisou ser modificado para se adequar ao que é socialmente aceito e, especialmente aqui, para não ser responsável por instigar o desejo do home. É corpo controlado para mostrar ou não as partes permitidas.

“[...] Mas, por exemplo, eu penso na vestimenta. Por quê? O que que eu penso? Eu penso assim, eu vou evitar, que eu acho que a gente tem aquela ideia, né? Não, a gente tomou uma ideia, a gente tem um discurso. Ah, mas não é a culpa, não é a roupa da mulher, OK. Concordo. Super concordo com o discurso, mas a gente sabe muito bem que na prática a mulher é julgada sim pela roupa que ela usa, ponto. Então se acontecer qualquer situação, a primeira coisa que eu vou falar é, ‘ah, mas o que que eu estava vestindo?’ [...] Então, considerando o trabalho no qual eu estou hoje, que eu tenho muita relação com homens, que é majoritariamente formado por homens, [...] eu tenho uma preocupação com usar roupas que não marquem tanto o corpo, por exemplo, que não sejam justos, que não sejam curtas, pra tentar tirar um pouco desse lugar do sexo, inclusive eu também visto até roupas pra me deixar, que me deixam um pouco mais velha. Porque eu tô num ambiente no qual eu sou muito jovem pra média de idade das pessoas lá [...]. E aí eu tenho, quando eu vou escolher roupa pra eu tenho essa preocupação de assim ah está muito justo ai será que vai chamar a atenção? Aí eu tenho. [...] Eu tenho essa preocupação com medo de, assim, como é que eu vou ser lida? Com essa roupa nesse ambiente, no qual eu estou, sabe?” (Girassol)

Ainda sobre os corpos das mulheres negras, foi percebido que as mulheres negras participantes da pesquisa reconhecem que seus corpos chamam atenção, são “vigilados pelos outros alunos” (Olívia), por terem “cabelão” (Margarida), “quadril largo” (Violeta e Jasmin) ou “seios grandes” (Olívia). Por isso, dão preferência por roupas mais largas, “blusas fechadas” (Olívia) para dar aula, apresentar artigos em eventos, ir a reuniões, etc. É, mais uma vez, o corpo mostrando ser controlado (LOURO, 2000) para se enquadrar socialmente.

Cabe enfatizar outras formas de (hiper)sexualizar o corpo da mulher negra na pós-graduação. Além da conhecida “mulata”, Dália, atuando como professora e pesquisadora da pós-graduação em Administração, lembra do lugar da “novinha”, por aparentar ser mais jovem, e como isso dá abertura para que os homens mais jovens a convidem para sair, pois tem “uma conotação sexual”, de maneira mais “leve e naturalizada”.

“[...] Enquanto o homem cis hétero branco se sentir autorizado a ter esse tipo de comportamento, né? Eu tive uma vez também, que eu tive um aluno, que inclusive ele fazia crossfit, aí ele ia ficar de exame [...], e aí ele esperou todo mundo sair da sala e ele veio falar comigo, e falou ‘nossa profe’, aí nesse dia ele veio com uma camisa regata pra mostrar ó, toda da sua, né? [...] Aí ele chegou na sala, e colocou a mão assim na mesa e falou, ‘aí profe eu não fui tão bem na prova, né? [...] Daí ele falou assim, ‘então profe. Ah, né? Eu sei que você vai de vez em quando pra Cidade, né? Pra resolver as atividades lá, nessa parceria com a universidade. A minha família tem uma unidade da empresa lá, e eu tenho um apartamento lá. Uma hora que você tiver lá, se você precisar, né? [...] É só você me avisar que a gente pode estar lá também.’ Aí eu virei pra ele e falei, ‘Pessoa Y na escola que você estudou eu tenho doutorado, né? Então vamos parar por aqui, né?’ Daí a gente começou a rir, nunca mais ele fez esse movimento assim, né? [...] Mas volta e meia tem um aluno sem noção e você sempre corta com, assim bem leve, descontraído, né? Pra num causar um clima, também depois na sala, né?” (Dália)

A partir do depoimento de Dália, é possível explicar o porquê o seu corpo, mesmo numa posição de superioridade em relação ao seu aluno, continua a sofrer violências. Ela é objetificada sexualmente, preza na imagem de controle da mulata (BUENO, 2020), porque sob o olhar do outro é categorizada como menos humana, animalesca ou mais selvagem. O pensamento binário, que categoriza as pessoas em termos de diferenças um do outro, é a base da objetificação. Sem essa lógica de oposto, vinda do binarismo, não seria oprimida. A noção de gênero de Oweyumí (2021) permite que se escape dessa armadilha de aprisionamento do outro. E pensar numa

lógica em que Dália não seja vista como um corpo disponível para sexo, mas um corpo pensante, capaz de ensinar.

Quanto ao AS (explícito), Melissa, Jasmin e Íris compartilharam as experiências que (infelizmente) vivenciaram na academia, como alunas e professoras da pós-graduação. Sendo elas expostas a seguir:

“[...]O que que aconteceu nessa escola? Tem um diretor... E aí uma determinada vez, eu sempre ia com uma calça de malha pra trabalhar, né? Que é aquela mais molinha, né? Soltinha assim, eu ia com ela e com uma blusa normal assim. Eu sempre ia com essa roupa que pra mim é muito confortável e por questões também ginecológicas, né? Calça jeans não é muito recomendada. Então [...] eu estava indo pra escola assim todo dia, aí eu cheguei, era um dia chuvoso, eu estava com essa calça, e fui com uma blusinha de frio também, e aí estava a minha coordenadora da área no portão e o diretor no portão, e aí eu cheguei perto e eu vi que ele me olhou de cima abaixo por duas vezes. Me olhou de cima abaixo. E aí quando eu cheguei perto, porque eu queria falar com a minha coordenadora, ele virou e falou bem assim, ‘nossa professora quanta elegância’. E eu não dei assunto, que eu corto mesmo, porque eu não vou dar, né? Margem pra nada. E aí eu só olhei pra cara dele assim, e virei mais com a cara séria, né? Sem risadinha assim, não falei nada, e aí virei pra minha coordenadora e fui falar com ela o que eu tinha que falar, né? Só que aí é tipo, você vira pra pessoa, né? Você está conversando aqui, mas você consegue dar uma olhada assim pro lado, né? Pra ver o que que a outra pessoa está fazendo e aí eu dei uma olhadinha assim de lado, e aí eu vi que ele continuou olhando pro meu corpo e eu vi isso, e aí beleza... Deu o horário da entrada, entramos, e na hora do intervalo, a Pessoa Z que tá como coordenadora de uma outra área, né? E aí ela me chamou na sala dos professores, aí eu ‘oi’, aí ela ‘primeiro deixa eu te olhar, aí eu ‘ué por quê?’ Aí ela me olhou, aí ela ‘vira’. Aí eu ‘hein mulher, que que tá acontecendo?’ Mas virei, né? Ela pediu, aí ela ‘nossa cara, nada demais’. Eu falei, ‘Pessoa Z, fala logo.’ Aí ela, ‘então estou vindo aqui porque a Fulana que é a minha coordenadora pediu pra eu vir até você, porque ela sabe que eu tenho mais intimidade com você.’ Aí eu, ‘oh!’ Ela, ‘Então, porque o diretor foi lá na coordenação pra falar da sua roupa que era uma roupa inadequada e que os alunos poderiam te assediar.’ [...] Aí ela virou e falou assim, ‘é, inclusive eu estou com a mesma calça que você’, e era a mesma calça. ‘Eu estou com a mesma calça que você, só que a diferença é que você tem corpo, você tem bunda, você tem muita perna e eu não, eu sou seca’, e ela falando [...] ‘é a única diferença entre nós duas, mas a nossa calça é a mesma.’ Aí ela, ‘então... Ele pediu pra você vir de calça jeans agora.’ Aí eu, ‘você sabe que dependendo da calça jeans que eu vier, aí que minha bunda vai aparecer mesmo, né? Que a calça jeans vai ficar extremamente colada, a calça jeans é colada, essa calça aqui pelo menos é folgada, a calça jeans é colada, né?’ [...] E aí eu fiquei muito puta. [...] ‘Vem trabalhar de calça jeans’, e é isso. Vida seguindo. Mas sem eu olhar pra cara dele. [...] E ficar nessa posição também de eu preciso desse salário, e aí eu preciso aturar isso, né? [...] imagina você não conseguir olhar na cara do teu diretor, que é uma pessoa ótima para você manter relação ali, né? Pois é. Não, não consigo. Aí é isso.” (Íris)

O “caso” de Íris foi um AS disfarçado de pequena observação, de forma indireta, com um olhar indiscreto para a sua bunda. Tecendo, por outra pessoa, um comentário para repreender a roupa que (não) lhe agradou, o assediador pede que Íris não use mais aquela calça de malha “molinha”, pois poderia

estimular o assédio por parte dos alunos. Entende ele como um problema que Íris causou, e que ela deveria resolver. Mas ela apenas se vestiu e saiu para trabalhar. O diretor se isenta da responsabilidade de não sexualizar o corpo alheio, e de não cobiçar, sem ter abertura, esse mesmo corpo que está ali para o trabalho intelectual. Íris compartilhou durante a falavivência, essa violência, chorando. É ele quem assedia, é ele quem pede para ela não atíçar mais ele, é ele quem repreende, é ele quem a silencia. E é ele quem manda. Fazendo valer a sua posição de poder na relação hierárquica – ele é o chefe – aproveita-se de seu privilégio para ditar as regras, e controlar o que devem ou não usar nos espaços de trabalho. E Íris precisa obedecer.

“[...] Aí foi quando eu cheguei, teve no primeiro ano, [...] confraternização de fim de ano, uma confraternização familiar, era um churrasco, tinha crianças, meu filho estava presente. E eu sofro um assédio de um dos professores, [...] e aí esse professor estava indo embora, ele estava com a esposa dele inclusive, se despedindo das pessoas, e eu estava sentada num banco junto com outras duas professoras. Inclusive eu lembro assim, que algumas pessoas dançaram nesse churrasco, e eu lembro que eu [...] não me senti confortável pra dançar, justamente por eu ter esse corpo que transborda, sabe? [...] Então assim, eu fiquei quieta o tempo todo, não expus meu corpo, digamos assim, né? [...] Ele foi se despedir, nós estávamos, aí estavam as duas professoras e eu [...], e ele se despede delas normalmente com super respeito, quando chega em mim, ele diz assim ‘é, deve ser difícil arrumar homem pra você’, do nada. Sem contexto algum. ‘É, deve ser difícil arrumar homem pra você, né? Por que você é muito grande, né? Deve ser difícil.’ Aí ele solta assim, a piadinha. [...] Aí ele continua e fala assim, ‘Ah, mas deitado é tudo igual, né?’ Quando ele fala esse ‘deitado é tudo igual’, você tem uma sexualização ali totalmente fora de contexto, e tem a maneira como ele me olhava. Uma maneira de sexualizar o meu corpo. É como se o meu corpo, ele fosse disponível pra ele. [...] E aí ele vira e fala assim, ‘toda vez que você entra nas reuniões eu penso isso, como que você é grande e como que deve ser difícil.’ E ele vira pra mim, e fala que todas as vezes que eu entro na reunião, na sala de reunião, ele pensa assim. É isso.” (Jasmin)

“E aí eu lembro que nessa primeira volta da reunião dele, eu assim, eu não queria ver cara dele, sabe? [...] Na pandemia a gente começou a ter as reuniões virtuais, e aí uma das primeiras reuniões virtuais eu entro na sala de reunião pouco antes, alguns minutos antes, tinham pouquíssimas pessoas na sala ainda, e aí ele vira pra mim e fala assim, ‘Ah...’ E eu estava com a câmera aberta, né? Assim, só o rosto aparecendo, e aí ele virou assim, ‘ah vai ter que levantar e dar uma rodadinha pra eu ver como é que está vestida.’ E aí, desde então, eu nunca mais, né? Fiz as reuniões com a câmera aberta, nunca mais. [...] Eu só abro a câmera na hora que eu vou fazer algum relato, na hora de eu falar alguma coisa, aí abro a câmera e logo depois parei de falar, eu fecho.” (Jasmin)

Na fala de Jasmin é possível observar a permissividade que o professor/chefe tem com a mulher negra, daquela com um “corpo que transborda”, que se aproxima do padrão da mulata (GONZALEZ, 1988). Mesmo num espaço público, com outros colegas de trabalho, acompanhados

de seus familiares, o professor pôde fazer, sem represálias, comentários sexuais e inadequados para outra mulher, sua colega de trabalho. O que chama a atenção nesse “caso”, é como, independente da relação hierárquica, ora chefe, ora colega de trabalho, ele sabe que nada vai acontecer com ele, devido a sua posição privilegiada na sociedade, por ser um homem branco. Ele joga com Jasmin como uma peça de tabuleiro, porque pode movimentá-la a seu bel prazer. Sem se importar com os sentimentos dessa peça. Ademais, assim como Íris, o silenciamento daquela que sofre a violência também é presente nesse “caso”. Mesmo estudiosa da área, sabendo quais passos deveria seguir, sabe igualmente o que acontece com quem denuncia, preferindo se silenciar para não sofrer futuras represálias, e assim, se encaixar na universidade.

“E aí chega um professor, que ele chega como conhecido dessa minha amiga, e ele já, a primeira coisa que ele fala quando ele chegou no grupo, ele fala assim, ‘que morena linda, né?’ E aí, eu logo corrijo ele, ‘não, é morena, eu sou negra.’ Aí imediatamente, eu sou colocada nesse lugar da negra raivosa, e essa negra raivosa que fica rosinha, ela é sexualizada também, né? [...] Ele falou uma outra coisa que me deixou desconfortável também, e ele continuava tentando chegar muito perto de mim. Eu lembro que isso me incomodou muito. E aí, naquele momento assim, [...] a gente se conhecendo, e ele se colocou nesse lugar do professor que trabalhava com a minha amiga, então se coloca num lugar de ‘pode confiar em mim, né? Porque eu sou amigo dela’. [...] E aí ele pergunta pra mim qual que era o meu signo, aí eu respondo pra ele. Inclusive, eu me culpei depois de ter respondido a pergunta dele. Daí eu falei que eu era de escorpião. E aí ele virou, e falou assim, ‘ah que quer todo dia, né?’ Tipo, ‘então você quer todo dia. Isso é fogosa.’ E aí assim, ele não tinha a menor liberdade comigo, a gente não se conhecia. E aí ele se sentiu, né? À vontade pra me localizar um grupo, a morena ali, né? A morena entre aspas e que é fogosa ainda. [...] Era alguém que assim, tipo, que eu estava repelindo completamente, com medo de que acontecesse alguma coisa, que ele falasse alguma coisa novamente.”  
(Jasmin)

Acima, a fala de Jasmin expõe uma situação de uma conversa, informal, entre colegas de profissão, em que o sexo foi o tema da conversa. E já assume, parte do pressuposto que, se ela é negra (morena), ela é “fogosa”, ela é “boa de cama”, ela gosta muito de sexo. E ele quer se aproveitar disso, “apagar o fogo” dela. Não pode ser outra coisa, mas uma mulher negra desesperada para ter relações sexuais. Ela se culpa, não quer mais estar naquela situação, perto daquela pessoa, e ainda fica com medo, se vigiando para não acontecer novamente.

Um corpo que só serve para o sexo, para se aliviar, porque com o AS o homem consegue o sexo sujo, fácil e rápido com a mulher negra. Não precisa

ser “bonita”, mas “gostosa”. Após as conversas com as mulheres negras participantes da pesquisa, foi possível perceber que elas, durante toda a sua vida, não se consideravam bonitas, ocupando o lugar do não desejo quando comparadas as suas amigas brancas. Inclusive, foi abordado por algumas delas que nunca sofreram AS, justamente por nunca terem sido desejadas. Tal como expõe Violeta a seguir, ela não se considera uma pessoa atrativa pelos colegas da área de Administração. Girassol corrobora comentando que já observou em eventos da área que as mulheres negras não são escolhidas para construírem um relacionamento.

“Mas a academia, o que eu observo é que os homens brancos, que é o que a gente tem majoritariamente na academia, pouco se interessam genuinamente por uma mulher preta, de querer construir alguma coisa, de querer ter um relacionamento, de não querer ficar só num escondidinho no quarto de hotel, num congresso. Eu prefiro não me emprestar o papel de relacionar com esses caras, senão não vão me valorizar.” (Girassol)

“O pessoal de estudos organizacionais, né? [...] E aí eu percebia, né? Assim, o flerte com todas as garotas que estavam lá, né? Que estavam com a gente, né? Menos comigo. Comigo nunca não teve né? [...] Depois até conversei com outras amigas, né? E eu soube que ele mesmo se utiliza muito disso, sabe? Pra conseguir, né? Assim, né? Como se diz? Pra ele conseguir, né? Se inserir de alguma forma em algum lugar pras pessoas, né? Pra ele ser visto, né? Ele usa muito esse artifício do flerte, né?” (Violeta)

Violeta também expõe como o sexo (e a possibilidade de tê-lo) na pós-graduação em Administração, é usado como um meio para conseguir algo, em que as pessoas brancas, principalmente “das classes mais altas, elas brincam muito com esse negócio da sedução.” (Rosa) Essa “sedução” seria uma “jogada de cabelo” (Rosa), uma “paquera” ou até mesmo um convite para se encontrar em outra cidade (Dália). Tal como expõe Girassol a seguir, é utilizado “para conseguir benefícios mobilizando o quesito sexual”, algo que nunca foi bem aceito quando feito por mulheres negras – que não podem “brincar” com o sexo, pois seriam pervertidas.

“Olha, o que eu sinto é que eu poderia mobilizar um pouco mais esse estereótipo da mulata da negra ferosa, da boa de cama, essas construções sociais que tem. Eu sinto real que eu poderia mobilizar a meu favor, eu sinto isso sim, e eu tenho a consciência que eu conseguiria fazer isso usando uma roupa mais provocativa, conversando de um jeito mais provocativo com homens, tocando pra conseguir benefícios. Eu sinto que isso poderia, e tem pessoas que fazem isso, e conseguem colher, e eu não julgo, acho que são estratégias [...]. Tem gente que já tem esse perfil. Eu não tenho. Mas eu sei que eu poderia vestir essa carapuça, vestir essa fantasia, performar nesse lugar pra conseguir determinados benefícios com determinadas pessoas mobilizando o quesito sexual, mexendo com desejo. Eu sei que eu poderia

fazer isso, mas é um lugar que eu não me sinto confortável, então eu não faço, mas eu acho que se eu fizesse eu ganharia mais, entendeu? Mas como? [...] Você consegue performar num lugar de sexualidade, de criar desejo, que as pessoas podem fazer coisas pra você só na intenção de poder ficar, poder ficar com você, entendeu? [...] É engraçado falar isso, porque realmente tem gente que joga com isso e sai ganhando muito, né? Muito.” (Girassol)

O prazer para as mulheres negras é algo negado, pois historicamente o sexo é permitido para satisfazer o homem branco. Mas, algumas mulheres negras acadêmicas expuseram gostar de sexo, e que tem o direito de igualmente gostar do jogo de sedução. É importante destacar essa opinião, uma vez que mostra que alguns comportamentos, para uma parte, não se configuram como AS. Flora, por exemplo, aponta que “gosta de se sentir desejada”, “de sexo” e, por isso, “naturaliza a questão do AS”. Isso leva a dupla reflexão. Em primeiro lugar, o histórico de não serem desejadas das mulheres negras, que aceitam “migalhas” para não se sentirem sozinhas. E, em segundo lugar, o direito de receber “migalhas”, assim como outras, para ter prazer, ter acesso ao gozo. Havendo o consentimento, e a não “invasão de privacidade” (Dália), pode ser considerado normal.

“Teve uma situação assim, que eu estava numa fila pra comprar alguma coisa e meu orientador estava atrás de mim. E aí, um terceiro professor veio e falou assim, ‘nossa só deve ficar com homem grandão, né? Porque você é grande, né?’ E eu indiferente desse comentário. [...] eu tenho consciência que pra mim é diferente, porque eu realmente eu sou diferente assim. Chamo atenção por alguns motivos. Eu sou muito alta. Tenho peito grande. E assim, eu honestamente eu gosto de me sentir desejada. Então eu sempre tive muito conforto com isso. Mas assim, aí é uma questão, porque já que eu gosto do lugar, e já que eu gosto de me sentir desejada, eu tendo a naturalizar a questão do assédio sexual. [...] eu acho que é interessante você perceber isso. [...] Que por exemplo, eu gosto de sexo. Então assim, pra mim gosto muito. Então já que eu né? [...] Eu estava na fila e aí esse professor fez esse comentário. ‘Olha, eu acho que você pega só homem grandão porque você é muito grande, né?’ E aí eu ri sem graça assim, porque eu não tenho a menor intimidade com esse camarada, não sabia o que fazer, não sabia o que comentar, e aí meu orientador falou assim, ‘e o que que você tem a ver com a vida sexual dela? O que que isso é um problema pra você? E aí está vendo que eu não alcancei? Eu não percebi’, aí eu fiquei quadrada assim, não sabia o que fazer, depois meu orientador falou, ‘Flora, muitas situações assim, as pessoas vão chegar em você, e vão falar comentários assim, que são totalmente invasivos, você pode, você precisa se posicionar.’ Mas eu sequer dei conta de que aquilo ali era invasivo. Por conta disso, eu gosto de sexo.” (Flora)

Ao dizer que “não percebeu” o comentário “invasivo”, Flora traz a reflexão sobre a responsabilidade da mulher negra saber diferenciar o que é ou não um AS. Conhecido por ser um conceito amplo e subjetivo (FREITAS, 2001), sobretudo na legislação brasileira, o AS se apresenta de diversas formas diferentes, com múltiplas facetas. Durante as conversas com as

mulheres negras, foi observado que há ainda dúvida do que seja um AS ou não, mas elas apresentaram momentos incômodos, inapropriados que as deixaram pensativas e “desconcertadas” (Violeta).

Responsabilidade de quem sofre a violência precisar saber lidar formalmente com as coisas. É uma dupla violência, precisar ficar pensando nisso.

“É você falou, e agora até lembrei aqui. Na verdade, uma coisa que aconteceu segunda-feira agora, que assim, eu nunca passei por isso, né? [...] Mas enfim, ele escolheu fazer esse exemplo pra poder falar sobre consentimento, né? Nem lembro mais o que que era, o que a gente tava falando. Ai, gente nem lembro. Mas ele falou alguma coisa de, é, ‘não posso ir beijar a Violeta’, porque, né, a gente estava falando alguma coisa de consentimento, eu já nem lembro, está vendo como essas coisas deixa a gente desconsertada? Já nem lembro exatamente o contexto, mas o que ficou na minha mente o exemplo que ele deu, de ‘eu não posso chegar e beijar a Violeta’, tipo assim. [...] eu não lembro exatamente como é que era, porque assim, o que parou na minha imagem foi isso, né? [...] Tipo assim, é uma coisa que é desconcertante, né? Tipo, eu já perdi todo o raciocínio da ideia que estava rolando na sala de aula, já nem lembro mais o que tava sendo discutido, porque o que ficou na minha cabeça foi, ‘porque que a pessoa tá usando esse exemplo, sabe?’[...] nesses momentos a [...] gente é levado prum outro lugar e a gente fica sem reação, né? [...] E aí você fica assim, desconsertada, e é aquele negócio também, né? A gente fica, né? Tipo, a gente fica neurótica de, [...] ‘não, é coisa da minha cabeça, tô ficando doida.’ A gente acende o sinal de alerta, né? [...]” (Violeta)

O “sinal de alerta” é necessário, em virtude da conhecida fama dos homens brancos desse espaço em praticar o AS. Ao serem questionadas se sabiam de alguém que tivesse passado, ou de alguma história sobre o AS na pós-graduação em Administração, seja nas universidades ou nos eventos, as participantes afirmaram que sim, sabiam de mulheres que tinham sofrido e de homens que conhecidos como assediadores, principalmente em eventos. Jasmin, inclusive, comentou como esses homens ainda circulam livremente nesses espaços, continuam praticando essas violências e, até mesmo, adquirem “legitimidade institucional” para pautar a temática e “ir se protegendo cada vez mais”. Ela conhece professor que hoje está realizando pesquisa, orienta e publica sobre o tema na pós-graduação, embora tenha conhecido uma mulher que tenha sofrido AS por ele.

“Então, o Orientador X assim, pra além de assediador moral, que ele faz assédio moral como os orientandos, [...] ele já (assediou uma mulher). E isso é uma coisa que quando você chega nesse espaço, e você toma ciência e alguém te conta o absurdo do assédio, da violência daquela pessoa, e aí você fica assim caramba, como que eu vou me manter nesse espaço? Como que eu vou ser cordial pra essa pessoa? Entende? (Jasmin)

A fala de Jasmin abre espaço também para compreender o porquê de o “sinal de alerta” ser importante. As mulheres negras pesquisadas externalizaram medidas e cuidados que tomam para que não venham a sofrer algum tipo de violência, sobretudo sabendo que há assediadores, legitimados, com “casos abafados” (Jasmin) no ambiente. Girassol, por exemplo, prefere “não ficar com porta fechada, de ter o respeito entre professores e alunos, de não pegar aluno”, e não manter “flertzinho” de alunos e professores “chamando pra barzinho, comentando do esmalte, falando que eu estou bonita.”

Embora entendam que a culpa pelo AS não é delas, reconhecem que precisam se proteger de eventuais violências. No entanto, é importante destacar que algumas mulheres negras, presentes na academia a mais tempo, e estudiosas do tema, fazem “movimentos” entre elas, para evitar que os homens assediadores, conhecidos por elas por meio das vítimas, continuem agindo e convivendo como “se nada tivesse acontecido” (Dália). Duas participantes da pesquisa comentaram utilizam de “outras estratégias, como a questão do coletivo, [...] pra não sentir que estou sozinha.” (Jasmin) Uma dessas estratégias é “barrar” professor/pesquisador para assumir lideranças, ganhar premiações, propor tema nos eventos, etc. Dália afirma que não é para “ser a justiceira, não é questão de punição, mas é para que isso não se reproduza”. Afinal, “ele não pode sair impune”.

### **4.3.3 (Sobre)Viver na academia**

Este tópico aborda sobre as saídas e estratégias encontradas pelas mulheres negras para que, mesmo diante de um ambiente violento, se mantivessem no ambiente acadêmico. Elaboradas de forma involuntária, embora reconheçam ser um ambiente difícil para a produção si mesmas, as principais saídas que elaboraram envolvem o coletivo, seja na união com as outras mulheres negras que passam por situações similares, ou no trabalho (as aulas e as pesquisas) que possivelmente será retornado para a própria comunidade negra. De acordo com as mulheres negras participantes da pesquisa, é mais comum receber apoio de outras mulheres negras a pessoas brancas, sejam elas de outros cursos, PPGs, áreas, etc.

Não renuncia a memória coletiva e a negação da racialidade negra, tampouco uma admissão acrítica da meritocracia e a uma rendição ao individualismo e a retórica do esforço pessoal.

Ainda, foi possível perceber que, em volta dessa ideia de coletivo (com suas parceiras da academia e com a comunidade negra), há também o reconhecimento das que vieram antes (ancestralidade negra) e das outras mulheres negras não da área da Administração, mas que fazem um conhecimento resistente, político e de/para elas. Consideram a si mesmas como pertencentes a um grupo maior, e reconhecem a importância de si num espaço acadêmico criada por/para as pessoas brancas. Olívia, como pode ser visualizado a seguir, expõe o apoio que recebe de outras professoras, tanto para a escolha de seu tema de pesquisa, quanto para continuar a atuar na academia.

“[...] Eu costumo falar que eu recebi mais acolhimento fora do mestrado, do que dentro do mestrado. Tipo assim, outras professoras, de outros alunos também, né? Tipo, pessoas que a gente vai conhecendo aí pelos congressos e tal. [...] o mestrado lá, o corpo docente do mestrado, ele é muito mais branco e masculino.” (Olívia)

De modo semelhante, Rosa comenta sobre o apoio que recebe de outras profissionais da área para continuar se dedicando ao ensino e pesquisa em Administração.

“[...]Eu tento me acolher no seio de outras mulheres pretas. Então a Pessoa A, a Pessoa B, a Pessoa C minha melhor amiga, né? Mas a Pessoa W e a Pessoa K elas estão sempre me acolhendo, então aconteça o que vai acontecer, eu sempre vou deitar no colo da Pessoa K, por exemplo assim, sabe? [...] Então, não tem muita estratégia ainda porque eu estou na fase política de me reorganizar. [...] quando as coisas estão pegando né, pra essas mulheres que eu ligo, sabe? [...] foi algo que a Pessoa W falou pra mim, quando a gente estava discutindo um dos tópicos, e aí ela falou, ‘é um sujeito coletivo’, né? A gente tem umas as outras.” (Rosa)

Nas falavivências dessas mulheres negras, foi observado o acolhimento, os afetos positivos e os apoios, como elementos presentes nas vivências delas na pós-graduação. Para além de ser o encontro para compartilhar choros e sorrisos, o acolhimento também é uma união, uma cooperação, uma possibilidade de estar junto. De ser um coletivo que se fortalece e as empodera individualmente. Bueno (2020), a partir de Patrícia Hill Collins, mostra como isso é importante, um contexto coletivo para se produzir alternativas às

imagens dominantes da condição da mulher negra. E não se deixar ser definida pelas violências que sofre no ambiente.

Rosa, Lavanda, Olívia, Tulipa, Melissa comentam da força que adquirem ao encontrar as raras profissionais negras na pós-graduação e do exemplo que elas passam ao cuidar, olhar e incentivar as outras, o que Carneiro (2023, p.308) classifica como um dos elementos que “se extrai a seiva da resistência.”

Elas ajudam as outras a traçar o caminho, a ocupar outros espaços, a chegar no topo. E não olhar umas às outras numa relação hierárquica, mas de quem está ao seu lado, para construir uma rede de apoio no sentido profissional, para fortalecer os embates que fazem, muitas vezes, sozinhas. Tal como na cosmovisão africana, reconhecem a importância do ser coletivo para adentrar e permanecer nos espaços tradicionalmente da elite branca e, mais ainda, para conseguir inspirações e encorajamento para resistir.

“[...] Essa parceria com a Pessoa W e com a Pessoa K. Na verdade, elas assim, eu sempre admirei, né? E elas me abriram muitas portas, no sentido de me colocar pra dentro, entendeu? Assim, sabe aquela perspectiva de eu vejo muito isso assim, elas já eram doutoras com nome consolidado na área, apesar dos percalços que a gente sabe que as duas passaram, mas elas são respeitadas na área, né? Pela produção e, enfim, a toda a atuação delas e [...] elas sempre me convidaram pra participar dos grupos delas, né? (Lavanda)

Observou-se também o cuidado de si como um modo de resistência, que se realiza no cuidado do outro, na busca coletiva por emancipação. O cuidado de si é uma estratégia de sobrevivência, pois subverte os modos de sujeição produzidos pelas relações de força, da estrutura de poder. A falavivência de Flora corrobora com as palavras de Carneiro (2023), visto que o cuidado de si está vinculado ao sentido de pertencimento a uma causa (retorno para as pessoas do BAIRRO), assim como o papel dos pares e ancestrais na construção de um conhecimento crítico racial, como instrumento de luta política voltada para a emancipação coletiva. Eli também reconhece a sua importância para outros, para que possam ter outros sentidos de existência.

“e por conta da nossa herança ancestral, em função de todo mundo que tirou a vida. Em função de todo mundo que abandonou o processo. É uma questão de honra pra gente, transformar isso numa experiência propositiva também. [...] tenho muito orgulho da minha trajetória, de ter saído do BAIRRO, de ter tido acesso à educação. [...] meu sonho era poder ajudar a dar algum retorno pro social, pra que mais pessoas no BAIRRO tivessem acesso ao que eu tive. [...] Então, eu quero fazer minha parte também, pra que esse movimento continue.” (Flora)

Bueno (2020) comenta que a produção intelectual de mulheres negras não se resume a artigos periódicos e livros. Ela ultrapassa fronteiras daquilo que é conhecimento pela normatividade eurocêntrica e se apresenta enquanto oralidade, música, dança e outras formas de reverberação e compartilhamento de saberes. Nesse sentido, se utilizar a métrica africana do bem coletivo, é possível constatar que as mulheres negras que participaram desta tese, ao ajudar seus colegas, a devolutiva dos saberes a comunidade, e a continuidade do saber ancestral, fazem um importante trabalho intelectual. A cosmopercepção desafia as lógicas da meritocracia, por não se basear em números para avaliar o compartilhamento do conhecimento, mas na extensa produção de sentido que o trabalho terá para o sujeito e o seu redor. Jasmin, ao comentar sobre o seu trabalho na academia, deixa isso evidente:

“Tenho oito orientandos, é o máximo da X, mas por quê? Você entra, os pretinhos precisam de acolhimento, né? Tipo assim, tem um monte de gente que precisa de acolhimento que você não tem que dizer não, não só os pretinhos. As vezes gente branca, mas que tá sofrendo violência ali com pessoa e aí você vira a salvação dessas pessoas.” (Jasmin)

Ser a “salvação dessas pessoas” mostra a importância de Jasmin ali para a sua comunidade. A sua validação está dentro dela. E não nas métricas e exigências impostas pelo *mainstream* da Academia. De modo semelhante, Violeta comentou sobre ajudar os seus colegas que entram na área de estudos com dificuldade de entender novas teorias, buscar autores e escrever no padrão científico. A sua cooperação e constante diálogo com os outros se tornam importância para que o ambiente acadêmico seja menos difícil para os outros.

Outro ponto que merece atenção é a busca pelo reconhecimento fora da comunidade acadêmica, como foi falado por Dália. Isso vai ao encontro do que Collins (2020) sugere como critério de adequação metodológica, combinando com as origens africanas, que respeita a oralidade. Para escapar dos paradigmas positivistas de validação do conhecimento, deve-se buscar o reconhecimento junto àqueles que se construiu a pesquisa, e para quem foi feita ou pensada (CARNEIRO, 2023). O diálogo com outros membros da comunidade também pensar o trabalho acadêmico para além da racionalidade instrumental.

“Então, a academia ela não é o fim. Ela é o meio que eu encontrei pra desenvolver os projetos que eu acho que eles são necessários pra gente produzir um mundo melhor. Ela é o meio pra gente acessar institucionalmente alguns lugares que eu não poderia acessar. Ou ia ser mais difícil. Eu ia precisar ter um conjunto de recursos que eu não tenho pra fazer isso. Então, por exemplo, viajar. Então, quando eu viajo pra participar de evento para participar de bancas, é um lugar de espaço formativo pra eu levar esse conhecimento. Então, por exemplo, se eu vou fazer um evento em algum lugar, eu tirar o momento pra fazer uma intervenção naquele lugar, alguma coisa nesse sentido. Então, acho que a academia ela não é o fim, mas ela é o meio pra gente chegar em outras mulheres negras, que é o nosso espaço também.” (Dália)

Usar do espaço acadêmico para ter acesso à educação, acesso a formação e informação, para construção da autonomia de pensamento e ação (CARNEIRO, 2023) e a possibilidade de encontrar um emprego melhor, uma melhor renda, e dar uma qualidade de vida para si e para a sua família. E a busca pela educação, no caso das mulheres negras, é por si própria uma forma de resistência e consciência, capaz de viabilizar outra subjetivação.

“[...] vou melhorar, eu vou conseguir ter acesso a um emprego melhor, ganhar melhor. Então pra mim, a gente pode fazer disso uma oportunidade da gente realmente colocar transformar a ciência em paz. Então é gás total, inclusive eu estou antecipando a defesa por conta de uma perspectiva de concurso, e aí se eu passar, cê já pensou? Eu tive que engolir professor falando que a universidade não é lugar de fazer justiça social.” (Flora)

Poder mostrar que “está fora do lugar”. E não permitir ser definida por um olhar externo. Flora tá em busca de sua autodefinição, resgatar a sua autonomia (COLLINS, 2016).

“E aí uma das dinâmicas que eles fizeram, que o professor fez, foi justamente a de, qual que era o grande desejo da gente com relação a pós-graduação, e aí todo mundo falava assim, ‘olha eu quero ser professor universitário, eu quero ser uma pessoa reconhecida, eu quero ter um cargo melhor na minha empresa’, e aí, eu cheguei lá e falei, ‘ah meu desejo é meio diferente dos demais, eu quero, o meu desejo é dançar igual a Shakira’. Ótima. Nossa, mas assim, um grupo de sessenta pessoas veio abaixo na risada, e o professor me olhando com aquela cara estarecida. Tipo assim, eu estou cagando lá pra o que vocês estão falando, tendeu? Não vai ser vocês que vão enquadrar o que eu vou fazer, com o que eu vou estudar aqui. Então isso foi na primeira semana assim. É claro que assim, o humor é uma das minhas estratégias pra lidar com essa violência.” (Flora)

Por fim, as palavras de Flora demonstram que ela utiliza da ironia como uma forma de sobreviver ao ambiente que reconhece não pertencer a ela.

É interessante observar que Flora usa da fala, algo que é controlado pela colonialidade, para controlar e silenciar o que incomoda, “quem pode falar” ou não (SPIVAK, 2010), como uma resposta aos tensionamentos que é colocada. Subverte a ordem vigente ao tirar a máscara de Anastácia

(KILOMBA, 2019), para falar que não vai “se enquadrar”, para falar o que não era esperado para ela. Sua voz se torna uma estratégia de sobrevivência, para “incomodar os meninos da casa grande”, ao falar sobre si.

As suas vivências demonstram que, de modo explícito ou implícito, tentam empurrá-las não para as margens, mas para fora da academia.

#### 4.4 Imagem de controle

Neste capítulo, vislumbra-se conceber os processos de violências impostos às mulheres negras no contexto acadêmico à luz das Imagens de Controle, conceito de Collins (2016), levando em consideração que um dos pontos que a autora levanta é que a redução da existência do outro em um estereótipo não só tem implicações para aqueles que são objetificados por ele, como também esconde uma série de problemas sociais, econômicos e políticos que sustentam diretamente a manutenção dele.

Assim, presas em estereótipos de viés negativo, mesmo contra suas vontades, as mulheres negras ficam dentro de um jogo de manipulação e de domínio dos seus corpos. Para que essas imagens cumpram com o propósito, supõe-se a coisificação do outro. Não à toa, as mulheres negras acadêmicas que participaram da pesquisa comentaram diversos momentos em que se sentiram como simples coisas. Seja como um objeto acessível para ter prazer sexual ou para trabalhar sem o reconhecimento.

No Brasil, Gonzalez (1984) apresenta três formas de como a mulher negra é situada num discurso de democracia racial no século XX (e do século XXI). A partir dela, é possível travar uma aproximação ao conceito de Collins para explorar a incidência desse controle nos corpos das negras brasileiras e que servem ao imaginário social do Brasil, sendo elas: a mulata, a doméstica e a mãe preta. Estas três estão ligadas à objetificação (BUENO, 2020), tanto do corpo associada à hipersexualização, tanto ao servilismo e a exploração de sua mão de obra e por fim, a mãe preta como sendo uma imagem ambígua, pois é construída e apresentada de forma mais “positiva” que as outras imagens, associada ao “cuidado genuíno” dos outros, do patrão e de sua família, por exemplo, em detrimento de sua própria família.

Portanto, resgata-se a imagem da mulata, da doméstica e da mãe preta, para explicar as violências que sofreram na pós-graduação. Tal como foi apresentado anteriormente, na apresentação das falavivências, as mulheres negras acadêmicas são vítimas de violências, sejam elas visíveis e invisíveis, objetivas ou subjetivas, sem referentes a prática do AS ou aquelas que as interditam enquanto intelectuais. As experiências das que sofreram ou não o AS se assemelham à medida que foram reduzidas a lógica do serviço, seja como mão de obra barata ou como objeto sexual. Em ambas, o corpo é utilizado para servir. A mulata, a doméstica e a mãe preta conseguem explicar essa objetificação que levam aos atos violentos e que, separadamente ou em conjunto, atuam colocando-as em zonas do não ser.

O que se vê no espaço acadêmico são homens performando uma masculinidade já esperada pela sociedade (de se mostrar viril, macho, “pegador”) (LOURO, 1995). “Cantar” uma mulher em público, numa confraternização, ao lado de sua esposa (experiência de Jasmin), e nem pensar que isso é errado e, posteriormente, não sofrer represálias, é a certeza de que esse professor e chefe tem de, na sociedade em que está inserido, que ele “pode” fazer isso. E “pode” significa estar dentro de uma estrutura de poder que o beneficia, que coloca o seu gênero, masculino, num lugar de privilégio. E, as pessoas, ao redor, veem que o é “normal”, que é o assédio à mulher negra. O “normal” nada mais é do que a assimilação do que foi sociabilizado e ensinado (LOURO, 1995) ao longo dos anos para todos.

E é por isso também que o assediador de Íris sentiu que poderia comentar sobre a sua vestimenta, que cobria a sua bunda, de maneira livre, para todas as outras professoras. Antes de chegar até os ouvidos de Íris, a “advertência” passou por uma coordenadora e outra professora. Diretamente, chegou a ela “apenas” o olhar. Estas outras duas mulheres, sendo uma delas sua amiga, também reproduziram o assédio cometido pelo diretor. Dentro de uma estrutura organizacional em que todas obedecem a ele, soma-se o fato do corpo de Íris ser “normalizado” como sexual, o que levou a todas essas mulheres a passar a mensagem final a Íris. Sim, sua calça e, conseqüentemente, a sua bunda estão erradas, e não deveriam estar ali, assim, chamando atenção.

Da mesma forma, esperava-se que as mulheres negras acadêmicas performassem o que lhes esperado de seu gênero e raça, tal como é representada pela figura da mulata (GONZALEZ, 1984). De serem “boas de cama”, “darem um trabalho”, de terem o cheirinho. As “cantadas” que lhes foram direcionadas esperavam em retorno o sexo excepcional. Tida como uma propriedade do homem (SAFFIOTI, 2015), a mulher negra não é livre, tampouco o seu prazer erótico. Ele deve ser acessível ao homem, e deve ser domado de qualquer forma. As mulheres negras continuam a ser lidas como promíscuas e até mesmo predadoras sexuais (BUENO, 2020). Ao serem associadas a imagem de controle da mulata, seus corpos são explorados sexuais como as suas ancestrais escravizadas.

Outra forma de performar o que esperam do gênero e raça dessas mulheres, é representada na figura da doméstica (GONZALEZ, 1984). Eles esperavam o servilismo, a exploração da mão de obra, e o sorriso no rosto. Rosa contou que um professor conhecia o grupo de pessoas negras da sua universidade como o de pessoas que estavam sempre “gargalhando alto”. Não que isso seja errado, mas Rosa ao mesmo tempo comenta que precisa “saber como vai dizer, o que precisa dizer, com jeitinho” ali, para pessoas brancas não distorcerem, não se ofenderem. Ou seja, para alegrar é bem-vinda, mas para ser ouvida não é.

Além disso, a figura da doméstica se conecta com a mulata, uma vez que ela serve na cozinha de dia, e a noite na cama (GONZALEZ, 1984). Isso explica por que as duas figuras são encontradas nas vivências de Jasmin. Ela “serve” para o sexo, como também para acumular trabalhos na sua universidade. Não à toa, é a professora com mais orientados de TCCs, mestrados e doutorandos de seu departamento. Logo, como Bueno (2020) destaca, a permanência desse estereótipo permite deixar as mulheres negras numa posição de subordinação aos grupos dominantes, utilizando justificativas “naturais” para não apenas lucrar com o controle de seus corpos, como também mantê-las em situação de injustiça social.

Por último, a figura da mãe preta (BUENO, 2020) geralmente é retratada como uma mulher negra gorda, de pele retinta, que não tem um companheiro e nem ao menos uma sexualidade. Não tem a “beleza”, não são “sexualizadas”,

e nem o corpo que chama atenção. Algumas mulheres negras acadêmicas são associadas a este estereótipo, ao citarem serem vistas como a responsável por cuidar dos outros, por precisarem sempre estar disponível para o trabalho, e por não serem consideradas como corpos a serem assediados, como Rosa e Violeta comentaram. A mãe preta também representa a figura do zelador e cuidador, que Gartner (2021) encontrou em sua pesquisa, mostrando que as mulheres negras se sentiam frustradas quando o cuidado lhes parecia obrigatório.

Cabe lembrar que as mulheres negras não são associadas a uma “boa aparência”, ao padrão estético de beleza, que é o da mulher branca. Aquelas que estiverem mais próximas do padrão da branquitude, como pele mais clara ou cabelo menos crespo, terão maiores possibilidades de constituir laços afetivos com os homens (DEVULSKY, 2021). Logo, a figura da mulata, por ter pele negra menos retinta, é mais cobiçada sexualmente. Já a mulher negra com a pele mais retinta, será associada a assexualidade, como a figura da mãe preta. Beatriz Nascimento (RATTS, 2006) e hooks (2020) também comentam sobre a solidão da mulher negra, que ora escolhem não ter interação sexual para não ser reduzida a um objeto sexual, ora não tem relações amorosas por não serem as escolhas dos outros.

Retratar mulheres negras a partir de figuras organizadas pelas imagens de controle é uma estratégia para obstaculizar os processos de subjetivação de mulheres negras, pois, a partir dela, o empoderamento político dessas mulheres, bem como a constituição de sua autonomia, se dá de forma incompleta. Impedir esses processos é fundamental porque eles constituem uma ameaça aos sistemas de poder que mantem a masculinidade branca na hegemonia, a qual se mantém no controle dos recursos sociais e das instituições também a partir dessas estratégias de representação dos grupos subordinados como o outro da sociedade (BUENO, 2020).

Cabe reforçar, no entanto, que há possibilidades de saída, de resistência. Collins (2016) fala da importância da autodefinição, como possibilidade de se desvincular dos estereótipos e mostrar uma mulher negra longe da dominação do outro. Gonzalez (1988) constrói a categoria da amefricanidade como possibilidade de saída das imagens de controle,

recuperando, a partir das dinâmicas de ancestralidade africanas, a feminilidade negra. E, principalmente, buscar a agência (ASANTE, 2009), deixando a posição de dependência impostas aos sujeitos afrodiaspóricos.

Assim, com reflexões feitas a partir de Oyewumi (2021), foi percebido que as mulheres negras acadêmicas retrataram fazer, as suas próprias maneiras, outras narrativas alicerçadas para além da dor. Ao compartilharem a cooperação umas com as outras, e a preocupação em retornar o conhecimento a comunidade negra, por exemplo, evidencia que ser mulher negra nesse ambiente ser mulher negra em conjunto, que se vê como um sujeito coletivo. Do mesmo modo, ao ajudar umas às outras a conquistar espaços, como o convite para participar de painéis, para coordenar temas, para compartilhar textos, livros e autores, para ler e tomar café, é uma maneira de ser o sujeito coletivo mulher negra.

Além disso, as participantes demonstraram usar o conhecimento como uma forma de se anunciar ao mundo quem elas são. Foi percebido que o acesso a literatura crítica, como a do feminismo negro, somadas as suas experiências vividas (em família e outras organizações), surgiu como alternativa de produção de conhecimento sobre si, que passaram a dar sentido aos fatos sociais dos contextos em que viviam e sair da alienação da negritude, que costumavam as definir com os estereótipos racistas e sexistas. O conhecimento é uma ferramenta utilizada por elas para conhecer a si mesmas e aos outros pelo mundo.

O protagonismo sexual também pode ser considerado enquanto política de empoderamento constituída pela autodefinição. Flora, por exemplo, ao assumir que gosta de sexo e não vê problemas em ser cobiçada sexualmente, mostra que desafia a dominação histórica em que a coloca como assexualizada (mãe preta) ou hipersexualizada (mulata). Longe de ser conhecida como uma “máquina de sexo”, Flora se torna uma mulher negra dona de seu corpo e seus desejos.

A mulher amefricana na pós-graduação é conhecida por suas estratégias de sobrevivência que, como descrito anteriormente, apresentam outras formas de gerir o seu trabalho acadêmico. Aprende a lidar com a falta de recursos financeiros, a conciliar o trabalho materno e doméstico com o de fora

de casa, e a lutar para validar a sua experiência enquanto conhecimento científico. No entanto, é importante ficar atento para que as resistências cotidianas das mulheres negras em seus espaços de circulação não se enquadrem na ideia romântica de “mulheres fortes” e de perpétuas cuidadoras, que a despeito de tudo, a mulher negra é impassível às violências o suficiente para manter sua fortaleza e cuidar dos que estão a sua volta, não se rendendo a tristeza e nem as emoções. Porque sim, elas sofrem, cedem e tem vontade de desistir. A romantização leva a branquitude crer que a mulher negra está a postos e disposta a se doar com devoção e abnegação aos outros, sobrecarregando-as, sem que façam reflexões sobre a própria raça nos espaços de poder.

As resistências as imagens de controle não são fáceis de se alcançar e romper com as representações como o outro da sociedade é difícil. Tampouco romper com as violências que lhes foram destinadas. Porém, é com a coletividade, com o diálogo, é que se encontra outras políticas de cuidado, de constituição do saber, de responsabilidade consigo e com os outros. Uma possibilidade de lhes devolver a humanidade historicamente suprimida a partir do processo de colonização. Assim, no próximo tópico será mais aprofundada a importância, para a comunidade negra, de estar junto.

#### 4.5 Aquilombar-se

Como abordado anteriormente, foi observado nas falavivências das mulheres negras acadêmicas o cuidado para com os seus próximos. Uma prática cotidiana, dentro e fora das salas de aula (comunidade, família, relações interpessoais, rua), que vão na contramão das dinâmicas de dominação, da racionalidade instrumental, que coloca a escrita e o trabalho acadêmico dentro da lógica da produção fordista do mundo corporativo (ALCADIPANI, 2011). Essa preocupação com a comunidade negra, de estar próximo à ela produzindo conhecimento, dar o retorno para ela, e de construir relações afetivas entre as pessoas com que trabalham, foi exposto por elas.

Para falar sobre o cuidado e carinho, hooks (2000) apresenta o amor como uma ação, as pequenas coisas do cotidiano, as sutilezas, o querer genuíno, os olhares e colos acolhedores e convidativos. E Somé (2003)

corroborar com a noção de espiritualidade, que assegura a conexão entre as pessoas e o seu redor, e as conduzem ao bem.

Um amor não romântico, mas como hooks (2020) ensina, um amor que envolve vários sentimentos e emoções como cuidado “(...) carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta” (HOOKS, 2021b, p. 42). Um amor que possibilita uma rede amorosa e protetora para além da relação familiar e de parentalidade, e um sentimento de união com toda a comunidade.

Tendo a comunidade acadêmica como base, as participantes da pesquisa comentaram uma preocupação com os seus semelhantes negros, que se assemelha ao quilombo. Girassol citou a necessidade de aquilombar-se, de praticar o cuidado para com os seus e os seus para com ela. O cuidado nas comunidades negras é um ato de resistência e essa resistência precisava ser preservada com muito zelo, justamente pelo povo negro ser sistematicamente agredido em espaços-outros. Resistir e sobreviver, também configuram cuidado e são as ações que sustentam o aquilombamento contemporâneo.

Na história brasileira, os quilombos eram primeiramente e acima de tudo, um espaço de resistência, onde os escravizados que fugiam do cativeiro da escravidão se juntavam a fim de se esconder e consumir a liberdade. Os negros, se organizam a fim de resistirem às mazelas coloniais e resgatarem a dignidade implica à vida que era colocada como interdita (NASCIMENTO, 1980).

Um dos outros grandes objetivos dos quilombos para Nascimento (1980) era também resguardar a continuidade africana frente aos genocídios materiais e imateriais. Era um espaço não somente para fugir e se proteger, mas para se autoafirmar e recuperar uma identidade cultural (RATTS, 2006), o que contribuiu para a recusa das imagens de controle negativadas sobre as pessoas negras.

Se aquilombar, significa estar junto, se proteger, se cuidar e poder ser a si mesmo. Íris disse que procura um espaço assim, dentro do seu novo local de trabalho, onde possa se sentir segura, para se compartilhar e se proteger das

violências (invisíveis) sofridas no ambiente, sem que seja reprimida. Sabe que sofre sozinha, e que existe um pequeno grupo de pessoas negras ali que se reúnem para ler, estudar, conversar entre eles. Dália assim como Flora, sabem a importância de dar e receber apoio, de voltarem para suas colegas negras sempre que estão vulneráveis, assim como para impulsar a carreira uma das outras. De modo semelhante, Rosa e Jasmin, reconhecem a necessidade de ter o “colo”, e perceber que, as histórias que passam “sozinhas”, por vezes, se assemelham.

O “aquilombar-se”, além de oferecer o “colo”, o abraço e a escuta, é um espaço para se mobilizarem coletivamente. Embora as mudanças não tenham sido estruturais, as mulheres negras externalizaram suas ações, em contato coletivo, para que impedissem um “assediador” de receber um prêmio de um congresso. Juntas, conseguiram também pensar em políticas inclusivas para as pessoas negras na pós-graduação, como as cotas, as bolsas exclusivas, os espaços para crianças em eventos etc. Apesar de pequenos passos, o quilombo está unido, fazendo algo.

Se aquilombar também significa conhecer a si mesma e rever a imagem que construiu de si ao longo dos anos de sua vida. A união com outras mulheres negras, e o acesso a autores feministas negras, permitiu cuidar-se e amar-se, sem se reprimir nem se repreender. Melissa, Angélica e Violeta compartilharam o “descobrir-se negra” no começo da trajetória acadêmica. A relação dialógica com seus pares, após anos de embranquecimento, permitiu quebrar a onda de ódio que as próprias mulheres negras introjetaram sobre si, e findar a assimilação do Ideal de Ego branco (SOUZA, 2022).

O encontro com as histórias semelhantes possibilita o encontro consigo mesma, e de se reconhecer, dentro tantas pessoas brancas em posições de poder, como uma não-outra, como uma profissional capaz de “chegar lá” também. Encontrar alguém que sirva de exemplo, e ainda é uma *outsider within* na academia, mostra que remar contra a maré é possível, mesmo que o caminho seja árduo. Longe de criar um sujeito heroico, que “deu certo” (CARNEIRO, 2023), é importante pontuar como, na relação dialógica com seus pares, encontram forças entre si.

A comunidade propicia isto para elas visto que, como Somé (2003) lembra, todos estão interligados espiritualmente e sua interação é o que dá a vida. Seguindo essa lógica, é assim que elas encontrarão os caminhos para resgatar a sua humanidade, sair da guetização e segregação aos quais foram impostas. Não é possível uma humanização e significação se estiverem solitárias, fechadas em si. Tal como a cosmovisão africana motiva, é por meio da partilha, da empatia, da compaixão que o ser humano será realizado.

Aquilombar-se é se abrir para o diálogo, ser e oferecer suporte e amparo, e se reconhecer como um só, compartilhar as dores e memórias nebulosas, construir um corpo mais preparado para os processos de tratamento posteriores. Abrir reflexões sobre a própria existência e do mundo que as cercam, ter consciência de si, assumir o controle da própria imagem. É não se fechar para o mundo, sofrer em silêncio, sangrar sozinho. É estar mais preparado para as próximas feridas que virão, é poder se apropriar de suas próprias vidas, vivências e desejos e fazer com ele o que quiserem, seja dar aula, seja escrever ou seja, simplesmente, desaliená-las de si mesmas.

E o amor? Talvez ele se mostre como uma das saídas possíveis. Tanto individualmente (amar-se), quanto coletivamente (promoção de amor). Nogueira (2020) diz que é preciso autoconhecimento para amar a si mesmo, e é preciso esse amor de si para amar o outro. Essa rede de afetos é o que possibilita apoiar e ser apoiado. O ódio faz com que indivíduos pensem individualmente, vendo apenas o benefício próprio, e não o da comunidade. Por isso, acredita-se que o amor não-romântico, como apresentado por hooks (2000), seja o caminho para construir um outro ambiente acadêmico salutar para as mulheres negras. Que elas possam fazer escolhas, serem elas mesmas. Que possam elas escrever, dar aulas, cozinhar, dançar e se expressar ao mundo como elas são.

Afinal, como pontua hooks (2000), não é possível florescer em isolamento. Aquilombar-se é uma forma de reconstituição da humanidade de conjunto, resgatar a autonomia e humanidade das mulheres negras na pós-graduação.

## 4.6 Discussão

O AS tal como é entendido pela legislação, como o beijo forçado, o toque, o apalpar, para satisfazer a si próprio sem que vítima tenha dado consentimento em relação a isso, pôde ser observado nas falavivências das mulheres negras que participaram da pesquisa. Desde a infância, como comenta Girassol, em que um homem passou a mão em seu seio no meio de uma trilha, o assédio permeia suas vidas. Não é incomum, portanto, que na vida adulta, no ambiente laboral, tal violência continue. A partir do depoimento de Jasmin é possível perceber que, mesmo durante uma reunião de trabalho online, a mulher negra é convidada por seu colega a “dar uma voltinha” para saciar o desejo alheio de ver o seu corpo, ou é chamada de “fogosa” num evento acadêmico.

Se considerar outros momentos na dinâmica como AS, e partir para uma perspectiva sociológica, observa-se que no contexto da pós-graduação em Administração há outras vivências de assédio. As falavivências mostram que é preciso também estar atento a como o sujeito interpreta as situações, as falas, os gestos, e a como essas interpretações podem não serem consideradas concretas ou fáceis de serem provadas na realidade. Íris comenta sobre o olhar que recebeu, “de cima a baixo” para o seu corpo, de seu coordenador, se constituiu para ela, um olhar invasivo. Não à toa, foi repreendida posteriormente por usar uma calça mais “soltinha”. O controle sobre a vestimenta é citado por outras colegas da academia. Girassol também ressalta o cuidado ao escolher sua roupa para trabalhar, desde que não seja “justa” ou “curta”.

Indo nessa direção, é importante trazer para a discussão outros elementos identificados pelas mulheres negras na dinâmica acadêmica como AS. A teoria afrocêntrica respalda que esses elementos podem sim ser considerados, uma vez que cada uma delas, a partir de suas histórias de vida, com suas experiências acumuladas, saberes adquiridos, e aprendizados, irão formar suas percepções do que é ou não uma ameaça a sua integridade.

Por isso, Jasmin sabe que está sendo colocada no lugar do sexo fácil, e Violeta se sente incomodada e “desconcertada” por um comentário realizado

por um professor. A vivência acumulada de sobrevivência implica a elas em perceber questões que outras pessoas não vão ter. No entanto, são questões comuns às mulheres negras, como a necessidade de ficar em “sinal de alerta”.

Outra questão comum citada por elas é a de não se sentirem atrativas para um relacionamento amoroso. E isso está atrelado as vivências e experiências dentro da Academia. Rosa pontua que nunca teve um “flerte” com “o pessoal de estudos organizacionais”, embora as suas colegas tenham tido. Além de não ser considerada como uma pessoa atrativa para o sexo, Rosa não consegue jogar com “o negócio da sedução”. Por experiências anteriores, sabe que seria colocada no lugar da perversão.

É importante ressaltar também, sobre o AS, como no contexto acadêmico da administração, o “servir” é uma marca importante do patriarcado para as mulheres negras. O lugar social delas é o de serviço, de assessoria, nunca o de protagonismo. Esse “servir” ocorre de modo distinto quando é considerada a mulher negra, em comparação a mulher branca. Isso porque o seu corpo também é atravessado pela violência, pois é um corpo que, na intersecção de gênero e raça, é e foi colocado no lugar da senzala, e não da sala de estar na casa grande.

O corpo da mulher negra é, portanto, um corpo objetificado, que não tem outra existência possível fora desse lugar. No entanto, as falavivências mostram que elas fazem pequenos movimentos para construir novos significados aos seus corpos, seja de maneira individual, se negando a escrever um artigo para outra pessoa, ou forma coletiva, ajudando as novas pós-graduandas em suas pesquisas.

As falavivências também evidenciaram que o coletivo e o acolhimento é um sentimento que permeia a construção desta tese. Comentado por elas durante as entrevistas, o acolhimento permeia o caminho metodológico escolhido. Isso porque, quem decide escrever uma pesquisa, a partir da falavivência, tem que estar disposta a falar, a comparecer, a se envolver e de não ser só uma ouvinte passiva. Um processo afetivo que envolveu todas as etapas da pesquisa. Numa relação que se construiu com afetos positivos, a falavivência permitiu que elas refletissem sobre suas vivências enquanto falassem, e convidou a pesquisadora a refletir sobre as suas. A falavivência foi

como o “colo”, o abraço, que a pesquisadora teve ao passar pelas mesmas situações de violência durante a formação acadêmica.

A falavivência não se acaba com a “saída do campo”, tampouco com as escritas dessas considerações finais. Ela atravessa a pesquisa de tese o tempo todo. Aliás, falando sobre o tempo, não se apresenta como um método instrumentalizado, com um *modus operandi* definido. Contrariando o tempo cronológico, em que se baseia o cronograma de tese, a falavivência não é regulada pelo sol e a lua, pelos ponteiros do relógio que avançam para frente. A marcação cronológica clássica de anos, meses e dias não atende ao que consiste pensar na temporalidade da imaterialidade dos processos de compreensão ou atribuição de sentido às coisas. É um movimento de vai e vens, de conexões e discrepâncias. Se ouve, e escuta. Se identifica, se entende. E se lê, se interpreta. E retoma a leitura de teóricos negros. E se identifica. E volta para a escuta. Num ciclo que, apenas se encerra, para findar esta tese.

As falavivências evidenciaram que, durante as formações e durante seus processos de pesquisas e produções acadêmicas, as mulheres negras tinham suas subjetividades forjada na ancestralidade, na anunciação do eu-coletivo. Dos pequenos saberes e fazeres que aprendeu com as suas semelhantes, seja no cotidiano com pessoas próximas, dentro e fora da academia, ou com o acesso a literatura negra, elaborada por feministas negras, e sujeitos e sujeitas africanos e afrodiaspóricos. Unidas espiritualmente e/ou fisicamente, elas se tornam uma diante de uma rede de conhecimento que se forma para fazer outra narrativa, contra hegemônica. Mas, cada uma somada a outra, cria grupos, coletivos, que possibilitam se autodefinir. Estar na pós-graduação pode trazer desesperanças e frustrações. Mas a localização, mesmo que marginal, neste espaço é o caminho para mudar esse cenário historicamente elitizado. Mesmo dispersas, se conectam na vontade de fazer o conhecimento para si e para os seus.

Ao mesmo tempo, suas singularidades são preservadas, e precisam ser cuidadas, para se proteger e, assim, ser o suporte para as outras. Olhar para si, reconectar com seus espíritos, seus semelhantes, pode ajudar a romper com a inferiorização. O cuidado de si também está relacionado ao individual, a

olhar para sua trajetória, reconhecer sua potência e o seu trabalho sem precisar se comparar ao outro.

## 5 CONCLUSÃO

Esta tese teve como objetivo principal compreender como o AS na pós-graduação *Stricto Sensu*, ensino e pesquisa, em Administração vem afetando a subjetividade das mulheres negras. Ao estender o conceito de AS para abranger as violências visíveis e invisíveis que afetam as mulheres negras e suas especificidades, foi observado que o ambiente acadêmico não é um espaço seguro para a produção de conhecimento feito por elas.

Sobre as violências narradas por elas, destacam-se os epistemicídios e silenciamentos utilizadas para inferiorizar a intelectualidade das mulheres negras e recusar suas autoridades enquanto sujeitas de conhecimento. Barreiras administrativas, críticas aos temas, métodos ou a escrita acadêmica, dúvidas sobre sua capacidade intelectual, serem tratadas como um não ser do saber e do conhecimento, serem associadas a mão de obra barata, a inviabilização de suas coautorias, a marginalização imposta com métricas e exigências inalcançáveis e a sobrecarga de trabalho, foram algumas das violências citadas por elas que constantemente lembravam que o lugar delas não era ali.

Além disso, foi observado os processos caracterizados como AS para as mulheres negras. Olhares que cobiçaram o corpo alheio, paqueras de alunos, cantadas e convites grosseiros e indesejados para o sexo, comentários e piadas sobre a fisicalidade, até situações que as incomodavam, seja ao serem usadas como exemplo numa situação desconcertante e serem associadas ao estereótipo da mulata. Chama atenção para como o tema do sexo foi problematizado como algo possível para as mulheres negras e o uso dele no ambiente acadêmico para conseguir favores. Entre as que disseram não ter sofrido AS, é importante pontuar que é um assunto que permeia suas mentes, e seja por influência do ambiente externo, ou por saber que ali há a sensualidade, mudaram seus comportamentos e posturas nas relações de trabalho, para não serem assediadas.

No meio desse ambiente que para elas, é violento, ressalta-se o coletivo como principal estratégias para sobreviver na pós-graduação. Seja reconhecendo a ancestralidade, acolhendo e sendo o colo de outras mulheres

negras, ou abrindo portas para a inserção de suas parceiras, a cooperação e a rede de apoio dão sentido ao trabalho acadêmico. Além disso, a possibilidade de se reconectar com a comunidade negra é outro elemento que as impulsionam a continuar na academia.

As imagens de controle da mulata, doméstica e mulher preta foram relacionadas a fim de explicar, como tanto os epistemicídios e silenciamentos, o AS como é conhecido, são violências que utilizadas por seus corpos serem considerados como sem subjetividade e, por isso, sempre disponíveis ao serviço, seja ele no trabalho acadêmico ou como objeto sexual. Ao resgatar a categoria da amefricanidade, foi possível resgatar a agência delas, uma outra definição que não é limitada apenas as suas dores e as imagens de controle que lhes são impostas. São donas de seus corpos, mentes, e assumem o protagonismo para definir quem são e definir seus desejos e anseios.

Assim, ao relacionar expandir o conceito de AS para falar sobre as mulheres negras na pós-graduação, foi possível observar que o AS, quando articulado ao racismo e sexismo, é mais uma das violências que elas sofrem e se misturam umas às outras para interdita-las enquanto sujeitas de construção do saber.

Ao explorar o conceito de AS a partir da teoria afrocêntrica, foi possível conhecê-lo em dinâmicas mais amplas, abrangendo outros sentidos que não o toque físico, do que se pode ver, tocar e comprovar. O conceito de AS, então, passa a considerar a vivência acumulada, os saberes compartilhados ao longo da vida. Isso implica em perceber questões que outras pessoas não vão ter, principalmente para sobreviver ao ambiente laboral e/ou acadêmico.

Como elas mesmas trouxeram, o quilombo se mostra como um caminho, um espaço de resistência, para viver coletivamente neste espaço. O cuidado, carinho e acolhimento foram observados como estratégias de sobrevivência, como possibilidade de autoconhecimento e de resgatar a humanidade a elas. A conversa com os líderes (e coordenadores) no que diz respeito ao AS, deixou claro que há muito diálogo a ser feito entre todos para tornar a pós-graduação em Administração um ambiente salubre para elas.

O quilombamento é necessário, é estratégia de permanência e de sobrevivência. Tanto para conseguir construir um conhecimento contra hegemônico, que desperta os meninos da casa grande, quanto para ser uma válvula de escape no meio das violências. Um cantinho de acolhimento, de amor, de referências, de solidariedade. Aquilombar-se é se unir como estratégia de luta coletiva, e é um lembrete que é preciso mais que apenas sobreviver, é preciso viver plenamente. Ensinadas a se odiar e a reproduzir os olhares que inferiorizam seus corpos, o quilombo cria condições para muitas conhecerem o amor, aprenderem a se amar e a fazer as pazes consigo mesmas e com as suas irmãs.

Para o campo de Estudos Organizacionais, este estudo contribui ao articular com autores afrodiaspóricos e possibilitar um olhar não subalternizado sobre as mulheres negras. Ao articular com a perspectiva metodológica da falavivência, se mostrou como um caminho profícuo para elaborar pesquisas com aquelas que tem suas experiências silenciadas e, em especial para as da pós-graduação, ocupam um lugar que as esquece propositalmente no fazer científico.

Num campo científico homogeneizado pelos valores da neutralidade e universalidade da razão instrumental, trazer outro modelo de sucesso, outro padrão a ser seguido e reproduzido é uma forma de enegrecer os estudos organizacionais.

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR, S. J.; BAEK, C. Sexual harassment in academe is underreported, especially by students in the life and physical sciences. **PLOS ONE**, v. 15, n. 3, p. e0230312, 2020.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Editora Jandaíra, 2020.
- ALMEIDA, H. B. DE. From shame to visibility: Hashtag Feminism and Sexual Violence in Brazil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 33, p. 19–41, 2019.
- ALVES, M. C.; JESUS, J. P.; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.39, n.106, p.869-880, Jul-Set 2015.
- ANZÁLUDUA, . Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, V.8, n. 1, p. 229 – 236, 2000.
- ATKINSON, K.; STANDING, K. E. Changing the Culture? A Feminist Academic Activist Critique. **Violence Against Women**, v. 25, n. 11, p. 1331–1351, 2019.
- ASANTE, M. K. Afrocentricidade como um novo paradigma. In: L. NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, p. 111 – 128, 2009.
- BA, A. H. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J.. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed.Brasília: UNESCO, p.167-212, 2010.
- BACCARINI, M. P. O.; MINILLO, X. K.; ALVES, E. E. C. Gender Issues in the Ivory Tower of Brazilian IR. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 2, p. 365–396, 2019.
- BANSAL, P.; CORLEY, K. The Coming of Age for Qualitative Research: Embracing the Diversity of Qualitative Methods. **Academy of Management Journal**, v. 54, n. 2, p. 233–237, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1a ed. São Paulo: Ed. 70, 2011.
- BARROS, J. D.. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 4e. Petrópolis, RJ: Vozes, 252p, 2019.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, J. Convergências entre intelectuais do atlântico negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 247-268, 2020.
- BRASIL, **Lei 10.224**, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de

7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm)>. Acesso em: 26 nov. De 2021.

BRASIL, **Lei 13.718**, de 24 de setembro de 2018. Dispõe sobre as alterações dos crimes contra dignidade sexual. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm)>. Acesso em: 25 set. de 2021.

BLOOM, B. E. *et al.* Employees, Advisees, and Emerging Scholars: A Qualitative Analysis of Graduate Students' Roles and Experiences of Sexual Violence and Sexual Harassment on College Campuses. **Sexuality & Culture**, v. 25, n. 5, p. 1653–1672, 2021.

BOURABAIN, D. Everyday sexism and racism in the ivory tower: The experiences of early career researchers on the intersection of gender and ethnicity in the academic workplace. **Gender, Work & Organization**, v. 28, n. 1, p. 248–267, 2021.

BUENO, W. **Imagens de controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre (RS): Zouk, 2020.

CAMPOS, L. A. **O pardo como dilema político**. Revista Insight e Inteligência, 2013.

CARNEIRO, S. Enegrecendo o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v.49, p.49-58. 2003.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, P. H. Epistemologia Feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, J., MALDONADO-TORRES, N., GROSFUGUÉL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 139-170, 2020.

CONCEIÇÃO, E. B. DA. A negação da raça nos Estudos Organizacionais. **Anais XXXIII Encontro da Anpad**, São Paulo: 2009.

CORBIN, J.; STRAUSS, A. Grounded Theory Research: procedures, canons, and evaluative criteria. **Qualitative Sociology**, v.13, n. 1, p. 3-21, 1990.

CORTAZAR RODRIGUEZ, F. J. Acoso y hostigamiento de género en la Universidad de Guadalajara. Habla el estudiantado. **La Ventana**, v. 6, n. 50, p. 175–204, 2019.

CUENCA PIQUERAS, C. Factores precipitantes del acoso sexual laboral en España. **Rev. Mex. Sociol. Ciud de México**, v. 77, n. 4, p. 525–554, 2015.

CUNHA Jr., H. Metodologia afrodescendente de pesquisa. Texto de trabalho na disciplina de Educação Gênero e Etnia na perspectiva dos Afrodescendentes - 2006-1, Universidade Tuiuti e Instituto de Pesquisa da Afrodescendência, 2006. Disponível em: <http://afrodescendentes-sjb.blogspot.com/p/medologia-afrodescendente-de-pesquisa.html>

DA SILVA FONSECA, T. *et al.* Acoso Sexual en el Trabajo: Una Revisión Sistemática de la Literatura. **Ciencias Psicológicas**, v. 12, n. 1, p. 25–34, 2018.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. Editora Jandaíra, 2021.

DIOP, C. A. D. **A unidade cultural da África Negra**. Tradução Sílvia Neto. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

DOVE, N. Mulherismo Africana: uma Teoria Afrocêntrica. Universidade Temple. Tradução de Wellington Agudá. **Jornal de estudos negros**, v. 28, n. 5, maio 1998.

DOVE, N. **Definindo** uma matriz materno-centrada para definir a condição das mulheres. Tradução de Wellington Agudá, 2015. Disponível em: <<https://estahoreall.wordpress.com/2015/12/06/defininfo-um-a-matriz-materno-centrada-para-definir-a-condicao-das-mulheres-nah-dove/>>.

DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro (RJ): Mina Comunicação e Arte, 2020

EVARISTO, C. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v.13, n.25, p. 17-31, 2009.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro (RJ): Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FELISBERTO, F. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro (RJ): Mina Comunicação e Arte, 2020. p.164-181.

FELIPE, D. Cotas Raciais e Comissões de Heteroidentificação como Direito de Minoria: contexto e desafios. **Escritas Do Tempo**, v.4, n.10, p. 86-103, 2022.

FITZGERALD, L. F. *et al.* The incidence and dimensions of sexual harassment in academia and the workplace. **Journal of Vocational Behavior**, v. 32, n. 2, p. 152–175, 1988.

FITZGERALD, L. F.; SWAN, S.; MAGLEY, V. But was it really sexual harassment?: Legal, behavioral, and psychological definitions of the workplace victimization of women. In: O'DONOHUE, W. (Ed.). . **Sexual harassment: theory research, and treatment**. Needham Heights: Allyn & Bacon, 1997. p. 5–28.

FREITAS, M. E. DE. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 8–19, 2001.

FORUMDESEGURANÇA. Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. 4 ed, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>>

GARTNER, R. E. A New Gender Microaggressions Taxonomy for Undergraduate Women on College Campuses: A Qualitative Examination. **Violence Against Women**, v. 27, n. 14, p. 2768–2790, 2021.

GÓES, L. Uma justiça afrodiáspórica: xangô e as mandingas em busca do reconhecimento da dignidade humana negra. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, n. 20, 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p.223-244, 1984.

GONZALEZ, L. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n.93, p. 69–82, 1988.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLANDA, H. B. DE. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p.43-57, 2020.

HERNÁNDEZ-ROSETE, D.; GÓMEZ-PALACIOS, J. C. Ser mujer y estudiar leyes: aproximaciones antropológicas al acoso y su resistencia en una universidad pública de la Ciudad de México, México. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 2, p.1-11, 2021.

HIGA, F. DA C. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero:duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV**, v. 12, n. 2, p. 484–515, 2016.

HOOKS, B. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 13ed. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**, 2020.

HOOKS, B. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, v.3, n.2, p. 464, 1995.

HOLVINO, E. Intersections: The Simultaneity of Race, Gender and Class in Organization Studies. **Gender, Work & Organization**, v. 17, n. 3, p. 248–277, 2008.

KALOF, L. *et al.* The influence of race and gender on student self-reports of sexual harassment by college professors. **Gender & Society**, v. 15, n. 2, p.

282–302, 2001.

KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. Ubuntu Como ética africana, humanista e inclusiva. **Cadernos IHUideias**, v. 15, n 254, p. 03- 24, 2003. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/254cadernosihuideias.pdf>>.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano.: Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KLEIN, L. B.; MARTIN, S. L. Sexual Harassment of College and University Students: A Systematic Review. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 22, n. 4, p. 777–792, 2021.

LIMA, É. C. **Assédio sexual em uma instituição de ensino superior**: a percepção das servidoras da Universidade Federal do Ceará (UFC). 2017. 144f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2017.

LIMA, J. D. DE. **Conceição Evaristo: “minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”**,. Disponível em: <[https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Conceição-Evaristo-‘minha-escrita-é-contaminada-pela-condição-de-mulher-negra’](https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Conceição-Evaristo-‘minha-escrita-é-contaminada-pela-condição-de-mulher-negra’>)>. Acesso em: 23 set. 2019.

LORDE, A. Uses of the Erotic: The Erotic as Power, in: LORDE, A. **Sister outsider**: essays and speeches. New York: The Crossing Press Feminist Series, p. 53-59, 1984.

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, I. V. M. **Da dor no corpo à dor na alma**: Uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2017.

MACKINNON, C. A. **Feminism unmodified: discourses on life and law**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

MACKINNON, C. A. **Only words**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

MARQUEZINI, H. C. A. Arturos, a covid e eu: Escrevivências do campo. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 9, n. 26, p. 779-825, 2022.

MAZAMA, A. Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, p. 111 – 128, 2009.

MCDONALD, P. Workplace Sexual Harassment 30 Years on: A Review of the Literature. **International Journal of Management Reviews**, v. 14, n. 1, p. 1–17, 2012.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Ótica, 1988.

MUHONEN, T. Exploring gender harassment among university teachers and researchers. **Journal of Applied Research in Higher Education**, v. 8, n. 1, p. 131–142, 2016.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**: documentos de uma militância panafricanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NATÁLIA, L. Intelectuais escreventes: enegrecendo os estudos literários. In: In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro (RJ): Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 206-225.

NJERI, A.; ANKH, K.; MENE, K. Mulherismo Africana: proposta enquanto equilíbrio vital a comunidade preta. **Revista Ítala**, n.36, 2020.

NOGUEIRA JÚNIOR, R. Natureza integral X Natureza (meio ambiente): Apontamentos para uma filosofia da natureza afrocentrada e subjetividades contra-hegemônicas. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRJ**. V. 2, Nº. 2, Dezembro 2009.

O'CALLAGHAN, E. *et al.* Sexual Harassment in the Academy: Harnessing the Growing Labor Movement in Higher Education to Address Sexual Harassment Against Graduate Workers. **Violence Against Women**, p. 107780122110357, 2021.

OLETO, A. DE F. **Assédio sexual nas relações de trabalho: um estudo com mulheres em cargo de liderança**. 2018. 198f. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2021.

OYEWUMÍ, O. **A invenção das mulheres**: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PÉTURSDÓTTIR, G. M. Fire-raising feminists: Embodied experience and activism in academia. **European Journal of Women's Studies**, v. 24, n. 1, p. 85–99, 2017.

PINTO, M. F. **Salve o matriarcado**: manual da mulher búfala. Rio de Janeiro, RJ: Fundamentos de Axé, 2021.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa oficial, 2006.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Editora Jandaíra, 2021.

RIBEIRO, A. A. M.; FAUSTINO, D. M. Negro tema, negro vida, negro drama: Estudos sobre masculinidades negras na diáspora. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 10, 2017.

RYAN, G. W.; BERNARD, R. Techniques to Identify Themes. **Field Methods**, v.15, n 1, p.85-109, 2003.

RICCI, S.; BERGERON, M. Tackling Rape Culture in Québec Universities: A Network of Feminist Resistance. **Violence Against Women**, v. 25, n. 11, p. 1290–1308, 2019.

ROSA, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 240–260, 2014.

SÁNCHEZ-DÍAZ, L. Street harassment perception and its relations with self-objectification of women. **INTERdisciplina**, v. 7, n. 17, p. 153–170, 2018.

SANTOS, D. M. R. dos. **A gira na pesquisa decolonial**. Aula aberta para o público em disciplina de programa de pós-graduação. Instituição federal de ensino superior: 15 mar, 2022

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed.São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAVIGNY, H. Cultural Sexism is Ordinary: Writing and Re-Writing Women in Academia. **Gender, Work & Organization**, v. 24, n. 6, p. 643–655, 2017.

SILVA, M. L. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (Org.). **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, p. 129-132, 2005.

SILVA, F. R. DA .; CARRIERI, A. DE P.. Reframing “Organizations and Society” from the Escrivências: for a Form of Management from and in the Gaps. **Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 101, p. 385–413, abr. 2022.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOMÉ, S. **O espírito da intimidade**: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. Odisseus, 2003.

SOUZA, N. S. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. STREY, M. N. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, P. K.; WERBA, G. C. (Eds.). **Violências e gênero: coisa que a gente não gostaria de saber**. [s.l.] EDIPUCS, 2001. p. 47–60.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.

TEIXEIRA, J. C.; RAMPAZO, A. DA S. V. Assédio sexual no contexto acadêmico da Administração: o que os lábios não dizem, o coração não sente? **Revista de estudos organizacionais e sociedade**, v.4, n.11, 2017.

TEIXEIRA, J. C.; OLIVEIRA, J. S.; DINIZ, A.; MARCONDES, M. Inclusão e diversidade na administração: Manifesta para o futuro-presente. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, 2021.

TEIXEIRA, J. C.; OLIVEIRA, J. S.; CARRIERI, A. DE P. Por que falar sobre raça nos estudos organizacionais no Brasil? Da discussão biológica à dimensão política. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v.15, n.1, p. 46-70, 2020.

WATTS, C.; ZIMMERMAN, C. Violence against women: global scope and magnitude. **The Lancet**, v. 359, n. 9313, p. 1232–1237, 2002.

WOOD, L. et al. Sexual Harassment at Institutions of Higher Education: Prevalence, Risk, and Extent. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 36, n. 9–10, p. 4520–4544, 2021.

ZANOLA, F. DE A.. Escrivência: O Cansativo Processo de Ser uma Outsider Interna na Pós-Graduação em Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 5, p. e220354, 2023.



## APÊNDICE A

### PROTOCOLO DE PESQUISA DA REVISÃO SISTEMÁTICA

#### REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE ASSÉDIO SEXUAL

25/10/2021

Pesquisadora: Luana Sodré da Silva Santos

#### Planejamento

**1ª Etapa:** Elaboração da questão principal da revisão sistemática: Como a produção acadêmica tem abordado o assédio sexual?

**2ª Etapa:** Elaboração do protocolo da revisão sistemática:

Idiomas: Inglês, Português e Espanhol.

Palavras-chave:

Período: 2015 a 2021

**3ª Etapa:** definição das bases de dados

1. Scientific Periodicals Electronic Library - Spell: acesso gratuito, reúne trabalhos da área da administração, contabilidade e turismo, exporta dados em formato BibTex.;
2. Scientific Electronic Library Online - SciELO.org: acesso gratuito, ampla indexação de periódicos, exporta dados em formato BibTex.;
3. Portal de Periódicos CAPES: acesso gratuito, reúne principais bases de dados nacionais e internacionais (ex: Web of Science, Scopus e outras), exporta dados em formato BibTeX.;
4. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD: acesso gratuito, reúne teses e dissertações nacionais, exporta dados em formato BibTeX.

#### Execução

**1ª Etapa:** realização das pesquisas nas bases de dados, segundo algumas estratégias e filtros:

1. **Scientific Periodicals Electronic Library - Spell**  
Palavras-chave utilizada: assédio sexual, assédio, sexual harassment, women students ; campo: resumo; filtro: -
0. **Scientific Electronic Library Online - Scielo**  
palavra-chave utilizada: assédio sexual, sexual harassment, acoso sexual; campo: resumo e título; filtro: -
0. **Portal de Periódicos CAPES**  
Palavras-chave utilizada: sexual harassment in universities and colleges; sexual harassment in academe; campo: assunto; filtro: revisado por pares, artigos, assunto (sexual harassment), inglês.
0. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD**  
palavra-chave utilizada: assédio sexual; campo: todos os campos; filtro: -

**2ª Etapa:** exportação dos dados na extensão BibTeX

**3ª Etapa:** importação dos dados para o Microsoft Excel - 869 trabalhos encontrados

**Spell:** 24

**Scielo:** 4+38 + 50+100 = 192

**Periódicos CAPES:** 589

**BDTB: 64**

**4ª Etapa: Filtro** - execução de critério de inclusão (I) e exclusão (E)

(I) Trabalhos escritos em português, inglês e espanhol; (I) Possibilidade de acesso gratuito ao trabalho e em sua integralidade (texto completo); (I) Estudos que focalizem o assédio sexual como alvo principal de investigação; (E) Trabalhos escritos em outras línguas; (E) Restrições de acesso ao trabalho completo; (E) Estudos realizados fora dos Estudos Organizacionais; (E) Estudos que não focassem no Ensino Superior/Academia.

### **Publicação**

**1ª Etapa:** elaboração da lista geral dos trabalhos - 78 trabalhos aceitos

40 = Scielo

6=Spell

29 = Periódicos CAPES

4 = BDTB

**2ª Etapa:** classificação dos trabalhos (arquivo Microsoft Excel)

**3ª Etapa:** redação da revisão sistemática.

## APENDICE B

### ROTEIRO

"FALAVIVÊNCIA": vamos conversar?

Parte 1) Conte-me um pouco sobre você

- Contar um pouco sobre quem você é.
- Sua trajetória pessoal (suas origens e de sua família)
- Sua trajetória acadêmica (a inserção no meio - mestrado ou doutorado-, o caminho percorrido e as escolhas profissionais)

Parte 2 ) A pós-graduação em Administração

- Conte-me sobre a atuação no meio acadêmico atualmente (ensino e/ou pesquisa na graduação ou mestrado/doutorado, participação em eventos, membro de comissões e avaliador de revistas, etc)
- Como é a sua vivência nesse contexto (colegas, superiores, alunos, coordenadores, etc)
- Como foi a inserção nas salas de aulas, nas orientações, nos eventos, no campo de pesquisa. (Impressões, dificuldades, facilidades, etc)
- Como foi/está sendo a permanência nesses espaços (o que faz para se continuar dando/assistindo aula, manter as orientações, participações em eventos, etc)

Parte 3) Sobre feminismo, gênero, mulher

- Vamos falar sobre feminismo? O que implica ser mulher na academia para você?
  - Contar sobre as relações de gênero nesse espaço (diferença de tratamento, de oportunidades, de acessos). Exemplos de casos que tenha vivenciado. - E durante a pandemia, no ambiente virtual (Aula virtual, grupos de whatsapp, discussões em salas de eventos). Sentiu alguma diferença de tratamento...

Parte 3b) Sobre gênero, raça e classe

- Sobre ser **mulher negra** na academia.
- Barreiras e estratégias de permanência.
- Sobre as relações de raça na Academia. Diferenças, situações. - Sobre seus casos de racismo, dificuldades.
- O corpo físico. Já sentiu olhares, comentários sobre ele (cabelo, cor de pele, coxas)? teve algum tratamento diferente nele na Academia?
- Objetificação sexual - olhares, toques, comentários.
- Sobre classe. Sua situação financeira, em algum momento, influenciou a sua trajetória na Academia?

- dependência na pós-graduação. Afetou suas escolhas, caminhos?  
Parte 4) Sobre Violência sexual, Misoginia, Assédio Sexual.

- o que você entende por violência sexual? e de gênero?
- o que significa assédio sexual para você?
- Já teve atenção ou importunação sexual indesejada?
- o que tem a dizer sobre violência sexual na Academia (ensino e/ou pesquisa na graduação ou mestrado/doutorado)?
- Já passou assédio sexual, se lembra de ter presenciado ou alguma colega ter comentado sobre? tem algo a contar?
- o que significa (significou) o AS para você? (se foi assediada ou conheceu alguém que foi)

Parte 5) Propostas

- Pensa em sugestões para um melhor ambiente para as mulheres negras nesse espaço?
- E em medidas de prevenção e enfrentamento?

## APENDICE C

Prezada,

Em primeiro lugar, estimo que esta mensagem a encontre bem!

Sou Luana Sodré, mulher negra, e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo. Para a minha tese de doutorado em Administração, que está sendo orientada pela profa. Dra. [Juliana Cristina Teixeira](#), também uma docente negra, e que nos lê em cópia, estou realizando a pesquisa intitulada **O Assédio Sexual no Contexto Acadêmico da Administração em uma Perspectiva Decolonial e Interseccional**.

Gostaria de convidar você para participar voluntariamente da pesquisa. A proposta é dialogar com mulheres negras que estão ou estiveram na pós-graduação em Administração, para analisar seus modos de permanência, como significam o assédio sexual que ocorre neste campo, e que é tão silenciado. Como o tema é muito delicado, proponho que escolha a maneira que se sinta mais à vontade para participar da pesquisa, seja por meio da escrita e/ou da fala.

Assim, se você for mulher negra e quiser contar sobre o assédio sexual na pós-graduação da administração - não precisa, necessariamente, ter vivenciado, mas presenciado e ouvido falar sobre uma prática de assédio sexual, ou conhecer vítimas e/ou assediadores - pode participar da pesquisa. Ou, ainda, queira apenas discorrer sobre o tema, independentemente de ter vivenciado, presenciado ou conhecer pessoas envolvidas em práticas de assédio.

Como mencionado acima, nesta pesquisa, o processo será conduzido da forma que as mulheres participantes da pesquisa se sintam mais confortáveis. Em um primeiro momento, temos opções que não se excluem mutuamente, como: escrever sobre tópicos que serão encaminhados como um guia para escrita (a partir da abordagem metodológica da escrevivência); realizar uma conversa oral virtual, na plataforma “Google Meet” ou “Zoom”.

Assim, se quiser escrever apenas, falar apenas, escrever e falar, está valendo.

Já adiantando, a ideia também é, num segundo momento da pesquisa, realizarmos uma espécie de grupo focal, com várias mulheres negras conversando juntas, com o apoio da presença de uma profissional da psicologia, que é mulher negra. Fica também a critério das mulheres a participação ou não neste grupo.

Sentiu-se disposta a contribuir com a pesquisa, e as formas de produção de dados não lhe contemplam? Fique à vontade, também, para propor outras possibilidades de participação.

De todo modo, fico à disposição para dúvidas acerca do processo.

**Agradeço a sua atenção**, e reforço que a sua participação é importante para o sucesso deste estudo!

Atenciosamente,

--

Luana Sodré da S. Santos

## APENDICE D

### ROTEIRO PARA OS LÍDERES

- Apresentação do convidado: o que faz dentro da pós-anpad (posição de coordenação, liderança e o tempo)
  
- Qual a sua opinião sobre o assédio sexual?
- Sabe de casos de assédio sexual na academia? e no seu Programa de Pós-Graduação?
- Sabe de casos de outras violências com as mulheres negras? (assédio moral, falta de oportunidades, etc)
- Existe política estruturada dentro do PPG? ou isso já foi pauta alguma vez? - Na Universidade em que atua, como é abordado o tema?
  
- Contar como tem sido o tratamento as mulheres negras nos espaços onde atua.
  
- O que tem sido feito contra o AS?
  
- Sobre as instituições: PPG, Universidade, ANPAD
- Medidas de prevenção e enfrentamento
  - pelos responsáveis, dirigentes
  - pelas próprias mulheres
  
- Coletividade: inclusão participativa
  - O que sugere para participação das mulheres negras nas políticas de inclusão e permanência?

## APENDICE E

Prezado,

Gostaria de convidar você para participar voluntariamente da pesquisa **O Assédio Sexual no Contexto Acadêmico da Administração em uma Perspectiva Decolonial e Interseccional**. Esta pesquisa vincula-se ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGAdm/UFES - e está sendo desenvolvida por mim como desenvolvimento de minha tese de Doutorado em Administração. A minha orientadora é a professora Dra. Juliana Cristina Teixeira.

A proposta da pesquisa é dialogar com mulheres negras que estão na pós-graduação em Administração. Além disso, também proponho conhecer as narrativas de coordenadores das pós-graduações em Administração sobre as práticas de assédio sexual nos seus programas, e outros profissionais membros das Associações da ANPAD que queiram falar sobre o tema. O objetivo é discutir medidas de prevenção e enfrentamento, e pensarmos juntas e juntos em sugestões para um melhor ambiente para a vivência dessas mulheres.

Sentiu-se disposta/o a contribuir com a pesquisa? O processo será conduzido por meio de uma conversa oral virtual, na plataforma “Google Meet”. Podemos combinar uma data que fique melhor para você. Estima-se que o tempo médio seja de 1 hora.

De todo modo, fico à disposição para dúvidas acerca do processo.

**Agradeço a sua atenção**, e reforço que a sua participação é importante para o sucesso deste estudo!

Atenciosamente,

--

Luana Sodré da S. Santos



## **APENDICE F**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

O(A) Sr.(a) foi convidado(a) a participar da pesquisa intitulada O ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E INTERSECCIONAL, sob a responsabilidade de Luana Sodré da Silva Santos.

#### **JUSTIFICATIVA**

Esta pesquisa vincula-se do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e está sendo desenvolvida como subsídio para uma tese de Doutorado em Administração. Justifica-se a sua importância por buscar analisar o assédio sexual e o seu afetamento na trajetória acadêmica das mulheres negras da pós-graduação de Administração.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos critérios da ética em pesquisa com seres humanos, conforme diretrizes da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Esta pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos sob o parecer de número 65970222.3.0000.5542.

#### **OBJETIVO(S) DA PESQUISA**

Entender as experiências de assédio sexual e como elas são atravessadas pelas dimensões de gênero, raça e classe, especificamente no contexto da pós-graduação de Administração.

#### **PROCEDIMENTOS PARA A ENTREVISTA**

Você participará, por sua própria vontade, oferecendo-nos informações relacionadas às suas experiências de assédio sexual e a sua trajetória acadêmica enquanto mulher negra na pós-graduação de Administração. Os dados a serem coletados, por meio de escrituras (ou entrevistas) realizadas on-line, serão utilizados exclusivamente para fins deste estudo. Quanto ao uso das informações, esclareço que a sua identidade será preservada, e os arquivos das transcrições das entrevistas serão acessados

somente pela pesquisadora. Todo material resultante será guardado sob o poder da pesquisadora durante 05 (cinco) anos, sendo então destruído.

### **DURAÇÃO DA PESQUISA**

O tempo médio para a participação nas entrevistas é de 1 hora e 30 minutos.

### **RISCOS E DESCONFORTOS**

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais, pois apenas será solicitado o relato voluntário falado de suas percepções e experiências. A sua participação poderá envolver riscos mínimos, como os seguintes: desconforto por ter que falar sobre assuntos que podem lhe dar certo acanhamento ou constrangimento; desconforto por precisar lembrar sobre momentos íntimos; conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser compartilhado; insegurança quanto à melhor informação que deve ser fornecida. Para amenizar tais riscos, os objetivos deste estudo serão esclarecidos antes de iniciar a sua participação. Ao concordar em participar, você tem a liberdade de se recusar a continuar, em qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

### **BENEFÍCIOS**

Almeja-se contribuir para o direcionamento de ações e estratégias renovadoras e específicas na pós-graduação de Administração a fim de melhorar as vivências das mulheres negras durante suas trajetórias acadêmicas. Assim, os resultados identificados garantirão informações importantes para a comunidade científica e para a sociedade em geral.

### **ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA**

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com a de outros participantes, sendo garantido o sigilo, a privacidade, a retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa, a indenização em caso de eventual dano dela decorrente e a confiabilidade dos resultados obtidos.

O participante tem direito de acompanhar esta pesquisa, em qualquer tempo, via contato com a pesquisadora principal. Além disso, ao encerrar esta pesquisa, a Tese de Doutorado em Administração estará disponibilizada via site do PPGAdm/UFES para toda a comunidade. É também garantida a assistência imediata e integral gratuita por danos decorrentes desta pesquisa.

### **GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO**

O(A) Sr.(a) não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, o(a) Sr.(a) não mais será contatado(a) pelos pesquisadores.

### **GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE**

A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação.

### **GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO**

O(A) Sr.(a) não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada lhe será pago por sua participação; entretanto, caso haja alguma despesa com a participação na pesquisa, haverá ressarcimento.

### **GARANTIA DE INDENIZAÇÃO**

O(A) Sr.(a) terá garantia ao direito de buscar indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, de acordo com as diretrizes do item IV.4.c da Res. CNS 466/12.

### **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, o(a) Sr.(a) pode contatar a pesquisadora LUANA SODRÉ DA SILVA SANTOS nos telefones (21) 99440-7587 ou e-mail [luana.sodre4223@gmail.com](mailto:luana.sodre4223@gmail.com).

Para relatar algum problema com a pesquisa ou fazer denúncia, o(A) Sr.(a) pode contatar o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) / UFES / Campus Goiabeiras por meio do telefone (27) 3145-9820, e-mail [cep.goiabeiras@gmail.com](mailto:cep.goiabeiras@gmail.com), endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Você, participante, receberá uma via deste termo, assinado por mim, pesquisadora. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que

traz informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Obs.: **No caso de entrevista on-line**, o consentimento será dado no sistema com a opção de aceitar os termos e prosseguir. Além disso, o termo assinado pela pesquisadora estará disponível no sistema para o download do participante, antes de iniciar a participação na pesquisa.

**>> Declaro que fui informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo.**

**Vitória/ES, 2o semestre de 2022.**

---

Participante da Pesquisa

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa O ASSÉDIO SEXUAL NO CONTEXTO ACADÊMICO DA ADMINISTRAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL E INTERSECCIONAL, eu, LUANA SODRÉ DA SILVA SANTOS, declaro ter cumprido as exigências da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

---

Pesquisadora Luana Sodré da Silva Santos